

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE CIENCIAS SOCIAIS APLICADAS
MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTAO PUBLICA PARA
O DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

LILIANE APARECIDA DA SILVA SANTOS

UMA ANÁLISE DA RELAÇÃO INSTITUCIONAL
ENTRE A UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
E A REFINARIA ABREU E LIMA

RECIFE, 2013

LILIANE APARECIDA DA SILVA SANTOS

**UMA ANÁLISE DA RELAÇÃO INSTITUCIONAL
ENTRE A UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
E A REFINARIA ABREU E LIMA**

Dissertação apresentada ao Mestrado Profissional em Gestão Pública para o Desenvolvimento do Nordeste (MGP) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), e submetida à aprovação como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Gestão Pública.

Orientador: Professor Doutor Denílson Bezerra Marques.

RECIFE, 2013

Catálogo na Fonte
Bibliotecária Ângela de Fátima Correia Simões, CRB4-773

S237a	Santos, Liliane Aparecida da Silva Uma análise da relação institucional entre a Universidade Federal de Pernambuco e a Refinaria Abreu e Lima / Liliane Aparecida da Silva Santos . - Recife : O Autor, 2013. 129 folhas : il. 30 cm. Orientador: Prof. Dr. Denílson Bezerra Marques. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. CCSA. Gestão Pública, 2013. Inclui bibliografia e apêndices. 1. Burocracia. 2. Estado. 3. Custos. 4. Transformação industrial. I. Marques, Denílson Bezerra (Orientador). II. Título. 351 CDD (22.ed.) UFPE (CSA 2013 – 015)
-------	---

Dissertação de Mestrado apresentada por Liliane Aparecida da Silva Santos ao Curso de Mestrado Profissional em Gestão Pública para o Desenvolvimento do Nordeste, da Universidade Federal de Pernambuco, sob o título: “Uma análise da relação institucional entre a Universidade Federal de Pernambuco e a Refinaria Abreu e Lima”, orientada pelo Professor Denílson Bezerra Marques e aprovada pela Banca Examinadora formada pelos professores doutores:

Prof. Dr. Denílson Bezerra Marques
Presidente

Prof^a. Dr^a. Cátia Wanderley Lubambo
Examinadora Interna

Prof. Dr. Diogo Henrique Helal
Examinador Externo

Recife, 14 de fevereiro de 2013

Prof^a. Dr^a. Alexandrina Saldanha Sobreira de Moura
Coordenadora Acadêmica

Dedico a minha maior incentivadora,
a Sra. Lindinalva.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por ter colocado tantas pessoas legais em meu caminho.

Ao Prof. Denílson pela orientação na aprendizagem e no conhecimento acadêmico, o que só foi possível mediante a confiança, disponibilidade, paciência e o respeito que a mim dedicou. Foi um prazer e uma honra ser mais uma vez sua orientanda. Obrigada por tornar tudo mais fácil.

A meus pais, Lindinalva e José. Mãe, tu és definitivamente o amor da minha vida, sem a senhora eu não seria nada. E a Lidi, André e Jamile pelo apoio e (raros) momentos de lazer.

A Ceicinha, pelo carinho e parceria sempre presentes, mesmo à distância; a Ramon pela sua infindável paciência ao aguentar minha chatice e a Babi pelo “socorro”!

À UFPE, minha segunda casa desde 2006, pela oportunidade de cursar o mestrado.

Aos eruditos da Turma X do MGP. Dentre eles, a uma pessoa fundamental: Christina Nunes, pelas caronas, conselhos acadêmicos e profissionais, incentivo, amizade, cumplicidade e por todos os trabalhos juntas. E a Marta e Lilian, pelo estresse compartilhado!

A todos os entrevistados que doaram um pouco do seu tempo porque entenderam a necessidade de gerar e compartilhar conhecimento: os Profs. Antonino Dantas e Alexandre Schuler; ao diretor da ANP, Prof. Florival Carvalho, ao Diretor do Fórum Suape Global, Sr. Silvio Leimig e ao Prof. Silvio Melo. Aos que formam a Refinaria Abreu e Lima: Dr. Marcelino Guedes, Sr. Marco Petkovic, a sempre atenciosa Maria de Fátima e especialmente ao Sr. César Abbud, pela contribuição inestimável nessa dissertação, no fornecimento de ideias que enriqueceram meu trabalho assim como no envio de material bibliográfico.

A Agência de Fomento de Pernambuco, na pessoa da Sra Berenice Martins, por fazer a “ponte” com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco, assim como a Sra. Verônica Ribeiro pela disponibilidade e incentivo ao tema dessa dissertação.

Aos professores Diogo Helal e Cátia Lubambo pelos valiosos apontamentos e observações na qualificação e defesa desse projeto.

Ao Pró-Reitor de Extensão, Prof. Edilson Souza, e a Clédia, pessoas fundamentais para obtenção dos contatos institucionais. A todos da Proacad: Árina, Regina, Cristininha, entre outros pela compreensão com minhas ausências durante os créditos do mestrado, as entrevistas e as reuniões de orientação. E ao Sr. Dorian pela ajuda ao longo dos dois anos.

Em especial, a Prof^a Yêda Medeiros, pela amizade e companheirismo nos últimos anos, por ter viabilizado diversas entrevistas e pelo apoio constante.

A todos vocês meus sinceros agradecimentos.

“É inconcebível no futuro a concretização de uma sociedade destituída de burocracia (...). O ideal de liquidação da burocracia não é científico, é ideológico.” (RAMOS, 1983)

RESUMO

A Região Nordeste do Brasil vem apresentando índices de crescimento econômico superiores a média brasileira. O estado de Pernambuco possui papel de destaque, devido ao Complexo Suape e a implantação da Refinaria Abreu e Lima. Nesse contexto, a universidade adquire importância por formar capital humano e disponibilizar suporte científico e tecnológico. O objetivo desse estudo é analisar a relação institucional entre a UFPE e a Refinaria Abreu e Lima na estruturação da indústria de refino de petróleo em Pernambuco, assumindo a hipótese de Evans (2004) para explicar o processo de transformação industrial: é a insuficiência de burocracia que prejudica o desenvolvimento e não sua prevalência. Os objetivos específicos são analisar que papel de transformação industrial, com base em Evans (2004) orienta a relação entre a UFPE e a Refinaria Abreu e Lima na estruturação da indústria de refino de petróleo em Pernambuco e como a presença da burocracia, que orienta essa relação, contribui para o desenvolvimento dessa indústria. A fundamentação teórica abrange os conceitos de Estado e Burocracia, desenvolvimento econômico, produtividade, produção de conhecimento, atuação da instituição universidade, economia dos custos de transação (ECT) e os papéis de transformação industrial de Evans (2004). Posteriormente, será explanada a metodologia de Análise Argumentativa. Os resultados demonstram que a atuação da UFPE é vista nos papéis de transformação industrial demiurgo e pastor. A relação estabelecida entre a UFPE, a Refinaria Abreu e Lima e o Governo do Estado de Pernambuco caracteriza uma Hélice Tríplice, conforme Etzkowitz (2009). Essa relação é vista de forma positiva pelos partícipes e reforçou-se a importância da universidade na formação de recursos humanos e na atuação em P&D. Apesar desses aspectos, foram apontadas a falta de apoio institucional interno na UFPE e as dificuldades em alinhar as necessidades de equipamentos do corpo docente com as demandas de P&D da indústria, o que tem gerado comportamentos oportunistas e tornado imprescindíveis mecanismos de governança. Evidenciou-se, ainda, a importância da adoção pela UFPE de um modelo de gestão com maior participação dos centros acadêmicos e a descentralização na tomada de decisões. Com a adoção de mecanismos burocráticos que adequem seus meios (cursos de graduação e pós-graduação, laboratórios de pesquisa) aos objetivos pretendidos (apoiar a estruturação da indústria de refino de petróleo) a UFPE garantiria a máxima eficiência na relação institucional com a Refinaria Abreu e Lima.

Palavras-chave: Burocracia; Estado; Economia dos Custos de Transação (ECT); Hélice Tríplice, papéis de transformação industrial.

ABSTRACT

The Northeast Region of Brazil has had economic growth rates above the national average. The state of Pernambuco has a prominent role, due to the Suape Complex and deployment of Abreu e Lima Refinery. In this context, the university has become important for building human capital, and scientific and technological support. The objective of this study is to analyze the institutional relationship between UFPE and Abreu e Lima Refinery in structuring the petroleum refining industry in Pernambuco, assuming the hypothesis of Evans (2004) to explain the process of industrial transformation: It is the insufficiency of the bureaucracy that affects the development and not its prevalence. The specific objectives are to analyze what state's role, based on Evans (2004) guides the relationship between UFPE and Abreu e Lima Refinery in structuring the petroleum refining industry in Pernambuco and how the presence of the bureaucracy, which guides this relationship, contributes to the development of this industry. The theoretical framework covers the concepts of state and bureaucracy, economic development, productivity, knowledge production, operation of the institution and university, theory of transaction costs economics (TCE) and the state's roles of Evans (2004). Subsequently, the Argumentative Analysis methodology will be explained. The results show that the performance of UFPE is seen in the state's roles pastor and demiurge. The relationship among the UFPE, the Abreu e Lima Refinery and the Government of the State of Pernambuco features a Triple Helix, according to the theory of Etzkowitz (2009). This relationship is viewed positively by participants and it is reinforced the importance of the university in human resources training and performance in R & D. Despite these aspects the lack of UFPE's internal institutional support and the difficulties in aligning the faculty equipment needs with the demands from industry R & D, which has created opportunistic behavior, were pointed out, so governance mechanisms became essential. It was also evident, the importance of adopting a management model in UFPE, with greater participation of academic centers and decentralization of decision-making process. Adopting bureaucratic mechanisms that suit their means (undergraduate, postgraduate and researching labs) to the intended objectives (supporting the oil refining industry structuration) the UFPE would ensure maximum efficiency in the institutional relationship with Abreu e Lima Refinery.

Keywords: Bureaucracy, State, Transaction Cost Economy (TCE); roles of the state, Triple Helix.

LISTA DE INSTITUIÇÕES PESQUISADAS

ANP	Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis
CTG	Centro de Tecnologia e Geociências da UFPE
RNEST	Refinaria Abreu e Lima
SDEC	Secretaria de Desenvolvimento Econômico
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 -	Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)	20
Figura 2 -	Refinaria Abreu e Lima	24
Figura 3 -	Porto de Suape	26
Figura 4 -	Logomarca do Projeto Suape Global	28
Figura 5 -	Estrutura da Hélice Tríplice baseada em Etzkowitz (2009)	54
Figura 6 -	Estrutura básica de um argumento baseada na teoria da argumentação de Toulmin (2001)	71
Figura 7 -	Estrutura de um argumento baseada na teoria da argumentação de Toulmin (2001)	73
Figura 8 -	Análise de Argumento sobre formação de recursos humanos pela UFPE	80
Figura 9 -	Análise de Argumento sobre formação profissional de engenheiros pela UFPE	80
Figura 10 -	Análise de Argumento sobre ações da UFPE para apoiar a indústria de refino de petróleo	87
Figura 11 -	Análise de Argumento sobre a importância do curso de Engenharia Mecânica da UFPE	88
Figura 12 -	Análise de Argumento sobre aspectos da atuação da UFPE no papel de pastoreio	89
Figura 13 -	Análise de Argumento sobre a atuação da UFPE no tocante a perenizar o desenvolvimento oriundo da indústria de refino de petróleo	91
Figura 14 -	Análise de Argumento sobre a relação UFPE – Refinaria Abreu e Lima	93
Figura 15 -	Análise de Argumento sobre comportamento oportunista na relação UFPE – Refinaria Abreu e Lima	95
Figura 16 -	Análise de Argumento sobre a dificuldade na gestão de recursos na UFPE	99
Figura 17 -	Análise de Argumento sobre a centralização na tomada de decisões na UFPE	101
Figura 18 -	Análise de Argumento sobre a importância da UFPE no âmbito da inovação	103

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AD DIPER	Agência de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco
ANP	Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis
ASCOM	Assessoria de Comunicação Social da UFPE
BDEP	Banco de Dados de Exploração e Produção
BNB	Banco do Nordeste do Brasil
CCEPE	Conselho Coordenador de Ensino, Pesquisa e Extensão – UFPE
CCEN	Centro de Ciências Exatas e da Natureza da UFPE
CEERMA	Centro de Estudos e Ensaaios em Risco e Modelagem Ambiental
C&T	Ciência e Tecnologia
CONDEPE/FIDEM	Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco
COPERGÁS	Companhia Pernambucana de Gás
CTG	Centro de Tecnologia e Geociências da UFPE
CR	Coeficiente de rendimento escolar
DEQ	Departamento de Engenharia Química da UFPE
ECT	Economia dos Custos de Transação
EIA	Estudo de Impacto Ambiental
FADE	Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da UFPE
FINEP	Financiadora de Estudos e Projetos
HEMOBRÁS	Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia
IGC	Índice Geral de Cursos
INMETRO	Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia
INTM	Instituto Nacional de Tecnologia de Materiais
IPEM	Instituto de Pesos e Medidas de Pernambuco
JUCEPE	Junta Comercial do Estado de Pernambuco
LITPEG	Laboratório Integrado em Tecnologia de Petróleo, Gás e Biocombustíveis
MARE	Ministério da Administração e Reforma do Estado
MEC	Ministério da Educação
PDVSA	Petróleos da Venezuela S. A.
P&D	Pesquisa e Desenvolvimento
PIB	Produto Interno Bruto
PND	Programa Nacional de Desestatização

PRH	Programa de Recursos Humanos da ANP
PROACAD	Pró-Reitoria para Assuntos Acadêmicos
PRODEPE	Programa de Desenvolvimento de Pernambuco
RIMA	Relatório de Impacto Ambiental
RPBC	Refinaria Presidente Bernardes – Cubatão
RMR	Região Metropolitana de Recife
RNEST	Refinaria Abreu e Lima S. A
SDEC	Secretaria de Desenvolvimento Econômico
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
REUNI	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
UAP	Unidade de Alta Performance

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
Objetivo Geral.....	17
Objetivos Específicos	17
1. APRESENTAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES PESQUISADAS	19
1.1 Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).....	19
1.2 Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)	20
1.3 Refinaria Abreu e Lima (RNEST)	23
1.4 Secretaria de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco (SDEC).....	25
1.5 Suape Global.....	28
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	29
2.1 Conceito e características de Estado	29
2.2 Estado e burocracia	39
2.3 Estado e desenvolvimento econômico	45
2.3.1 Estado e desenvolvimento econômico no Brasil	47
2.4 Estado, Produtividade e Conhecimento	51
2.5 Estado, Racionalidade e Custos de Transação	56
2.6 Autonomia, Parceria e Papéis do Estado	60
3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	63
3.1 Estratégia da Investigação: Pesquisa Qualitativa.....	63
3.2 Universo e Amostra	65
3.3 Técnicas de coleta de dados: Entrevista semiestruturada	66
3.3.1 Descrição da etapa.....	68
3.4 Elaboração e tratamento dos dados.....	69
3.5 Técnicas de Análise de Dados: Análise Argumentativa	70
4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	74

4.1 Analisar que tipo de papel de transformação industrial orienta a relação entre a UFPE e a Refinaria Abreu e Lima na estruturação da indústria de refino de petróleo em Pernambuco	74
4.1.1 Custódio	76
4.1.2 Demiurgo.....	79
4.1.3 Parteiro	82
4.1.4 Pastor.....	86
4.2 Analisar como a presença da burocracia, que orienta a relação institucional entre a UFPE e a Refinaria Abreu e Lima na estruturação da indústria de refino de petróleo em Pernambuco, contribui para o desenvolvimento dessa indústria.	90
4.2.1 Relação institucional UFPE e Refinaria Abreu e Lima e as parcerias na área de P&D.....	90
4.2.2 Presença de comportamento oportunista na relação institucional UFPE e Refinaria Abreu e Lima.....	94
4.2.3 Presença de insulamento burocrático na UFPE	98
4.2.4 Carência de modelo de gestão e de cultura de planejamento na UFPE	99
4.2.5 Alto grau de centralização administrativa na UFPE	101
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	104
REFERÊNCIAS	107
APÊNDICE A – Protocolo das Entrevistas.....	124

INTRODUÇÃO

A Região Nordeste do Brasil vem apresentando expressivo crescimento econômico. De acordo com dados do Banco do Nordeste - BNB a economia da região vem crescendo mais do que a brasileira. Enquanto em 2002 o PIB *per capita* nordestino representava apenas 46,2% da média nacional, em 2011 ele deve ter atingido 49,3%, segundo estimativas da Datamétrica (BARROS, 2012). Apesar desse aumento pequeno na participação, o PIB *per capita* da Região cresceu 35,43% entre esses dois anos, enquanto o brasileiro cresceu apenas 26,75%. Conforme projeções do BNB, em 2012 as economias brasileira e nordestina apresentariam expansão de 4,57% e 5,04%, respectivamente (BNB, 2011).

Nesse contexto, o estado de Pernambuco possui papel de destaque. De acordo com informações da Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco - CONDEPE/FIDEM (2011), o PIB do estado obteve crescimento de 5,7% no primeiro semestre de 2011, enquanto que o Brasil registrou 3,6%, na comparação com o mesmo semestre do ano anterior. Os dados por setores econômicos revelam que a indústria obteve a maior variação nos primeiro e segundo trimestre de 2011.

O Boletim Regional do Banco Central do Brasil de julho de 2011 reforça essas informações ao registrar no período aumento de 5,2% na indústria de transformação pernambucana, destacando-se os desempenhos das indústrias química (24,4%) e de refino de petróleo e álcool (5,2%).

O estado de Pernambuco atualmente atravessa um momento único em seu histórico de desenvolvimento. Diversos projetos estruturadores vem se firmando no estado: construção de unidade de produção da Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia (Hemobrás), a Ferrovia Transnordestina e o Complexo Industrial e Portuário de Suape.

A Região Metropolitana de Recife (RMR), situada na extremidade leste de Pernambuco, vem apresentando crescente dinamicidade econômica. Esse crescimento tende a aumentar, devido aos diversos empreendimentos em fase de consolidação, expansão ou em implantação na Região, como por exemplo, o Complexo Industrial Portuário Governador Eduardo Gueiros - Suape situado nos municípios do Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, litoral sul do estado.

Em 2008, o Complexo Industrial Portuário de Suape completou 30 anos e ganhou um subsídio para potencializar seu desenvolvimento econômico, o Projeto Suape Global, que tem como objetivo atrair investimentos nos segmentos de petróleo, gás, *offshore*- extração de

petróleo em alto mar - e naval visando formar uma nova cadeia produtiva no Estado, contribuindo assim para o desenvolvimento do Nordeste. O lançamento do projeto foi feito pelo governador de Pernambuco à época, Eduardo Campos.

O Complexo Suape atualmente possui 100 empresas em operação, responsáveis por mais de 25 mil empregos diretos e outras 50 empresas em fase de implantação (SUAPE, 2012). A área possui infraestrutura para atender as indústrias petroquímica, de gás, *offshore* e naval, além de estaleiros e refinaria de petróleo.

Numa perspectiva histórica, Tavares (2005) assinala que no Brasil as primeiras décadas do século XX foram importantes para o aperfeiçoamento da indústria de refino de petróleo. Essa indústria é caracterizada por uma trajetória incremental de ganhos de escala, que proporciona a criação de fortes barreiras à entrada na atividade. O refino possibilita a transformação de petróleo bruto em derivados padronizados largamente usados em diversos setores da economia, principalmente no setor de transportes.

O refino de petróleo no Brasil começou ainda antes de se encontrar óleo em território nacional, o que ocorreu em 1934. A primeira refinaria brasileira foi a Destilaria Riograndense, no Rio Grande do Sul, em 1932. A partir da promulgação da Lei Federal nº 2.004/1953, o refino passa a ser monopólio estatal, exercido pela Petrobrás (ZYLBERBERG, 2006).

A região Nordeste do Brasil é abastecida principalmente a partir da Refinaria Presidente Bernardes (RPBC), cujo fornecimento se dá através do Porto de Santos. São exceções a Bahia, Sergipe e alguns bolsões que se localizam na região limítrofe com o estado baiano (MELO; RAMOS; RAMOS, 2010).

Considerando esta realidade pelo lado da oferta, além da dificuldade de importação dos produtos do refino, em 2002 a Agência Nacional de Petróleo (ANP) estimou um crescimento da demanda em média de 3% a.a., e um déficit de oferta para o ano de 2010. Assim sendo, envidaram-se esforços no sentido de canalizar investimentos para o setor de refino nacional, principalmente no sentido de levar à região Nordeste alternativas de refino local. A criação do projeto da Refinaria Abreu e Lima S.A. (RNEST) é um resultado claro deste processo (MELO; RAMOS; RAMOS, 2010).

Lima, Sicsú e Padilha (2007) ressaltam que os projetos estruturadores para o Estado de Pernambuco como a Refinaria Abreu e Lima têm forte sustentação na área do conhecimento e se apresentam como novos desafios para a formação de recursos humanos, destacando-se assim a importância das universidades e instituições de pesquisa.

Goebel e Muira (2004) veem a universidade como elemento dinamizador do processo de desenvolvimento local e regional, pois através da formação do capital humano, colabora ao disponibilizar suporte científico e tecnológico.

A universidade desempenha importante papel no desenvolvimento local onde está inserida. Grapeggia, Minuzzi e Lezana (2005) sustentam que um dos locais mais preparados para se desenvolver competências são as universidades pela possibilidade de interagirem com organismos regionais, fomentando-os com sua *expertise*.

Esse panorama coaduna-se ao apresentado anteriormente, isto é, ao desenvolvimento do estado de Pernambuco, atrelado ao Complexo Suape e, mais especificamente, às oportunidades geradas pela Refinaria Abreu e Lima. A implantação dessa agenda vem contribuindo para o fortalecimento da indústria de refino de petróleo no Nordeste.

Alinhando-se a esse dinamismo econômico, a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) vem desenvolvendo nos últimos anos diversas iniciativas conjuntas com a Refinaria Abreu e Lima.

Em 2006, através de convênio firmado entre a Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da UFPE (FADE) e a Petrobras, a UFPE atuou na elaboração do projeto ambiental para a implantação da Refinaria ora citada (ASCOM, 2006).

Em 2007 foi realizado na universidade o *workshop* “Conhecimento da Refinaria Abreu e Lima: Rota tecnológica e desafios” (ASCOM, 2007).

Em 2009 ocorreu a primeira reunião do Fórum Suape Global, formado por representantes das universidades públicas pernambucanas e empresas como a Refinaria Abreu e Lima. Na ocasião, um convênio entre Suape e a Fade para elaboração de um Planejamento Estratégico do Conselho Consultivo do Suape Global também foi assinado (ASCOM, 2009).

A UFPE também atua na área social, com o trabalho “Diálogos para o Desenvolvimento Social em Suape”, ação que conta com a parceria da Refinaria Abreu e Lima e outras empresas. Esse trabalho pretende colaborar para o desenvolvimento social dos municípios do Cabo de Santo Agostinho e de Ipojuca, a fim de contribuir para a redução de problemas de saúde e violência nessa região (ASCOM, 2011).

Em 2011 ocorreu a primeira edição do Fórum UFPetro, o qual teve em 2012 sua segunda edição contando com palestras sobre a indústria do petróleo que vem se formando no estado com a chegada da Refinaria (ASCOM, 2012).

Vale salientar também o Programa de Recursos Humanos da Agência Nacional de Petróleo - PRH, desenvolvido pela ANP em parceria com a UFPE, cujo objetivo é a formação de recursos humanos com capacidade de realizar as tarefas de projeto, operação e manutenção

nas unidades de processamento de gás, refino de petróleo e unidades petroquímicas correlatas (UFPE, 2012).

O cenário exposto incita diversas interpretações. Nesse trabalho, delimita-se como objetivo de estudo analisar a relação institucional entre a UFPE e a Refinaria Abreu e Lima na estruturação da indústria de refino de petróleo em Pernambuco.

O recorte teórico a ser apresentado trata, dentre outros aspectos, da importância da burocracia na condução do desenvolvimento econômico de uma determinada região. Nessa dissertação assume-se a hipótese principal de Evans (2004) para explicar o processo de transformação industrial e sua consequente sustentabilidade, que inverte a imagem neoutilitarista do Estado, ao afirmar: é a insuficiência de burocracia que prejudica o desenvolvimento, e não sua prevalência. Dito de outra forma é a escassez de burocracia que impede o desenvolvimento.

Como inovação metodológica, nesse trabalho são apresentadas reflexões teóricas que possam explicar o papel da UFPE e não de agências envolvidas em determinado setor industrial, o que implica uma adaptação da ideia original de Evans (2004) para explicar os processos de transformação industrial.

Em vista do exposto, seguem os objetivos geral e específicos a serem desenvolvidos:

Objetivo Geral

- Analisar como a UFPE se insere, institucionalmente, na estruturação da indústria de refino de petróleo em Pernambuco.

Objetivos Específicos

- Analisar que papel de transformação industrial, com base em Evans (2004), orienta a relação entre a UFPE e a Refinaria Abreu e Lima na estruturação da indústria de refino de petróleo em Pernambuco.
- Analisar como a presença da burocracia, que orienta a relação institucional entre a UFPE e a Refinaria Abreu e Lima na estruturação da indústria de refino de petróleo em Pernambuco, contribui para o desenvolvimento dessa indústria.

No tocante ao papel que orienta a relação institucional entre a UFPE e a Refinaria Abreu e Lima, a análise será conduzida tendo como base a conceituação de Evans (2004), que subdivide os papéis do Estado no desenvolvimento industrial em custódio, demiurgo, parteiro e pastoreio.

Cabe ressaltar que é pertinente investigar a atuação da UFPE sob a ótica dos papéis de transformação industrial, haja vista que a universidade trata-se de uma autarquia especializada do Estado.

Assim, esse trabalho justifica-se por, admitindo-se que a estruturação da indústria de refino de petróleo, através do desenvolvimento das atividades da Refinaria Abreu e Lima, é de fundamental importância para o crescimento econômico do estado de Pernambuco, faz-se mister analisar a relação institucional estabelecida entre a principal instituição de ensino superior pública do estado e a Refinaria supracitada.

A presente dissertação é organizada em cinco capítulos. O Capítulo I - **Apresentação das Instituições Pesquisadas** – expõe um breve panorama das instituições que, através da concessão de entrevistas, participaram desse trabalho.

O Capítulo II – **Fundamentação Teórica** – apresenta o referencial teórico e abrange desde o conceito e características do Estado e a influência da burocracia, até a atuação do Estado no desenvolvimento econômico, no âmbito da produtividade e produção de conhecimento. Nesse contexto, a importância da instituição universidade também será abordada, através da teoria da Hélice Tríplice. Será explanada, ainda, a teoria dos custos de transação e os papéis de transformação industrial de Evans (2004), entre outros aspectos.

O Capítulo III - **Procedimentos Metodológicos** – discorre sobre a metodologia levada a efeito na condução dessa pesquisa, explicitando as características do estudo, da coleta e do tratamento dos dados, além da Análise Argumentativa de Toulmin (2002) que se constituiu no instrumento para análise das entrevistas realizadas.

O Capítulo IV - **Análise e Discussão dos Resultados** – dedica-se a examinar as entrevistas efetuadas e sua vinculação com a teoria ora citada. Para uma melhor exposição dos achados, o capítulo é dividido em duas seções, conforme os objetivos específicos dessa dissertação. A primeira seção é subdividida nos quatro papéis de transformação industrial de Evans (2004) e a segunda seção descreve com maiores detalhes a relação institucional entre a UFPE e a Refinaria Abreu e Lima abarcando a presença da burocracia e outras características.

O Capítulo V – **Considerações Finais** – apresenta uma síntese dos resultados da pesquisa realizada.

1. APRESENTAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES PESQUISADAS

Esse capítulo apresenta um panorama das cinco instituições entrevistadas na pesquisa: Agência Nacional de Petróleo, Universidade Federal de Pernambuco, Refinaria Abreu e Lima, Secretaria de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco e Fórum Suape Global.

1.1 Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP)

Implantada pelo Decreto nº 2.455/1998, a ANP é o órgão regulador das atividades que integram os setores da indústria do petróleo, gás natural e biocombustíveis no Brasil. Trata-se de uma autarquia federal, vinculada ao Ministério de Minas e Energia, sendo responsável pela execução da política nacional para os setores supracitados

A Agência tem como finalidades: estabelecer regras para o funcionamento das indústrias e do comércio de óleo, gás e biocombustíveis; promover licitações e assinar contratos em nome da União com os concessionários em atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural; fazer cumprir as normas nas atividades das indústrias reguladas, dentre outras atividades (ANP, 2012).

A ANP é também um centro de referência em dados e informações sobre a indústria do petróleo e gás natural: mantém o Banco de Dados de Exploração e Produção (BDEP), promove estudos sobre o potencial petrolífero e o desenvolvimento do setor; recebe e torna públicas as notificações de descobertas; divulga as estatísticas oficiais sobre reservas e produção no Brasil; realiza pesquisas periódicas sobre qualidade dos combustíveis e lubrificantes e sobre preços desses produtos. Na área dos biocombustíveis, mantém e divulga dados sobre autorizações, produção e comercialização de biodiesel e etanol (ANP, 2012).

No que tange a formação profissional, com parte dos recursos originados dos royalties do petróleo, a ANP estimula a complementação de currículos de cursos universitários, de graduação e pós-graduação, e de educação profissional de nível médio com disciplinas extras de especialização no setor de petróleo e gás natural. Lançado em 1999, o Programa de Recursos Humanos da ANP para o Setor do Petróleo e Gás (PRH/ANP-MCT) já concedeu mais de 5.800 bolsas de estudos e mantém convênios com instituições de ensino e pesquisa em 16 estados da Federação, dentre eles Pernambuco.

1.2 Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

A UFPE se configura como a principal instituição de ensino superior pública do estado de Pernambuco. Em 2010, manteve-se como a melhor universidade do Norte e Nordeste do País no quesito graduação, tendo alcançado nota de 3,69 no Índice Geral de Cursos (IGC) do Ministério da Educação (MEC) que avalia o desempenho dos alunos, a estrutura das instituições e o investimento em professores e nos cursos.

A Universidade vem ampliando sua interação com a sociedade, com a criação de novos cursos em atendimento a demandas sociais e econômicas e aumento de vagas em cursos tradicionais com oferta de oportunidades focadas no novo cenário econômico do estado (UFPE, 2012).



Figura 1 – Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

A UFPE é composta por 12 centros acadêmicos e conta com três campi: Campus Joaquim Amazonas, no Recife; Centro Acadêmico de Vitória, em Vitória de Santo Antão e Centro Acadêmico do Agreste, no município de Caruaru. Em conjunto, as três unidades oferecem 93 cursos de graduação.

No intervalo de 7 anos, foram criadas 2.402 vagas em cursos de graduação, passando de 4.425 vagas em 2005 para 6.827 vagas em 2012, num crescimento de mais de 54%. Neste período, novos cursos foram implantados, entre eles Cinema, Arqueologia, Museologia, Dança, Sistemas de Informação, Engenharia de Materiais, Engenharia de Energia e Engenharia Naval. O crescimento é decorrência, principalmente, de dois programas do Ministério da Educação: o de Interiorização do Ensino Superior e o de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) (UFPE, 2012).

Contudo, como toda universidade, a UFPE atravessa alguns problemas, dentre eles, a evasão e retenção estudantil. Para evitar a evasão e a retenção, é necessário atuar na esfera cognitiva a exemplo do programa de reforço escolar apoiado pela Pró-Reitoria para Assuntos Acadêmicos (Proacad). A universidade também realizou modificações no processo seletivo em algumas áreas, que necessitavam uma intervenção para diminuir os indicadores de evasão e retenção (GONÇALVES E SILVA, 2010).

Para Gonçalves e Silva (2010) a evasão e a retenção nas universidades são problemas complexos, decorrentes de várias causas e que devem ser colocados em discussão de modo permanente, para solucioná-los e evitar o incremento deles. Os cursos do Centro Tecnologia e Geociências (CTG) da UFPE têm discutido desde 2004 formas de diminuir as altas taxas de evasão e retenção, principalmente nos anos iniciais dos cursos de engenharia.

Conforme Genevois, Lyra e Lima (2008) a evasão estudantil na UFPE é maior nos cursos em que as notas mínimas de entrada são menores. Ainda assim, cursos de alta demanda, como Engenharia Eletrônica e Engenharia de Produção, formam menos do que a metade dos alunos ingressantes. Isto também se observa quando se compara os formados nas duas entradas vestibular. O grau de conhecimento dos ingressantes é decisivo na evasão e a retenção, medida pelo número de semestres entre ingresso e formatura, também depende do conhecimento básico do aluno que ingressa no curso, porém não de forma tão pronunciada. No entanto, pode-se observar o efeito do ciclo profissional na retenção, ao verificar-se o elevado tempo médio para os alunos se formarem. Como resultado dessa problemática, a UFPE adotou a partir de 2008 o vestibular unificado e a implantação do primeiro ano comum para os cursos de engenharia (GENEVOIS; LYRA; LIMA, 2008).

A Resolução 08/2008 do Conselho Coordenador de Ensino, Pesquisa e Extensão – CCEPE-UFPE¹ definiu a adoção do vestibular unificado restrito a diversos cursos vinculados ao CTG da UFPE, campus Recife, como forma de acesso à UFPE, através do ingresso vestibular. Essa Resolução prevê que na seleção do Conjunto Engenharias CTG, os candidatos aprovados e classificados no exame Vestibular se tornam estudantes regulares da UFPE, porém, a escolha definitiva do curso ocorrerá após a aprovação do candidato ao fim de dois semestres letivos.

O Conjunto Engenharias CTG engloba os cursos de Engenharias de: Alimentos, Civil, Eletrônica, Elétrica, Energia, Mecânica, Minas, Produção, Materiais e Naval. Recentemente, foi incorporada a Engenharia de Controle e Automação.

¹Disponível para consulta em Resoluções CCEPE:
http://www.ufpe.br/ufpenova/index.php?option=com_content&view=article&id=108&Itemid=230.

Assim, o candidato ao exame vestibular que no ato de inscrição optar pelo Conjunto Engenharias CTG estará concorrendo para o ingresso ao primeiro ano do ciclo básico dos cursos ora citados. Este candidato, se aprovado e classificado nos dois primeiros semestres letivos, fará a escolha definitiva do seu curso de graduação ao término desse primeiro ano. Para realizar essa escolha, o estudante deverá preencher formulário de opções, com a ordem das preferências dos cursos em que gostaria de prosseguir seus estudos. Os estudantes são classificados em ordem decrescente do coeficiente de rendimento escolar (CR), considerando o quantitativo de vagas disponíveis.

Para Gonçalves e Silva (2010), o conhecimento prévio da profissão escolhida motiva o estudante a concluir seu curso e exercê-la com entusiasmo, contribuindo para a redução dos índices de evasão e retenção no CTG.

No âmbito do desenvolvimento da indústria de refino de petróleo em Pernambuco, a UFPE, por meio de seu Departamento de Engenharia Química (DEQ), vinculado ao CTG, oferece os cursos de graduação em Engenharia Química e Química Industrial. No âmbito da pós-graduação, há o Doutorado e Mestrado em Engenharia Química. Através de convênios com a ANP, a UFPE possui o PRH, que objetiva formar e qualificar recursos humanos para atuação no setor de petróleo, gás natural e biocombustível.

O PRH-28 surgiu do convênio entre a ANP e a UFPE através do DEQ, tendo como ênfase a formação dos alunos de graduação em “Engenharia de Processamento Químico de Petróleo e Gás Natural”. Posteriormente, o Programa se expandiu com ênfase em Desenvolvimento de Processos Químicos do Petróleo, Gestão Ambiental na Indústria do Petróleo e Gestão de Risco e Confiabilidade nos Processos Industriais, com objetivo de adequar cada vez mais o programa às demandas das indústrias do setor (UFPE, 2012).

O PRH fornece bolsas de estudo para alunos dos cursos de graduação, mestrado e doutorado em Engenharia Química, de mestrado e doutorado para os alunos de Química Industrial e em 2013 serão incluídos os alunos de graduação em Química Industrial e da Engenharia de Produção (UFPE, 2012).

Em parceria com a Refinaria Abreu e Lima, a UFPE vem desenvolvendo pesquisas e novas tecnologias além de palestras, simpósios e *workshops* ressaltando a importância da indústria de refino de petróleo para o Estado, assim como as atuações de apoio da universidade a esse setor.

1.3 Refinaria Abreu e Lima (RNEST)

Desde 2005, a Petrobras investe na modernização do parque de refino para melhorar a qualidade dos produtos e otimizar a logística para atendimento as demandas nacionais de combustíveis e demais derivados de petróleo (JORNAL DO COMMERCIO, 2013).

Em 26 de março de 2008, foi assinado acordo entre a Petrobras e a PDVSA, estatal venezuelana de petróleo, estabelecendo a sociedade para a construção de uma refinaria em Pernambuco (FECOMBUSTIVEIS, 2011). A Refinaria Abreu e Lima (RNEST) é um empreendimento conjunto entre as empresas citadas, e tem como objetivo principal atender à demanda crescente de derivados de petróleo do Nordeste brasileiro (PETROBRÁS, 2006).

Instalada em uma área de 6,3 km², no Complexo Suape, a Refinaria Abreu e Lima teve sua obra iniciada em setembro de 2007. Durante a construção estão sendo gerados cerca de 35 mil postos de trabalho diretos além de 150 mil indiretos e do efeito renda. Na fase de operação, a previsão é de 1,5 mil empregos diretos. A Refinaria atualmente está em obras, com 62% de avanço físico, começando a operar o primeiro trem (115 mil bpd) em novembro de 2014, e o segundo (115 mil bpd) em maio de 2015 (PETROBRAS, 2012).

A Refinaria é projetada para processar exclusivamente petróleo pesado e terá capacidade de processar 230 mil barris de óleo por dia, cerca de 11% da capacidade atual de refino de petróleo no Brasil. Serão produzidos também gás de cozinha (GLP), nafta petroquímica e coque, entre outros subprodutos. Estima-se que 20% da produção será voltada para Pernambuco assim como para todo Nordeste (PETROBRÁS, 2011). Além do Nordeste a RNEST vai abastecer a região Norte, pois essas localidades atualmente são atendidas em parte por importação e em parte por produção nacional (JORNAL DO COMMERCIO, 2013).

O principal objetivo da Abreu e Lima é a produção de óleo diesel, com baixo teor de enxofre, na ordem de 26 milhões de litros por dia, contribuindo para tornar o Brasil autossuficiente na oferta desse produto em seu mercado interno que hoje ainda depende de importações (PETROBRÁS, 2011).

A produção de diesel, o derivado com maior expectativa de aumento de consumo no País, representará cerca de 70% do volume de produção da Refinaria. O consumo aparente² de combustíveis no mercado brasileiro em 2011 registrou um aumento de 3% em relação a 2010.

² O conceito de consumo aparente é caracterizado por "produção nacional + importações - exportações". Fonte: Sindicato da Indústria de Resinas Plásticas – Siresp.

Nesse mesmo período, houve aumento de 5,2% no consumo de óleo diesel, assim como no consumo de biodiesel, com crescimento de 5,3% (BIODIESELBR,2012).

A demanda no Norte/Nordeste, em 2020, será de 1,23 milhão de barris de derivados por dia. Com a Refinaria pronta, a capacidade será de 550 mil barris por dia. Conforme projeções da Petrobrás (2012) haverá um déficit no Norte/Nordeste em 2020, em torno de 700 mil barris/dia. Assim, conclui-se que construir a refinaria no Nordeste é uma questão de atendimento da demanda de mercado (PETROBRÁS, 2012).

Em sua operação, a Refinaria Abreu e Lima atuará dentro do conceito de Unidade de Alta Performance (UAP) sendo projetada para atender a diretrizes de categoria internacional nos níveis de confiabilidade e desempenho, além de automatização e otimização com controle avançado, com baixo consumo energético e respeito ao meio ambiente.

Em relação aos cuidados ambientais, o gerenciamento dos níveis de poluição será acompanhado por equipamentos de monitoramento de emissões atmosféricas e de qualidade do ar, objetivando causar impacto inferior ao permitido pela legislação ambiental. A Refinaria contará com sistema de tratamento e reuso da água, para evitar desperdício e garantir a qualidade dos seus efluentes que serão tratados antes de serem lançados no mar.

Há 30 anos sem construir uma nova refinaria no Brasil, a Petrobras decidiu erguer a Abreu e Lima com um novo conceito de sustentabilidade. Atendendo a expectativa de produzir diesel com baixo teor de enxofre, em 01 de janeiro de 2013 a Petrobras lançou o Diesel S-10, substituindo integralmente o Diesel-50. A RNEST produzirá esse tipo de combustível para abastecer os mercados do Norte e Nordeste. Com a utilização do diesel de 10 ppm (dez partes por milhão de enxofre), o Brasil alcança o status da Europa no nível de emissões (JORNAL DO COMMERCIO, 2013).



Figura 2 – Refinaria Abreu e Lima

1.4 Secretaria de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco (SDEC)

A Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDEC) de Pernambuco é uma das principais responsáveis pelo planejamento, articulação e execução da política econômica traçada pelo Governo do Estado. A Secretaria atua em frentes específicas, buscando dinamizar e interiorizar o desenvolvimento econômico, de modo a fortalecer a atividade empresarial do Estado.

A SDEC possui como papel fomentar novos negócios e investimentos nos âmbitos nacionais e internacionais, levando em conta as vocações e diferenciais de Pernambuco. Para realizar esta missão, conta com o apoio de empresas vinculadas que trabalham em conjunto com o Governo do Estado, visando o desenvolvimento de Pernambuco, são elas³:

- **AD Dipер** – Agência de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco: órgão estadual focado na promoção de ações em torno da captação de novos investimentos e de projetos estruturadores e impulsionadores do crescimento da economia local. A agência trabalha em prol do ambiente de negócios do Estado para que esse possa contar com cadeias produtivas estruturadas e se firmar como o ponto ideal para empreendimentos sólidos e de porte. A AD Dipер também faz a análise de projetos e concessão, junto com a Secretaria da Fazenda, de incentivos fiscais para as empresas e estimula e apoia as relações das empresas locais com o comércio exterior.
- **Copergás** - A Companhia Pernambucana de Gás odoriza, canaliza e distribui o gás natural em Pernambuco atendendo aos mercados industrial, automotivo, residencial, comercial, termoeletrico e cogeração. A empresa detém uma das maiores redes de distribuição do Nordeste e adota as políticas de desenvolvimento do Governo do Estado, que detem 51% das ações ordinárias, oferecendo gás natural a preços competitivos, contribuindo para atrair novos investimentos para Pernambuco, o que fortalece a geração de empregos.
- **Porto do Recife** – Um dos mais tradicionais do País, cuja área de influência envolve Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Alagoas, Sergipe, sul do Ceará e nordeste da Bahia. O porto tem cinco terminais de destaque: o açucareiro, o de coque de petróleo, o de

³ Informações coletadas no site da Secretaria de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco.

malte de cevada, o de cereais e o de trigo. Todas as suas operações são realizadas pela iniciativa privada, assim como a administração de seus terminais, o que se insere na estratégia de dar ao porto um perfil de polo de negócios e não apenas de estrutura logística.

- **Jucepe** – A Junta Comercial do Estado de Pernambuco é uma autarquia estadual e o órgão administrador e executor do Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins, na circunscrição territorial sob sua jurisdição. Possui como missão legalizar, arquivar e executar os serviços de registros públicos de empresas mercantis e atividades afins no Estado de Pernambuco.
- **IPEM** - O Instituto de Pesos e Medidas de Pernambuco é vinculado tecnicamente ao INMETRO (Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia). Tem por missão “assegurar à sociedade uma melhor qualidade de vida, utilizando a Metrologia e a qualidade na fiscalização de instrumentos, produtos e serviços, no âmbito do Estado de Pernambuco”.
- **Porto de Suape** - O Complexo Industrial e Portuário de Suape é um polo de localização de negócios industriais e portuários da Região Nordeste. Por dispor de uma infraestrutura que atende às necessidades dos mais diversos empreendimentos, Suape tem atraído um número cada vez maior de empresas interessadas em colocar seus produtos no mercado regional ou exportá-los para outros países.



Figura 3 – Porto de Suape

O Complexo Suape situa-se nos municípios de Ipojuca e Cabo de Santo Agostinho, litoral sul do Estado de Pernambuco. Possui área total de 14.000 hectares (140km²),

distribuídos em zonas Portuária, Industrial, Administrativa, de Preservação Ecológica e de Preservação Cultural. Entre seus projetos de maior relevância constam uma refinaria de petróleo, plantas petroquímicas e um estaleiro de grande porte.

A posição geográfica de Pernambuco, no centro da Região Nordeste, transforma Suape em um centro concentrador e distribuidor de cargas. Situado na extremidade oriental da Costa Atlântica da América do Sul, o Porto de Suape tem uma localização estratégica em relação às principais rotas marítimas de navegação, conectando-se com mais de 160 portos em todos os continentes. A localização torna o porto de Suape vocacionado como um porto internacional concentrador de cargas (*hub port*) para toda a América do Sul (SDEC, 2012).

Em uma estratégia planejada pelos armadores internacionais, Suape passou a ser visto como o porto que poderia realizar, na Costa Atlântica da América do Sul, as operações de "*transshipment*", ou seja, a transferência de cargas de navios de grande porte (*full-containers* de 4ª geração) para as instalações portuárias e reembarcando-as em navios de menor porte. O Complexo Suape agrega uma multimodalidade de transportes, através de rodovias e ferrovias internas, aliadas a um porto de águas profundas com redes de abastecimento de água, energia elétrica, telecomunicações e gás natural instaladas em todo o Complexo (SDEC, 2012).

Além da infraestrutura, as empresas contam com incentivos fiscais, oferecidos pelos governo federal e estadual pernambucano, com o objetivo de estimular a geração de empregos e incrementar a economia regional.

Conforme dados da SDEC (2012), as empresas que já se instalaram ou estão em fase de implantação no Complexo Industrial Portuário Suape, representam investimentos da ordem de US\$ 1,7 bilhão. Esses investimentos alavancaram novas cadeias produtivas no Estado em um movimento que irá transformá-lo em um polo de bens e serviços para os segmentos de petróleo, gás, *offshore* e naval (PE DESENVOLVIMENTO 2012).

Dadas essas características, o Estado de Pernambuco desenvolveu o projeto Suape Global, iniciativa que tem como proposta atrair investimentos para o Complexo Industrial Portuário Suape, tendo como meta a formação de uma nova cadeia produtiva, transformando a região em um centro irradiador de desenvolvimento.

1.5 Suape Global

O projeto Suape Global busca desenvolver uma atividade industrial inovadora e de forte base científico-tecnológica, inserida no mercado global e capaz de garantir a sustentabilidade do Complexo Suape para os próximos 50 anos (AD DIPER, 2009). A formatação do projeto é liderada pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico, através das suas empresas vinculadas – AD Diper e Porto de Suape -, em conjunto com as Secretarias de Educação; Ciência e Tecnologia; Planejamento e Fazenda. São parceiros nesse trabalho a UFPE, a FIEPE e o SEBRAE (GOVERNO DE PERNAMBUCO, 2010).

A AD Diper é o órgão que prospectará áreas disponíveis e empresários interessados em fincar base nos novos distritos industriais que serão constituídos nos municípios integrantes do chamado território estratégico de Suape: Jaboatão dos Guararapes, Cabo de Santo Agostinho, Moreno, Escada, Ipojuca, Ribeirão e Sirinhaém.

Em outubro de 2009, durante o evento “Pernambuco Business” no auditório do JCPM no Recife, o Governador Eduardo Campos assinou decreto que instituiu o Fórum Suape Global e nomeou o Coordenador Executivo de Novos Negócios de Suape, Sílvio Roberto Carneiro Leão Leimig, como Diretor do Suape Global. Nesse mesmo ano foi formalizada a presidência do Comitê Consultivo do Projeto e assinado um convênio entre Suape e a Fundação de Apoio ao Desenvolvimento (Fade/UFPE) para elaboração do Planejamento Estratégico do Conselho Consultivo do Suape Global.

O Fórum Suape Global é formado por seis grupos de trabalho setoriais divididos em Comitê Consultivo, Comitê Executivo e Secretário Executivo. Os grupos de trabalho compreendem: Recursos Humanos; Pesquisa, Tecnologia & Inovação; Desenvolvimento Social; Infraestrutura; Desenvolvimento e Meio Ambiente do Território de Suape e Ambiente e Desenvolvimento de Negócios.



Figura 4 – Logomarca do Projeto Suape Global

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Esse capítulo expõe a fundamentação teórica dessa dissertação partindo dos conceitos de Estado e Burocracia e posteriormente analisando aspectos do Estado no desenvolvimento econômico, na produtividade, na produção de conhecimento, assim como a atuação da instituição universidade nesse contexto. Ademais serão apresentadas as teorias da economia dos custos de transação (ECT) e dos papéis de transformação industrial de Evans (2004).

2.1 Conceito e características de Estado

Preliminarmente, cabe apresentar a diferenciação entre os conceitos de Estado e Governo. Conforme Bordignon (2009), o Estado tem o caráter da perenidade, da institucionalidade permanente. Nos regimes republicanos democráticos os interesses do Estado se identificam com os dos cidadãos. A seu turno, o Governo tem o caráter da transitoriedade, sendo exercido pelos agentes públicos eleitos ou nomeados para exercer o poder político, na gestão do Estado, em um determinado momento.

Silva (2005) assevera que ações de Estado trazem efetivos e perenes benefícios à sociedade, o que não ocorre necessariamente com as ações de governo, limitadas temporalmente pelo decurso do mandato eletivo dos agentes políticos e muitas vezes, conduzidas com propósitos meramente eleitoreiros, dissonantes das legítimas finalidades da Administração Pública. Dessa forma, justifica-se a importância de analisar o papel das ações de Estado no atual contexto do desenvolvimento econômico de Pernambuco.

Para Giddens (2005) um Estado existe “onde há um mecanismo político de governo (instituições governamentais) controlando determinado território, cuja autoridade conta com um sistema de leis e da capacidade de usar a força para implementar suas políticas”.

Segundo Bresser-Pereira (2010), o Estado é a instituição soberana, é o poder que não reconhece poder acima dele, garantido pela ordem jurídica e pela organização social.

Bourdieu (1996), por sua vez, assinala que no domínio da produção simbólica particularmente se faz sentir a influência do Estado. Para esse autor, o Estado é resultado de um processo de concentração de diferentes tipos de capital: de força física ou de instrumentos de coerção (exército, polícia); econômico, ou melhor, de informação; e simbólico,

concentração que, enquanto tal, constitui o Estado como detentor de uma espécie de metacapital, com poder sobre os outros tipos de capital e sobre seus detentores.

No entanto, ressalte-se, o Estado não é – como muitas vezes se supõe – um ente externo e coercitivo aos movimentos da sociedade e da economia, dotado de racionalidade única, instrumentos suficientes e capacidade plena de operação. É sim parte integrante e constituinte da própria sociedade e da economia, que precisa se relacionar com outros agentes nacionais e internacionais para construir ambientes favoráveis à implementação de suas ações (PINTO; CARDOSO JR.; LINHARES, 2010).

Historicamente, teóricos e pensadores buscaram definir o que seria Estado assim como o seu papel. Para o filósofo francês Jean Bodin [1530-1596], a palavra "Estado" serviria para designar a forma de constituição da república, assim haveria três estados, ou três espécies de república, a saber: a monarquia, a aristocracia e a democracia (BARROS, 1995).

Conforme Bresser-Pereira (2011) no mundo antigo, a visão normativa sobre o bom regime político era clara: ele deveria ser monárquico ou aristocrático, não democrático. O máximo que se podia aceitar era o "regime misto" de Aristóteles, no qual alguns aspectos da democracia se combinavam com o regime autoritário. A política reapareceu nas cidades-Estados mercantis italianas com os humanistas republicanos, como Maquiavel. Posteriormente, como resultado da aliança política do monarca com a burguesia emergente, surgem os Estados nacionais, onde havia governo centralizado e soberano sobre nações ou povos com culturas comuns que habitavam determinados territórios.

No pensamento clássico, podemos citar, dentre outros pensadores, Thomas Hobbes [1588-1679] com a Teoria Contratualista⁴. Para Hobbes, o sistema político é construído sobre dois tipos de alicerces: o Estado de Natureza, no qual os homens vivem sem leis positivas que os obriguem a um respeito mútuo; e o Estado Civil, fundado por um contrato, onde existe um poder comum obrigando os homens ao respeito às leis e a boa convivência (MATOS, 2007).

Na Idade Moderna, John Locke [1632-1704] afirmava ser a monarquia absoluta incompatível com o governo civil, pois o soberano não teria a quem apelar a não ser a si mesmo. Assim, era necessário que o poder político estivesse em mãos de corpos coletivos de homens. Locke defendia o liberalismo, doutrina política que vê a liberdade do indivíduo *versus* o abuso de poder como os problemas centrais de um Estado (TAVARES, 2008).

⁴ A Teoria Contratualista do Estado tem sua origem em Hobbes que explica o Estado a partir de um contrato voluntário, no qual os indivíduos cedem sua liberdade ao monarca absoluto e, portanto, ao Estado, em troca da segurança que este lhes oferecerá. Esta teoria teve seguidores ilustres como Locke, Rousseau e Kant e foi a origem da democracia moderna (BRESSER-PEREIRA, 2005).

Por sua vez, Jean-Jacques Rousseau [1712-1778] um dos inspiradores da Revolução Francesa de 1789, com seu Contrato Social assinalava que a sociedade civil é imperfeita: corrompida pela propriedade, produto da voracidade do homem. Assim, o Estado foi até aquele momento uma criação dos ricos para preservar a desigualdade e a propriedade, e não o bem-comum (BEHRING, 2000).

A seu turno, Hegel [1770-1831] acreditava que o Estado deveria ser a expressão dos interesses coletivos. Assim o coletivo se concretiza através da unidade dos variados interesses individuais e particulares, sendo o Estado o encarregado de manter essa unidade, sem anular, ao mesmo tempo, identidades e oposições (SILVA; NOBREGA; FONSECA, 2011).

Ainda no século XVIII, Adam Smith [1723-1790] preconizou as livres transações coordenadas pela ação individual autointeressada, com especialização e divisão do trabalho e a adoção do liberalismo, traduzido no “*laissez-faire*”, defendendo a existência do mercado livre que espontaneamente geraria um estado de bem-estar social.

Dulci (2009) interpreta que os ideais do liberalismo econômico, resumidos no lema “menos Estado, mais mercado”, ao se pautarem pela primazia da liberdade individual sobre a equidade social, buscavam distanciar a economia e a política.

Conforme Simões e Silva (2002) para o senso comum, as concepções liberais propõem liberdade para os indivíduos escolherem seus próprios meios, de forma a atingir seus fins. Aparentemente, essas ideias levariam à desordem, mas para Smith os indivíduos são dominados pelas paixões e instintos de autopreservação e autointeresse, porém controlados por valores interiores. Para esse economista “o mercador ou comerciante, movido apenas pelo seu próprio interesse egoísta (*self-interest*), é levado por uma mão invisível a algo que nunca fez parte do interesse dele: o bem-estar da sociedade”.

A esta concepção se opôs Karl Polanyi (2000) afirmando que, longe de ser natural e universal, a economia moderna é resultado da atividade humana. Vinha (2001) interpreta que contrariamente ao que pensava Adam Smith, para Polanyi o ganho e o lucro não foram impulsionadores da economia nas sociedades que precederam historicamente o mundo capitalista. Polanyi discordava, ainda, da pressuposição de Smith de que a divisão do trabalho dependia da existência do mercado, o que justificava a propensão do homem a permutar e barganhar.

Mattos (2007) aponta que a metáfora da mão-invisível de Smith habita o imaginário de quase todos os economistas, representando a ideia de que o “mercado” seria uma instituição capaz de “transformar” o autointeresse individual em benefícios sociais, sem a necessidade de intervenção da “mão invisível” do Estado. A este cumpriria apenas garantir a ordem

institucional e administrar a justiça. Ainda conforme Mattos (2007) para Smith, retirados os "sistemas de preferências ou de restrições" os indivíduos irão buscar o seu próprio interesse, no entanto, disto não se deduz que eles aplicarão os seus capitais da forma que gere mais riqueza para a sociedade como um todo. Pelo contrário, Smith é explícito em afirmar que os indivíduos só aplicariam os seus capitais na ordem mais benéfica socialmente, caso esta fosse por eles percebida como a mais favorável à promoção dos seus interesses individuais.

Assim, o "sistema de liberdade natural" seria capaz de produzir um resultado que as instituições mercantilistas não eram capazes de produzir, ou seja, uniria de forma indelével o autointeresse individual e o interesse social. Sob essa perspectiva, a função precípua do Estado não seria a de promover o progresso econômico, mas de garantir as regras necessárias para o bom funcionamento do sistema econômico de mercado (MENDONÇA; ARAUJO, 2003).

Para Polanyi (2000), o equilíbrio econômico internacional e o progresso que ele permitiu não foram simples resultados da "mão invisível" do jogo dos interesses individuais. O autor sugere, ainda, o argumento de que o mercado não é uma entidade autônoma e separada dos agentes econômicos, sociais e políticos; não é uma "mão invisível" sem contexto e sem conexões sociais e políticas que determina o andamento dos negócios, conforme apregoado por Adam Smith.

Panzutti (2011) cita Polanyi (2000) ao interpretar que o mercado é uma construção social da realidade, onde o Estado pode participar através da centralização e unificação do espaço econômico. Assim, o mercado seria uma "instituição em particular" que se organiza de acordo com o autointeresse dos agentes em situações específicas. Segundo Belik (1999, pág. 09), o mercado em seu sentido puro é apenas uma das formas de arranjo institucional⁵.

No pensamento moderno sobre o papel do Estado, Alexis de Tocqueville [1805-1859], reconhece a diversidade de interesses sociais, mas não aceita soluções que sacrifiquem a liberdade individual em nome da pacificação dos conflitos de interesses por meio de um Estado sobreposto à sociedade (FREY, 2000).

Essa visão de Estado aparece em Marx [1818-1883], para quem o Estado capitalista é resultante da divisão da sociedade em classes, enfatizando o caráter de dominação,

⁵ Em uma perspectiva geral, entende-se por arranjo institucional, o acordo entre determinadas unidades que governa o modo pelo qual essas podem cooperar. Hollingsworth (2003) denomina arranjo institucional ao se referir a disposição de cinco componentes de análise institucional: estados, mercados, redes, associações e comunidades. Esses arranjos, além de serem institucionalizados, são compostos de múltiplas instituições e organizações. Para o autor, a análise institucional envolve: Instituições (normas, regras, convenções); Organizações (empresas, associações, partidos, etc.); Setores institucionais (sistema financeiro, de educação, de pesquisa) e Resultados e desempenhos (decisões administrativas, performance setorial e societal).

considerando-o um mecanismo de opressão e de repressão para garantir a acumulação do capital. Evans (2004) complementa que a análise marxista clássica postula os Estados como instrumentos de domínio das sociedades a que servem.

No pensamento marxista, o Estado é um órgão de dominação de classe, um órgão de submissão de uma classe por outra; é a criação de uma "ordem" que legalize e consolide essa submissão, amortecendo a colisão das classes. Os marxistas discutiram sobre as funções que os Estados deviam partilhar dentro de um modo de produção, numa fase de acumulação capitalista, ou em ligação com a sua posição no sistema mundial. Assim, foram levados a afirmar a autonomia relativa do Estado, fazendo desta um traço necessário do modo de produção capitalista reconhecendo o modo como esse funciona para estabilizar o sistema político no seu conjunto (BOUDON, 1990).

No século XIX, surge a doutrina utilitarista, a qual, conforme Esteves (2002), teve em Stuart Mill [1806-1873] um de seus expoentes, apregoando que a limitação coercitiva das liberdades individuais por parte do Estado pode ser justificada na medida em que suas conseqüências são úteis na promoção do maior bem-estar ou felicidade da coletividade.

Na visão de Weber [1864-1920], Estados são associações compulsórias que reivindicam controle sobre territórios e as pessoas que vivem nele; núcleos administrativos, jurídicos e coercitivos são organizações de qualquer Estado (SKOCPOL, 1985).

Em fins do século XIX e começo do século XX nasce a Economia Neoclássica afirmando que os indivíduos são induzidos a fazer escolhas supostamente racionais em um universo de recursos escassos, assim desenvolvendo uma concepção substancialista de troca (PANZUTTI, 2011).

A visão substancialista considera as atividades de produção, circulação e consumo como fenômenos naturais e universais, assim os neoclássicos privilegiaram principalmente os mecanismos de funcionamento do mercado, sendo esse o responsável por coordenar as trocas entre os agentes econômicos (BELIK, 1999).

Para Mendonça e Araújo (2003) na Economia Neoclássica, os economistas preocupavam-se em explicar formalmente o funcionamento dos mercados competitivos, dando pouca importância para a necessidade de justificar a função do Estado nesse sistema.

Essa situação se altera no começo do século XX, quando a ação do Estado foi fundamental no desenvolvimento de alguns países. À época, o Estado era o principal ator no cenário internacional e a soberania estatal era considerada órgão único de poder, independentemente de ser baseada no consentimento popular ou no arbítrio dos governantes (FORJAZ, 1999).

Nesse contexto, faz-se mister discorrer sobre o conceito de soberania Estatal. Do ponto de vista externo, a soberania pode ser considerada apenas qualidade do poder, que a organização estatal pode ou não ostentar. Do ponto de vista interno, a soberania é a essência do ordenamento estatal, a superioridade e supremacia que faz com que o poder do Estado se sobreponha de modo incontrastável aos demais poderes sociais, que lhes ficam subordinados. A soberania assim entendida fixa a noção de predomínio que o ordenamento estatal exerce num certo território e numa determinada população sobre os demais ordenamentos sociais (BONAVIDES, 2000).

No século XX, Fiori (1992) aponta que ocorreu uma transformação na natureza do Estado e suas relações com a economia e sociedades capitalistas. Keynes [1883-1946] questionava a eficiência do liberalismo econômico vigente à época, ao supor que nem sempre a oferta pode gerar a sua própria demanda e, contrariamente ao esperado, nada garantiria que a renda que um indivíduo não consumisse seria transformada em fonte de investimento, o que impossibilitaria o pleno emprego dos fatores produtivos (MORAES; BERTOLLI, 2005).

Atribui-se a John Maynard Keynes [1883-1846] o desenho teórico da estratégia político-econômica que contribuiu para a constituição das economias mistas e dos sistemas de bem-estar e proteção social. O Estado torna-se o ator central na viabilização do contínuo crescimento experimentado pelas economias avançadas da época (FIORI, 1992). Ainda de acordo com o autor, as políticas keynesianas criaram as premissas de um pacto explícito ou implícito entre sindicatos e capitalistas que fundou as bases do *welfare state*, o estado de bem-estar social.

Segundo Vianna (2007), nas nações em que surgiu o estado de bem-estar social, havia sido incorporada a ideia de que não basta ter indústrias e tecnologias avançadas; para serem desenvolvidas, tais nações deveriam garantir da forma mais abrangente possível o acesso da totalidade de suas populações a benefícios como habitação, saúde, educação, e, principalmente, emprego e renda. Dulci (2009) postula que a introdução de leis de proteção aos trabalhadores e de sistemas previdenciários e serviços sociais de massa, configurou o que se chamou Estado Providência ou *welfare state*.

Esping-Andersen (1991) assinala que o *welfare state* foi possibilitado pelo surgimento da burocracia moderna como forma de organização racional, universalista e eficiente. É um meio de administrar bens coletivos, mas é também um centro de poder em si, e por isso, tenderá a promover o próprio crescimento. Uma definição comum para *welfare state* envolve responsabilidade estatal no sentido de garantir o bem-estar básico dos cidadãos.

Para Evans (2004), quando o Estado está envolvido no processo de acumulação de capital, a responsabilidade pelo desempenho econômico é menos facilmente atribuída à natureza do simples funcionamento dos mercados. Dessa forma, bem-estar social e crescimento se tornam facilmente interconectados. Diniz (2001) complementa que, assim, a atuação do Estado desloca-se para a busca de alternativas e o reconhecimento de que o crescimento e a conquista de um novo patamar econômico não se produzem espontaneamente, e sim como resultado de políticas deliberadas, de escolhas feitas por dirigentes determinados a reverter situações adversas e elevar o nível de bem-estar da sociedade.

Segundo Esping-Andersen (1991) o processo de industrialização torna a política social necessária, porque modos de produção pré-industriais como família, igreja e solidariedade corporativa são destruídos pelas forças ligadas à modernização, como a mobilidade social, a urbanização, o individualismo e a dependência do mercado. O x da questão é que o mercado não é um substituto adequado, pois abastece apenas os que conseguem atuar dentro dele. Por isso a "função de bem-estar social" é apropriada ao Estado.

Matos e Buffon (2011) assinalam que o aumento das funções positivas fez com que as despesas do Estado superassem as receitas, gerando a denominada crise do estado social, que se tornou perceptível nas décadas de setenta e oitenta do século XX.

O estado de bem-estar social esgotou-se, por, entre outras razões, haver ainda no mundo uma maioria esmagadora de populações (na África, América Latina e Ásia) vivendo em condições extremamente diversas dos padrões de vida das sociedades do *welfare state*. Ou seja, na medida em que o padrão global de desenvolvimento permaneceu concentrador e excludente, isto tornou inviável a existência de ilhas de desenvolvimento econômico e social justo e equilibrado (VIANNA, 2007).

Posteriormente, o Estado passa a ser visto como ator e instituição, surgindo questionamentos sobre sua capacidade em realizar os objetivos que a si próprio fixou, assim como seu impacto sobre a formação e a estruturação das classes sociais (BOUDON, 1990).

Evans (2004) ratifica essa percepção ao assinalar que na história do século XX, independente da condição socioeconômica, seja no país mais pobre do Terceiro Mundo ao mais avançado exemplo de bem-estar social capitalista, o ponto em comum é a influência cada vez maior do Estado como instituição e ator social.

Boudon (1990) analisa que no último século, o estudo do Estado desenvolveu-se em duas perspectivas: a abordagem social, do pós Segunda Guerra Mundial ao fim dos anos 1960 a qual parte da sociedade para compreender as funções e os papéis desempenhados pelos

Estados modernos; a outra, mais recente, que se desenvolve a partir dos anos 1970, constituindo uma abordagem mais política, apresentada a seguir.

Na década de 1970, surge o Neoutilitarismo enterrando a visão do estado como um árbitro neutro, questionando tanto a busca de objetivos comuns (ação coletiva) quanto o cumprimento de ordens (relação dirigente/agente). As preocupações neoutilitaristas com a “captura” de partes do aparato estatal por grupos de interesse forçaram um reexame da pretensão do Estado de ser um agente da sociedade e transferiram o foco da atenção para as relações Estado-sociedade (EVANS, 2004, pág. 53). Assim, abandonaram a visão do Estado como potencializador de políticas e ações voltadas ao desenvolvimento, garantia de direitos, redução de desigualdades e bem-estar social (ALIMONTI, 2006).

Os enfoques “neoutilitaristas” partem da premissa de que todas as instituições, incluindo o Estado, podem ser conceituadas como simples agregação do autointeresse individual (EVANS, 2004). Reforçando esse conceito, Alimonti (2006) assinala que no cerne da visão neoutilitarista estava a “Teoria da Escolha Pública”⁶, a qual obedecia interesses individuais dos burocratas e pregava que a regulação do Estado atrapalhava o mercado, desorganizando preços.

Segundo Alimonti (2006), os neoutilitaristas viam o Estado como um indivíduo econômico representado pelas suas burocracias, buscando a maximização de seus interesses e parecendo ilógico que as autoridades se comportassem de forma consistente com o bem comum. Para os neoutilitaristas, a condução da economia nas mãos do Estado levaria à corrupção, à monopolização, à perda de eficiência e à estagnação econômica. A solução para tanto se encontrava na redução da esfera de atuação do Estado.

Helal e Neves (2010) complementam que durante a crise do petróleo ocorrida no final da década de 1970 começaram questionamentos sobre se o Estado deveria mesmo tentar ser um agente econômico ativo. Para os neoutilitaristas, visando fugir dos efeitos nocivos da ação do Estado, a esfera deste deveria ser reduzida ao mínimo e o controle burocrático, sempre que possível, deveria ser substituído por mecanismos de mercado.

As abordagens neoutilitaristas eram adequadas ao pensamento econômico ortodoxo para o tratamento de problemas de ajuste estrutural do Estado. Em meados da década de 1980, novas dúvidas acerca de se os ajustes estruturais existentes eram suficientes em si mesmos

⁶ A Teoria da Escolha Pública (TEP) tem se destacado nas últimas décadas por sua influência sobre a agenda de governos e agências internacionais empenhados em promover programas de ajuste “estrutural” e reforma do Estado. Os teóricos dessa vertente utilizam conceitos da economia neoclássica e da teoria dos jogos para analisar o processo político numa abordagem individualista fundada em raízes liberais e utilitaristas, vendo o mercado como o padrão institucional mais adequado para a organização das sociedades (BORGES, 2001).

para assegurar o crescimento e desenvolvimento futuro fizeram com que se repensasse o papel do Estado (EVANS, 1993).

Posteriormente, surgiu o Neoliberalismo, o qual, para Therborn (1998) constitui-se em uma superestrutura ideológica e política que acompanha uma transformação histórica do capitalismo moderno. Com o Neoliberalismo, cresceu amplamente a influência dos grandes negócios e iniciou-se a prevalência da ideologia da não-intromissão do Estado na esfera econômica (FURTADO, 2005).

Durante as décadas de 1950 e 1960, os pressupostos neoliberais ficaram latentes, pois as condições econômicas eram de prosperidade do capitalismo, com participação do Estado intervindo no processo produtivo direta ou indiretamente. Porém, no final da década de 1970, o mundo capitalista viu sua economia abalada por profunda recessão acompanhada de baixas taxas de crescimento econômico e inflação alta (quanto mais alta, mais propícia à expansão da política econômica neoliberal). Nesse contexto, foram estabelecidas as condições ideais para a implementação das teses neoliberais, principalmente, com as eleições de Margareth Thatcher, em 1979, na Inglaterra, e Ronald Reagan, em 1980, nos Estados Unidos. As ideias neoliberais pregavam a retirada da participação do Estado na economia como agente produtivo e em determinadas situações saindo também de funções de regulamentação ou de setores produtivos da economia através de uma política de desestatização (CERQUEIRA, 2008). Dessa forma, advogava-se que, para atingir a prosperidade econômica, era necessário o estabelecimento do Estado mínimo.

Todavia, conquistar posições favoráveis no jogo de poder internacional implica uma alta capacidade de gestão do Estado, ao contrário do que advogam os defensores do Estado mínimo (DINIZ, 2001).

Além disso, historicamente, as tentativas de dismantelar a estrutura estatal ou enfraquecê-la podem ter consequências penosas. Os revolucionários comunistas ao lutar por um sistema que levaria a um “desaparecimento” do Estado acabaram gerando aparatos estatais de repressão. No fim do século XX, o mesmo ocorreu com os capitalistas de livre mercado que objetivavam desestabilizar a capacidade estatal de atuar como instrumento de justiça distributiva (EVANS, 2004).

Qualquer forma de proteção social além dos vínculos monetários é rejeitada no contexto do liberalismo econômico. Os liberais reformistas propõe pequenas doses de regulamentação política e afirmam que o caminho para a igualdade e a prosperidade deveria ser pavimentado com o máximo de mercados livres e o mínimo de interferência estatal, conforme postulado anteriormente (ESPING-ANDERSEN, 1991).

Conforme Diniz (2001), a partir do fim da década de 1980 desencadearam-se no Brasil as primeiras medidas para reduzir o Estado e realizar a ruptura com o passado intervencionista, típico do modelo da industrialização substitutiva de importações e do desenvolvimentismo dos governos militares. A eleição de Fernando Collor em 1989 marcou o início da aplicação do projeto neoliberal no Brasil (FERNANDES, 1998).

Na década de 1990, o enfoque liberal da reforma do Estado brasileiro, ao adquirir centralidade na agenda pública brasileira, implicou fundamentalmente em corte de gastos, redução do tamanho e das funções estatais (DINIZ, 2001). Cerqueira (2008) aponta que o corte dos gastos públicos nas áreas sociais – saúde, educação, previdência, desemprego - entre outras, diminuiu o Estado de bem-estar.

Em caráter complementar, Cerqueira (2008) assinala que a diminuição da participação do Estado como agente regulamentador da economia na promoção do Estado de bem-estar e a transferência de recursos financeiros para o Estado a serem carreados para atividade produtiva ou investimentos, beneficia e/ou amplia a participação das empresas na economia.

Com o avanço do projeto liberalizante na década de 1990, o Estado brasileiro assumiu como objetivo maior a austeridade fiscal e a eficiência microeconômica, tendo em vista estratégias de desregulamentação e de encolhimento do aparelho estatal. Esse, portanto, deveria assumir o papel de disciplinador da atividade econômica privada (Estado regulador), em vez de atuar de forma direta na atividade econômica (Estado-produtor) (PINTO; CARDOSO JR.; LINHARES, 2010).

Matos e Buffon (2011) asseveram que o neoliberalismo defende a redução do caráter intervencionista do Estado e a liberalização dos mercados, ao argumento de que, em curto prazo, os efeitos poderiam ser perversos, mas, a longo prazo, a sociedade sentiria a melhora decorrente da autonomia dos mercados. Entretanto, tal receituário não se concretizou e o resultado foi o aprofundamento das desigualdades sociais e o aumento do nível dos excluídos, principalmente em países periféricos. Assim, no início do século XXI, se percebeu que a adoção dessas políticas estava fadada ao fracasso.

Para Anderson (1998) economicamente o neoliberalismo fracassou, não conseguindo nenhuma revitalização básica do capitalismo avançado e socialmente criou sociedades marcadamente mais desiguais.

O pós-neoliberalismo configura um novo contexto histórico que não se assemelha com a forte intervenção estatal na economia dos tempos do pós-guerra, como o keynesianismo ou o desenvolvimentismo, mas que reconfigura a ação estatal em relação à sociedade civil e

deixa de lado a retórica dos livres mercados como o único horizonte da condução das políticas econômicas (MARCELINO, 2012).

2.2 Estado e burocracia

Helal e Neves (2010) ao interpretar Evans (2004) reconhecem a importância da capacidade de ação do Estado, não apenas no sentido burocrático e tecnocrático, mas no sentido de uma estrutura institucional que seja durável e efetiva.

Ao abordar a importância da estrutura estatal, Evans (2004) afirma que precisamos do que o Estado provê; precisamos de regras previsíveis que tenham uma estrutura organizacional concreta atrás de si. O autor entende que qualquer política econômica institucional deve oferecer uma visão clara da estrutura interna do Estado e do caráter das relações Estado-sociedade e que a hipótese de Weber sobre o papel da burocracia ainda é o ponto de partida para a análise dessa estrutura.

Na visão weberiana sobre o Estado moderno, a razão decisiva para o progresso deste foi a burocracia pela superioridade puramente técnica sobre outras formas de organização. O mecanismo burocrático plenamente desenvolvido compara-se às outras organizações exatamente da mesma forma pela qual a máquina se compara aos modos não-mecânicos de produção (WEBER, 1982).

Evans (2004, pág. 37) ao caracterizar os Estados subdivide-os em duas categorias: Estados Predatórios, aqueles que, à custa da sociedade, refreiam deliberadamente o processo de desenvolvimento e são caracterizados por uma carência de burocracia como definiu Weber; e Estados Desenvolvimentistas, os quais não apenas direcionam a transformação industrial, mas também são em grande parte responsáveis pelo desenvolvimento; sua organização interna assemelha-se à burocracia weberiana. Recrutamento por mérito, altamente seletivo, e compensações durante carreiras de longo prazo criam uma situação de compromisso e um sentido de coerência corporativa.

Para Helal e Neves (2010) a burocracia weberiana seria o modelo fundamental de organização do capitalismo ocidental, resultante do processo de racionalização.

Segundo Weber (1982), a burocracia promove um modo de vida “racionalista”. Pode-se afirmar que a burocratização de todo o domínio promove, de forma muito intensa, o

desenvolvimento de uma “objetividade racional”. Conceitualmente, Diniz (2001) observa que a burocracia racional-legal expressa uma modalidade de relações de dominação.

Ao tratar da burocracia como forma de dominação, Weber sustenta que a mesma se apoia sobre o conhecimento técnico que lhe confere caráter racional e a transforma em instrumento capaz de assegurar alta eficiência administrativa (MATIAS-PEREIRA, 2007).

Essa racionalidade weberiana tem ramificações de longo alcance, entre elas seu efeito sobre o treinamento e a educação. A burocracia no campo da pesquisa e instrução científica é uma função da crescente procura de meios materiais de controle. Com frequência, a burocratização se realizou em aliança direta com os interesses capitalistas. De modo geral, as instituições educacionais são dominadas e influenciadas pela necessidade de um tipo de “educação” e especialização que é, cada vez mais, indispensável à burocracia moderna (WEBER, 1982).

Na visão de Weber, a capacidade do Estado para sustentar os mercados e o processo de acumulação capitalista depende da burocracia ser uma entidade corporativamente coerente na qual os indivíduos veem os objetivos corporativos como a melhor forma de maximizar seus interesses individuais. A perspectiva weberiana reúne as políticas que são passíveis de dar suporte aos mercados e que tipo de estrutura o Estado deve ter de forma que seja uma contrapartida eficiente aos grupos empresariais privados (EVANS, 2004).

Para Skocpol (1985) as ações do Estado,

Often such actions are considered more capable of addressing “the capitalist class interest” or “society’s general interests” or “the national interest” than are governmental decisions strongly influenced by the push and pull of demands from interests groups, voting blocs, or particular business enterprises.

Os pensadores marxistas inverteram a imagem oficial que a burocracia atribui-se e descrevem os burocratas como usurpadores do universal, agindo como proprietários privados de recursos públicos, ignorando os valores de neutralidade e de devotamento desinteressado ao bem público (BOURDIEU, 1996).

Para Botelho (2008) ocorre com a definição de burocracia o mesmo que com a de mercadoria, que aparece, na esfera da troca com outras mercadorias, como relação entre coisas; oculta-se, portanto, o caráter social contido na produção destas. Assim, o que se evidencia é o caráter parasitário e ineficiente, que geralmente se atribui aos burocratas e à burocracia *per se*. Ainda de acordo com Botelho (2008), as reclamações e mesmo o ódio

declarado à “burocratização” aparecem, no idioma do jornalismo político e econômico como crítica à ineficiência do Estado e sinônimo de empecilhos à liberdade da “iniciativa privada”.

Nogueira (2005, pág. 43) afirma que sob o capitalismo, nenhuma reforma se posiciona contra a burocracia em nome de algum “defeito estrutural” que esse modelo conteria. Se for pensada com critérios políticos e pragmáticos consistentes, e não como agitação, uma reforma só pode ter como meta reconstruir a burocracia, reforça-la e atualiza-la perante a sociedade e libera-la dos entraves que lhe minaram as capacidades operacionais e a deformaram em termos organizacionais.

Reforçando esse argumento, Evans (2004) postula que a burocracia raramente é vista tal como é: um conjunto de normas e estruturas que induzem à competência, tal como postulado por Weber. Ainda de acordo com o autor, conforme exposto anteriormente, é a insuficiência da burocracia que prejudica o desenvolvimento e não sua prevalência.

Souza (2008) postula que a burocracia, no sentido weberiano, reforça o desenvolvimento porque é eficaz na administração organizacional, consistindo no método de administração do Estado, imparcial, eficiente e hierarquizado.

No contexto nacional, Diniz (2001) assinala que no Brasil nunca houve uma burocracia propriamente weberiana. A reforma implantada por Getúlio Vargas, nos anos 30, não teve êxito no sentido de garantir a vigência da burocracia racional-legal. Ainda conforme a autora, a trajetória do Estado brasileiro no século XX revela a precedência das burocracias militar e civil, durante a maior parte do período Republicano, observando-se a tendência à centralidade da burocracia governamental, observada no governo Vargas (1930-1945) e no governo militar (1964-1985). Nas duas fases consideradas, o ponto em comum é a dimensão administrativa da atuação do Estado, envolvendo questões relativas ao grau de centralização, à hierarquia entre as unidades integrantes do aparelho estatal e a articulação entre as agências do poder Executivo.

Como exemplo, Rezende (2009) aponta o Plano Decenal de Desenvolvimento para o período 1967-1976 como a mais abrangente proposta de planejamento econômico jamais feita no Brasil àquela época. A experiência de elaboração desse Plano deu um passo adiante na consolidação de uma burocracia pública composta por profissionais altamente qualificados e comprometidos com a causa do planejamento. Porém, apesar do rigor técnico com que foi elaborado, importantes mudanças nas relações de força que controlavam o poder político nessa ocasião fizeram com que o Plano Decenal não fosse executado.

Durante a ditadura militar (1964-1985), observou-se a consolidação do estilo tecnocrático de gestão da economia, fechado e excludente, que reforçou a supremacia da

abordagem técnica na formulação das políticas públicas e nas instâncias decisórias estratégicas. A valorização do saber técnico e da racionalidade da ordem econômica, aspectos considerados superiores à racionalidade da instância política, conduziram a uma visão asséptica da administração pública, percebida como campo de competência exclusiva de uma elite acima do questionamento da sociedade ou da classe política (DINIZ, 2001).

Nunes (2010) ao analisar as relações Estado *versus* sociedade no Brasil propôs a existência de quatro padrões institucionalizados de relações, ou 'quatro gramáticas', que estruturam os laços entre esses entes, definidas pelo autor da seguinte forma:

- **Clientelismo:** sistema caracterizado por situações paradoxais: envolvendo de um lado uma combinação peculiar de desigualdade e assimetria de poder com uma aparente solidariedade mútua; repousando num conjunto de redes personalistas que se estendem a partidos políticos e burocracias. Estas redes envolvem uma pirâmide de relações que atravessam a sociedade de alto a baixo.

Diniz (2001) aponta o clientelismo tradicionalmente presente na burocracia brasileira, observado nos cargos de nomeação política no Brasil (sempre numerosos quando considerados os padrões internacionais). O loteamento dos principais cargos da administração pública, contribui para a deterioração da capacidade de implementação das políticas governamentais. Assim, durante anos teve-se um sistema híbrido, marcado pela coexistência dos princípios universalistas e meritocráticos com as práticas clientelistas.

Bourdieu (1996) aponta que esse comportamento de indicações para cargos na administração remonta a época dos senhores medievais: assegurava-se ao rei o monopólio do enobrecimento e a transformação progressiva dos cargos, concebidos como recompensas, em postos de responsabilidade, que exigiam competência e a inscrição em um *cursus honorum*, evocativo de uma carreira burocrática, assegurando ao rei o monopólio da nomeação. Assim, pouco a pouco, instituía-se essa forma de poder que é o *power of appointing and dismissing the high officers of state*. Constituído, assim, em *fountain of honour of office and of privilege*, conferindo precedências cerimoniais, nomeando pares (*peers*) e todos os detentores de funções públicas importantes.

- **Universalismo de procedimentos:** baseado nas normas de impersonalismo, direitos iguais perante a lei, *checks and balances*, é associado à noção de cidadania plena e igualdade perante a lei. São as normas utilizadas por todos os indivíduos.

Para melhor compreensão desse conceito, Souza (2008) assevera que a burocracia constitui-se em estrutura de dominação racional-legal, que ao reiterar a democracia, gera igualdade aos concidadãos. A burocracia quando pura traduz-se em método gerencial

impessoal, estável, seguro e racional que reafirma o Estado de Direito e possibilita de forma eficaz o exercício da democracia.

- **Corporativismo:** Formalizado em leis, o corporativismo reflete uma busca de racionalidade e de organização que desafia a informalidade do clientelismo. Difere do universalismo de procedimentos, pois suas leis preocupam-se com incorporação e o controle, não com justo e igual tratamento de todos os indivíduos.

Uma visão organicista que defenda a unidade do Estado, a fim de garantir a defesa dos interesses da Nação, é a base desse corporativismo. Para Oliveira e Tenório (2005), no Brasil, a grande margem de atuação e a forte presença de Estado na realidade social e na definição do processo de desenvolvimento e organização do país, criaram e fundamentaram a visão do Estado como unidade principal e agente de manutenção e transformação da sociedade.

- **Insulamento burocrático:** Entendido como o processo de proteção do núcleo técnico do Estado contra a interferência oriunda do público ou de outras organizações intermediárias. Essa gramática política significaria a redução do escopo da arena em que interesses e demandas populares podem desempenhar um papel. Esta redução da arena é efetivada pela retirada de organizações cruciais do conjunto da burocracia tradicional e do espaço público governado pelo Congresso e pelos partidos políticos, resguardando estas organizações contra tradicionais demandas burocráticas ou redistributivas. Os atores estatais sempre procurarão insular aquilo que entendem como núcleo técnico.

O conceito de insulamento burocrático suscita controvérsias e divide opiniões. Geddes (1994, p. 49-50 *apud* FÉ, 2003) demonstra ser partidária do insulamento contra pressões externas que desvirtuem o caráter técnico dos órgãos, quando argumenta que estes podem trocar informações e recursos com o ambiente e, mesmo assim, manterem sua integridade, ou seja, perseguir seus objetivos. Diniz (2000, *apud* FÉ, 2003) e Martins (1997 *apud* FÉ, 2003), por outro lado, são mais críticos em relação ao insulamento burocrático, pois o entendem como muito rígido e impermeável à influência externa, notadamente a política.

Helal e Neves (2010) afirmam que o insulamento burocrático teria a função de preservar o Estado da pressão excessiva dos grupos de interesse – ou seja, do *rente seeking* – tornando-o menos poroso. O Estado precisa ser dotado de uma burocracia forte e coerente que lhe garanta a autonomia necessária no seu relacionamento com o mercado e a sociedade. O insulamento burocrático se daria particularmente através da profissionalização do Estado.

Silva (2009, p. 429) entende que a forma, por excelência, encontrada pela tecnocracia e pelas elites empresariais para promover o desenvolvimento foi o “insulamento burocrático”. Ressalta, no entanto, que sua utilização deve ocorrer de acordo com circunstâncias

momentâneas, já que, a cada estágio de desenvolvimento, diferentes instituições têm o seu insulamento exigido. Assim, o insulamento burocrático não é perene, ocorrendo em diferentes graus de intensidade; sendo seu objetivo dotar o estado da necessária racionalidade técnica.

No Brasil, a criação das chamadas ilhas de excelência pelo fortalecimento do insulamento burocrático, ampliou os graus de autonomia do Executivo. O insulamento burocrático, longe de garantir maior eficácia à máquina estatal, conviveria com um alto grau de politização da burocracia; em paralelo ao estreitamento do círculo de decisores formado pela alta tecnocracia, um amplo segmento da burocracia permaneceria integrado ao sistema de patronagem e clientelismo, criando-se a coexistência entre as duas lógicas (DINIZ, 2001).

Diniz (2001) complementa que a hegemonia do pensamento neoliberal no Brasil reforçou o paradigma tecnocrático, segundo o qual eficiência governamental seria a resultante de um processo de concentração, centralização e fechamento do processo decisório, sendo a eficácia de gestão reduzida à noção de insulamento burocrático. Desta forma, preservar a racionalidade burocrática implicaria a meta de neutralizar a política e reforçar a autonomia decisória de elites enclausuradas na cúpula burocrática.

Bresser-Pereira (2001) aponta que mais recentemente o Brasil assumiu características crescentes de uma Sociedade Pós-Industrial, na medida em que o pequeno estamento burocrático estatal deu lugar a uma imensa nova classe média burocrática ou tecnoburocrática pública e privada, cujos estratos mais elevados passaram a dividir com a alta burguesia não apenas o poder, mas também o excedente econômico. Isto ocorre principalmente porque a nova classe média profissional se define pelo controle do novo fator estratégico de produção: o conhecimento técnico e organizacional.

Esse conhecimento é fundamental para o desenvolvimento econômico de um país ou região. Souza (2008) afirma que o dimensionamento do desenvolvimento econômico e social brasileiro guarda forte relação com sua estrutura burocrática. A burocracia brasileira, não só tem importantes implicações econômicas (custo empresarial) como apresenta relevantes consequências sociais e políticas para a nação.

Dessa forma, percebe-se que os mecanismos burocráticos, longe de representarem obstáculos e entraves como costumeiramente são retratados, podem constituir-se em eficientes instrumentos para o desenvolvimento.

2.3 Estado e desenvolvimento econômico

Vianna (2007) considera que a história da humanidade é a própria história do desenvolvimento. A espécie humana, desde seus primórdios, ao constituir formas primitivas de comunicação e de domínio sobre a natureza, e a partir daí instituir os esboços de vida em sociedade, vive um processo natural (e permanente) de mudanças e inovações. Assim, o desenvolvimento é um processo resultante da associação e da interação coletiva de agrupamentos sociais.

Para Furtado (2005), coordenação e planejamento são condições necessárias, mas não suficientes, para um país alcançar desenvolvimento em sentido multifacetado: politicamente soberano, socialmente incluyente e ambientalmente sustentável. E, na base deste desenvolvimento, é preciso identificar os arranjos institucionais capazes de definir a construção de projetos ou de estratégias nacionais que impulsionem o desenvolvimento.

Os processos de desenvolvimento estão associados, ou até subordinados, a determinadas forças de intervenção – políticas, econômicas, sociais – dependem, portanto, da ação de agrupamentos de indivíduos vivendo em sociedade. Historicamente, poder-se-ia dizer, onde houve Estado forte e estruturado vicejou desenvolvimento: progresso técnico, aumento populacional e melhoria das condições de vida. De todo modo, no decorrer da história, a ideia de desenvolvimento passa a ser, crescente e preponderantemente, relacionada à esfera da economia (VIANNA, 2007).

Udeman (2008) rememora que na década de 1950, diversos teóricos voltaram a sua atenção para o tema do desenvolvimento econômico, tentando explicar as suas causas e os principais meios para desencadear um processo de expansão. Para Schumpeter (1964) “o desenvolvimento econômico é simplesmente o objeto da história econômica, que por sua vez é meramente uma parte da história universal, só separada do resto para fins de explanação”.

Bresser-Pereira (2008) destaca a economia ao conceituar desenvolvimento, definindo-o como o processo de sistemática acumulação de capital e de incorporação do progresso técnico ao trabalho e ao capital que leva ao aumento sustentado da produtividade, da renda por habitante, dos salários e dos padrões de bem-estar de uma determinada sociedade.

O estudo da polarização da produção econômica no espaço exerce influência na aplicação e disseminação de políticas de desenvolvimento regional. O termo “polo de crescimento” foi introduzido na literatura econômica por François Perroux em 1955. O

argumento básico era que a expansão econômica não se manifestaria de forma disseminada, mas em pontos ou polos de crescimento de intensidades variáveis (UDERMAN, 2008).

Tenório (2007) aponta que o paradigma do desenvolvimento regional, tendo como fundamento a organização de polos ou complexos industriais, conseguiu difundir a imagem de que o crescimento das economias subnacionais seria tanto mais intenso quanto mais estivessem em operação na área um ou mais projetos de investimento. Assim, muitas comunidades urbanas e regionais brasileiras passaram a depositar suas esperanças de melhor qualidade de vida a partir do esforço de atração de algum grande projeto de investimento, a qualquer custo (incentivos fiscais e financeiros, participação acionária, etc.). Ainda de acordo com o autor, os efeitos exercidos por um polo de desenvolvimento se distinguem pela capacidade de induzir transformações na sua área de influência, denominados “efeitos de arrasto”, gerados por indústrias motrizes e dinâmicas presentes em determinada aglomeração.

Uderman (2008) classifica o planejamento como tarefa essencial no processo de indução do desenvolvimento econômico, cabendo ao Estado o papel de atrair e estruturar as atividades industriais. A elaboração de estratégias e planos de desenvolvimento e o estabelecimento de políticas públicas direcionadas apresentam-se como ações essenciais para orientar e conduzir movimentos de industrialização.

Padula (2007) reforça essa percepção ao afirmar que as políticas públicas, sob coordenação do Estado, devem atuar nas forças de mercado, controlando os efeitos de umas regiões sobre as outras, identificando e estimulando potencialidades locais, de forma a realizar e estimular investimentos públicos e privados - principalmente projetos industriais - induzindo o desenvolvimento.

Em nível macro, o êxito da transformação econômica industrial depende da forma de inserção do país na divisão internacional do trabalho. A teoria das vantagens comparativas⁷ sustenta que todos os países prosperarão se cada um se concentrar no que puder fazer melhor, ou seja, as atividades econômicas mais recompensadoras são aquelas mais compatíveis com a disponibilidade de recursos e dons naturais de cada país (EVANS, 2004, pág. 31).

⁷Formulada por David Ricardo, defensor do liberalismo no comércio internacional, a teoria das vantagens comparativas previa que no comércio internacional, sob condições de livre concorrência, os países especializavam-se na produção dos bens em que tinham maiores vantagens comparativas. Esse esquema lógico fornecia o substrato para a defesa de um sistema de comércio mundial ancorado no padrão-ouro e no livre-cambismo.

2.3.1 Estado e desenvolvimento econômico no Brasil

No âmbito do desenvolvimento regional, Furtado (2005) rememora que no Brasil, o crescimento da economia cafeeira em fins do século XIX criou fortes discrepâncias regionais de níveis de renda *per capita* e dotou o país de um núcleo em torno do qual as demais regiões tiveram de articular-se. Esse processo de articulação começou com a região sul. Sendo relativamente elevado o custo de subsistência da mão-de-obra, os salários monetários tendem a ser altos em função da produtividade, comparativamente à região mais rica em recursos naturais. Não existindo a possibilidade de apelar para a tarifa ou subsídios cambiais, com o fim de corrigir a disparidade, a industrialização da região mais pobre passa a encontrar sérios tropeços. Ao se tomar consciência desse problema, surgem as tensões de caráter regional.

Um processo de integração teria de orientar-se no sentido do aproveitamento mais racional de recursos e fatores no conjunto da economia nacional. A resolução desse problema eliminaria certas suspeitas como a de que o rápido desenvolvimento de uma região tem como contrapartida necessária o entorpecimento do desenvolvimento de outras. A decadência da região nordestina, por exemplo, é um fenômeno secular, muito anterior ao processo de industrialização do sul do Brasil. Esse declínio decorre da incapacidade do sistema para superar as formas de produção e utilização dos recursos estruturados na época colonial (FURTADO, 2005).

Farias (2010) assinala que entre 1872 e 1930, o Brasil era um país com baixo dinamismo econômico em relação à força de trabalho ocupada e, nesse período, a produtividade praticamente não se alterou.

Durante o período da Industrialização por Substituição de Importações (ISI - anos 1950 ao final dos anos 1970), o Brasil alcançou altos níveis de crescimento econômico, com sua estrutura industrial sendo financiada pelo Estado e capital externo (MORAES; BERTOLLI, 2005).

Nas décadas seguintes, Uderman (2008) aponta o Plano de Metas (1956-1961), cuja diretriz primordial esteve voltada ao segmento industrial da economia brasileira. Num curto espaço de tempo, esse Plano proporcionou um alto crescimento econômico, porém boa parte das metas dos setores agrícola e educacional não foi atingida.

Com os Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND I e II) o governo brasileiro priorizou a indústria de bens de produção e capital, buscando a conclusão do processo de substituição de importações, e ainda reduzir as disparidades regionais deixadas como

“herança” do Plano de Metas. Isso, no entanto não ocorreu devido a vários fatores, entre eles as crises do petróleo (1973 e 1979) que aniquilaram a principal fonte de financiamento da ISI brasileira, trazendo graves consequências econômicas ao país (MORAES; BERTOLLI, 2005).

No PND II (1975-1979), anunciava-se dentro da estratégia de industrialização, a preocupação em “conferir-se especial ênfase à formação de complexos industriais integrados, envolvendo conjuntos de unidades produtivas tecnologicamente interdependentes e espacialmente concentradas” (TENÓRIO, 2007).

Ao analisar esse período, Farias (2010) afirma que entre as décadas de 1930 a 1980, imperou no Brasil a visão de que o desempenho econômico garantido pela intervenção do Estado seria suficiente para viabilizar um salto não apenas do ponto de vista da transformação de um país agrário em um país urbano e industrial, mas que também garantiria o bem-estar social.

Matias-Pereira (2002) recorda que o Estado brasileiro, em razão do modelo desenvolvimentista adotado durante a ditadura militar (1964-1985), extrapolou a alçada de suas funções básicas para atuar com grande peso na esfera produtiva. Contudo, esse grande Estado, com presença marcante na economia nacional, não conseguiu atender com eficiência a sobrecarga de demandas a ele dirigido, especialmente na área social.

Moraes e Bertolli (2005) relembram que na década de 80, o crescimento econômico alcançado nas décadas anteriores deu espaço a crises econômicas geradas pelo excesso de captação de recursos externos. Nesse período o Brasil deixou de impor políticas de longo prazo e destinou toda sua atenção a resolução de problemas de curto prazo ligados diretamente a inflação.

Ainda na década de 1980, Jatobá *et al* (1980) conceituavam que as características do desenvolvimento regional no Brasil refletiam um processo mais amplo de expansão capitalista no qual o Estado desempenharia um papel crescente. O papel do Estado, seja interrompendo, seja promovendo, seja liderando a inovação tecnológica, é um fator decisivo, a medida que expressa e organiza as forças sociais dominantes em um espaço e uma época determinados (CASTELLS, 1999).

O fim da década de 1980 e início de 1990 ficaram caracterizados na economia brasileira como períodos de baixos índices de crescimento e falta de políticas de desenvolvimento a longo prazo. Esse período se caracteriza por uma mudança dos paradigmas econômicos nacionais, uma vez que as políticas econômicas intervencionistas do Estado passaram a dar espaço às políticas de características neoliberais (MORAES; BERTOLLI, 2005).

No Brasil, desde a década de 1990, o redesenho das políticas públicas ancoradas no neoliberalismo, cuja orientação maior é a transferência das responsabilidades do Estado, no âmbito federal para os governos locais, associado a históricos problemas estruturais do país (concentração de renda, heterogeneidade regional, entre outros), impôs fortes condicionantes para o estabelecimento de estratégias de desenvolvimento local (TENÓRIO, 2007).

Uderman (2008) analisa que a partir do início dos anos 1990, o formato da atuação estatal passou a ser afetado por profundas reformulações nos padrões de organização da produção e no ambiente institucional e regulatório. Propunha-se a saída do Estado da esfera de produção propriamente dita e a extensão dos processos de privatização de empresas públicas reforçavam a necessidade de construção de um modelo de regulação consistente, com vistas a planejar e fiscalizar a atuação do setor privado.

Amâncio *et al* (2006) apontam o fracasso das propostas de ajustes estruturais baseadas na ortodoxia neoliberal que levou à reformulação da agenda pública nos anos 1990. Um dos pontos mais relevantes desta agenda é a reinserção do Estado como ator relevante para a resolução dos problemas do mercado e da sociedade. Deste modo, ao invés de propor o Estado mínimo, propõe-se uma reforma institucional do Estado brasileiro.

A reforma do Estado brasileiro nos anos 90 teve como marco institucional a criação do Ministério da Administração e Reforma do Estado (MARE) e a elaboração do Plano Diretor da Reforma do Aparelho de Estado, através dos quais o governo passa a assumir o pressuposto de que o modelo de Estado das décadas anteriores, devido a sua forte intervenção na economia e consideráveis gastos sociais, é o agente responsável pela emergência da crise econômica que vigorava. No entendimento do então Ministro de Administração e Reforma do Estado, Bresser-Pereira, essa reforma significaria transitar de um Estado que promove diretamente o desenvolvimento econômico e social para um Estado que atue como regulador e facilitador ou financiador desse desenvolvimento (SILVA, 2001).

Observou-se a revalorização da capacidade de ação estatal como um pré-requisito do êxito dos governos na administração de situações de crise e transição, apesar da instauração de um novo modelo econômico centrado no mercado. A reforma, no entanto foi limitada por uma visão restritiva de teor administrativo e capturada pela meta do ajuste fiscal, revelando-se incapaz de realizar a ruptura anunciada (DINIZ, 2001).

Pinto; Cardoso Jr e Linhares (2010) interpretam que nessa época o Estado brasileiro enfrentou entraves na promoção do desenvolvimento nacional, em virtude das reformas administrativas, que tiveram como eixo central a busca pela melhoria da gestão cotidiana do Estado, a “Reforma Gerencial”, em detrimento de instrumentos de planejamento

governamental como um todo; e da adoção do Programa Nacional de Desestatização (PND), que objetivou vender, à iniciativa privada, empresas estatais, mesmo várias delas tendo exercido papel central na configuração do modelo de desenvolvimento brasileiro.

Matias-Pereira (2002) apresenta que a Reforma Gerencial deflagrada em 1995 buscou assegurar o aumento da governança, eficácia, eficiência e efetividade da administração pública, além de tornar mais democráticas as relações entre o Estado e a sociedade. Partindo dessa concepção, essa reforma procurou criar novas instituições legais e organizacionais que permitissem a uma burocracia profissional ter condições de gerir o Estado.

Nogueira (2005) interpreta que a agenda reformadora, ainda que com uma hipervalorização da administração empresarial e de uma entrega do Estado ao mercado, ajudou a criar focos de incentivos para a atualização do modelo burocrático, o aumento do controle social e a incorporação de mecanismos de participação e descentralização à gestão das políticas sociais. Todavia, a reforma não obteve consensos ativos na sociedade, na opinião pública e nos espaços intragovernamentais, deixando assim de adquirir legitimidade e sustentabilidade (NOGUEIRA, 2005, pág. 51).

A partir do segundo governo Fernando Henrique Cardoso (1999-2002), a reforma gerencial passou a usar como instrumento básico o orçamento anual da República, e em particular, o Plano Plurianual (PPA). Buscou-se, assim, o fortalecimento das funções de regulação e de coordenação do Estado em nível federal, e a progressiva descentralização de serviços sociais e de infraestrutura para os níveis estadual e municipal. Dessa forma, pretendia-se reforçar a governança, com a superação das dificuldades encontradas em se implementar as políticas públicas, devido à rigidez e ineficiência da máquina administrativa (MATIAS-PEREIRA, 2002). Objetivava-se, dessa forma, aliar a capacidade burocrática do Estado a promoção do desenvolvimento nacional.

Nos dois governos do presidente Lula (2003-2010) o Brasil foi transformado em um dos principais países no cenário internacional, com uma política externa que priorizava os interesses nacionais e regionais, além de buscar mudar a histórica desigualdade nas relações Norte-Sul. Ademais, ocorreu uma reorientação do papel do Estado, com resgate do planejamento de longo prazo e maior participação do Estado em todas as áreas de atividades, algo fundamental para o desenvolvimento econômico e social do país (FARIAS, 2010).

2.4 Estado, Produtividade e Conhecimento

Para Furtado (2005) desenvolvimento consiste fundamentalmente numa série de mudanças na forma e proporções como se combinam os fatores de produção. Com essas mudanças busca-se alcançar combinações mais racionais, ao nível da técnica prevalecente, objetivando aumentar a produtividade do fator trabalho. Assim o crescimento de uma economia seria devido à acumulação de novos saberes científicos e de progressos na aplicação desses conhecimentos.

Ratificando essa percepção, Bresser-Pereira (2008) observa que o aumento da produtividade ou da produção por trabalhador ocorre ou porque aumenta a quantidade dos bens produzidos pelo trabalho, ou porque novos bens e serviços têm um valor maior por incorporarem trabalho com mais conteúdo tecnológico ou maior valor adicionado *per capita*.

Dessa forma, o fator trabalho é o que progressivamente aumenta a produtividade. Numa simplificação teórica se poderia admitir como sendo plenamente desenvolvidas, num momento dado, aquelas regiões em que, não havendo desocupação de fatores, só é possível aumentar a produtividade introduzindo novas técnicas. A etapa seguinte de desenvolvimento caracterizar-se-ia, por modificações substanciais na composição das importações e por uma maior dependência do processo de ampliação da capacidade produtiva com respeito ao comércio exterior (FURTADO, 2005).

Em uma análise ampliada, Castells (1999) assinala que a produtividade é a mola propulsora do progresso econômico. Por meio do aumento da produção por unidade de insumo no tempo, a raça humana conseguiu dominar as forças da natureza e moldar-se como cultura. Em suma, os caminhos específicos do aumento de produtividade definem a estrutura e a dinâmica de um sistema econômico. No entanto, ressalte-se que para manter um ciclo de crescimento sustentado, o setor produtivo necessita contar com quadros competentes na tarefa de elevar os padrões de produtividade e, assim, promover o desenvolvimento.

Wright (1983) afirma a tese de que o conhecimento ou a informação são “forças produtivas” e, assim, o “controle” sobre esses pode conceber-se como um aspecto das relações de produção. O controle sobre a informação encontra-se sempre articulado de forma específica, com as outras dimensões das relações sociais de produção: controle sobre os recursos utilizados na produção e os que dela resultam, sobre os meios físicos de produção e sobre a força de trabalho alheia.

O crescimento da produtividade está associado a processos como geração e difusão de novas tecnologias e a transformação da força de trabalho. Quando estas condições se cumprem numa empresa, setor, região ou país, é que a produtividade aumenta substancialmente, e só quando isto acontece é que é possível sustentar a competitividade a longo prazo (CASTELLS; CARDOSO, 2005).

Nesse contexto, é papel do Estado desenvolver ações visando o aumento da produtividade e consequente desenvolvimento local. Conforme Padula (2007) o Estado deve atuar no sentido de intervir nas forças de mercado, controlar os efeitos de umas regiões sobre as outras, identificar potencialidades locais, de forma a realizar e estimular investimentos públicos e privados - principalmente projetos industriais - induzindo o desenvolvimento.

Barros (2001) aponta que o Estado tem participação preponderante no desenvolvimento. Analisando Castells (1999), o autor afirma que na Revolução da Tecnologia da Informação, a concentração de conhecimentos científicos, instituições, empresas e mão de obra qualificada assumem importância decisiva para que as economias prosperem.

Na perspectiva de indução do desenvolvimento, Castells (1999) afirma que o Estado dá vazão a seus interesses ao atuar de forma seletiva. A seletividade está diretamente relacionada com interesses de diferentes instituições, tais como governo e empresas.

Offe (1984) conceitua seletividade como o desempenho das instituições no processo decisório de políticas públicas, agindo como um sistema de filtros, de modo a incluir ou a excluir de suas agendas determinadas ações.

Ao analisar a dinâmica das políticas públicas, Rocha (2012) aponta que a seletividade é diretamente imbricada com interesses ora convergente ora divergentes entre diferentes grupos sociais. Um exemplo prático do conceito de seletividade no âmbito público é visto em Baumgarten (2001) ao trabalhar a hipótese que, nos anos 90, a condução das políticas de Ciência e Tecnologia (C&T) no Brasil aprofundou a tendência, já existente no setor, de seletividade em termos de regiões, de instituições e de áreas prioritárias de pesquisa, limitando as possibilidades de desenvolvimento científico e tecnológico no País.

Dagnino (2010) afirma que o desenvolvimento de C&T reflete os padrões sociais, políticos, econômicos e ecológicos da sociedade em que esse desenvolvimento ocorre⁸.

⁸ Todavia, a construção social da C&T não é admitida de forma unânime na academia. Dagnino (2010) assinala que a ideia da ciência como um objeto construído não é aceita na instituição universitária, por entenderem a ciência como livre de valores e intrinsecamente positiva. Isso em parte se deve ao fato de que foi o marxismo um dos responsáveis pela fundação da ideia do determinismo tecnológico, que é exatamente oposta à ideia de que é o contexto social, econômico e político que determina o tipo de conhecimento científico e tecnológico gerado.

Evans (2004) assinala que na promoção do desenvolvimento, o empresariado deve ser seletivamente estimulado, complementado e reforçado.

Nesse contexto de desenvolvimento, incremento de produtividade e seletividade, as instituições como Estado, Indústria e Universidade assumem papel de grande relevância para o desenvolvimento econômico.

Entre as universidades, podemos citar o Instituto de Tecnologia de Massachussetts (MIT), que participa no desenvolvimento econômico e social da região onde está localizado. No MIT, o envolvimento com a indústria ocorreu por meio de uma série de inovações organizacionais que legitimaram a interação entre as esferas universitária e industrial (ETZKOWITZ, 2009).

Outro exemplo de progresso local associado a instituições universitárias, apontado por Castells (1999), é o Vale do Silício na Califórnia, Estados Unidos, que, com a liderança institucional da Universidade de Stanford, tornou-se um dos mais influentes centros de alta tecnologia do mundo possuindo casos de sucesso como o Google, HP, Intel entre outros.

Para Silva e Giuliani (2009) dentro do cenário de grandes transformações econômicas, políticas e tecnológicas e, conseqüentemente, do mercado de trabalho, vem-se consolidando, no Brasil, a necessidade de um profissional cada vez mais qualificado e envolvido com os avanços das ciências e das técnicas. No contexto de um ambiente caracterizado por constante e acelerado movimento, coloca-se, claramente, um desafio relativo à qualificação das pessoas.

De acordo com Goebel e Muira (2004) o setor produtivo demanda das universidades recursos humanos bem-preparados para serem utilizados no seu dia a dia, possibilitando-lhe enfrentar um ambiente de alta competitividade e globalizado.

No âmbito universitário, Almeida e Cruz (2010) referenciam a ocorrência de duas revoluções acadêmicas. A primeira ocorreu no final do século XVII, agregando como missão da universidade, além das atividades de ensino, a pesquisa. Kerbauy e Fabiano (2011) asseveram que essa primeira revolução acadêmica alterou a missão e o formato da universidade para a construção de um novo projeto de Estado: o interesse do setor produtivo no conhecimento gerado na universidade se tornou mútuo, pois, com a falta de recursos públicos destinados à pesquisa, a academia passou a contar com essa interação de capital.

Embora esta primeira revolução ainda esteja em desenvolvimento, uma segunda revolução teve início na segunda metade do século XX. A partir de experiências em instituições como Stanford e Harvard, a universidade passa a ter uma nova missão, voltada ao desenvolvimento econômico e social. Esta nova visão aproxima a universidade das demandas

da sociedade onde está inserida e posiciona a academia como um importante vetor do desenvolvimento (ALMEIDA; CRUZ, 2010).

A seu turno, Kerbauy e Fabiano (2011) reforçam que as universidades, além de suas clássicas atividades de ensino e pesquisa, estão incorporando uma terceira atividade: a atuação em desenvolvimento econômico local e regional.

Todavia, nessa temática, Fonseca e Serafim (2010) apontam a existência nas comunidades de pesquisa da crença em uma relação linear entre ciência, tecnologia e desenvolvimento social (ou seja, mais ciência gera mais tecnologia e mais desenvolvimento), permitindo que essas comunidades acessem mecanismos e instrumentos que garantam a realização de suas atividades, mas não são aderentes a uma proposta de transformação social.

O contexto globalizado requer maior integração e interdependência entre todos os envolvidos para a promoção do desenvolvimento. O sucesso de um projeto de desenvolvimento nacional (ou regional, ou local), não depende apenas da capacidade do Estado em cumprir com o seu papel, pois existem diversas ações que dependem de outros atores, como empresas e demais entidades. Assim, surge o desafio de realizar esforços internos, articulando, negociando e pactuando compromissos com os atores envolvidos de forma a assegurar os resultados pretendidos. Um exemplo de iniciativa desta natureza é o Modelo Hélice Tríplice (ABDALLA; CALVOSA; BATISTA, 2009).

Os fundamentos teóricos do Modelo Hélice Tríplice criado por Etzkowitz (2009) assentam-se no modelo de interação universidade-indústria-governo, tripé indispensável para ancorar o desenvolvimento econômico. Esse modelo analisa a relação da universidade com o governo e a indústria em diferentes sociedades e seus vários papéis na inovação e é considerado peça-chave para a inovação em sociedades cada vez mais baseadas no conhecimento.

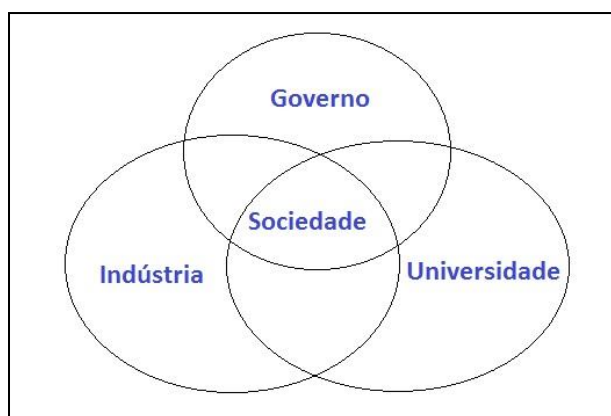


Figura 5 – Estrutura da Hélice Tríplice baseada em Etzkowitz (2009)

Em sua teoria da Hélice Tríplice, Etzkowitz (2009, pag. 01), define que a universidade é o princípio gerador das sociedades fundadas no conhecimento, assim como o governo e a indústria são as instituições primárias na sociedade industrial. A Hélice Tríplice constitui-se em uma plataforma para “formação de instituições” e de novos formatos organizacionais para promover a inovação, como uma síntese entre universidade, indústria e governo promovendo o desenvolvimento.

O modelo Hélice Tríplice, prevê entre os partícipes ora citados uma interação baseada na reciprocidade, em que cada um dos elos contribui para aperfeiçoar o desempenho do outro, com vistas a projetos de interesses comuns, tais como a melhoria da economia local e o crescimento regional, baseado em novos conhecimentos, novas tecnologias e inovação. Assim,

a universidade está atualmente assumindo um papel mais fundamental na sociedade, um que a torna crucial para a inovação do futuro, a criação de empregos, o crescimento econômico e a sustentabilidade. Está começando a ser visualizada como uma instituição social cada vez mais importante (...). A primeira missão acadêmica da educação inspira uma segunda missão de pesquisa que, por sua vez, impulsiona uma terceira missão de desenvolvimento econômico e social. A universidade empreendedora é um fenômeno contemporâneo crescente, com a academia assumindo um papel de liderança em um modo emergente de produção, baseado na contínua inovação organizacional e tecnológica (ETZKOWITZ, 2009 p. 41-42).

Assim, percebe-se a importância da instituição universidade na Hélice Tríplice produzindo o conhecimento necessário ao desenvolvimento. Para Etzkowitz (2009) nessa relação, o governo é a fonte de relações contratuais que garantem interações estáveis e o intercâmbio entre universidade, governo e indústria. No âmbito das relações contratuais, faz-se mister discorrer sobre as transações que envolvem essas três instituições.

2.5 Estado, Racionalidade e Custos de Transação

Para Veblen (1965), as instituições são o produto de processos passados, adaptados a circunstâncias passadas, e, por conseguinte nunca estão de pleno acordo com as exigências do presente. A capacidade de desenvolvimento na estrutura social depende, portanto, em grande extensão, do grau de liberdade mediante o qual a situação atua nos membros da comunidade. Não que as instituições atuais estejam completamente erradas para os propósitos da vida contemporânea; mas são sempre, na natureza das coisas, erradas até certo ponto. São o resultado de um ajustamento mais ou menos inadequado dos métodos de vida a uma situação que em certa medida prevalecia no desenvolvimento anterior.

Na perspectiva de Hall e Taylor (2003), as análises institucionais preocupam-se, essencialmente, em responder como as instituições afetam o comportamento dos atores. Os autores afirmam ainda que é por intermédio das ações dos indivíduos que as instituições exercem influência sobre situações políticas.

A seu turno, dentro da temática institucional, Polanyi (2000) analisa a inter-relação entre mercados, ação estatal e formas de regulação social. Segundo o autor, nem mercados são auto-reguláveis, nem governos tem a capacidade de regular, sem que em ambos, haja margem para escolhas. Logo, a eficiência de uma economia depende da maneira como se acomodam e inter-relacionam mercado, estado e sociedade, através da indução e organização de arranjos institucionais próprios. Assim, o comportamento “organizador”, caberia nesses arranjos, pois unidade e estabilidade não existem no vazio e se realizam, através de interações sociais e políticas contextualizadas entre os atores envolvidos em determinado momento histórico, tendo em vista os ganhos potenciais que cada um possa auferir (VINHA, 2001).

Conforme Polanyi (2000), a Abordagem Institucional insiste em que todo esforço para isolar a economia das instituições sociais e políticas destruirá a sociedade humana. Para sobreviver, a economia tem de incrustar-se nas comunidades sociais (ESPING-ANDERSEN, 1991).

O institucionalismo prega que as instituições moldam o comportamento dos indivíduos e, a partir de então, determinam o desenvolvimento dos negócios estabelecendo parâmetros para as transações (BELIK, 1999).

Panzutti (2011) afirma que o mercado, que durante muito tempo foi terreno quase exclusivo dos economistas, tem sido estudado por sociólogos levando em conta as contribuições dos teóricos da Nova Economia Institucional (NEI). A “NEI” foi um termo

cunhado por Oliver Williamson, em 1975, o qual reforça a importância das instituições e de melhor conhecer o funcionamento das relações entre as mesmas.

O ambiente institucional, bastante explorado no âmbito da NEI, tem o economista Douglas North como um de seus expoentes. O autor destaca dois elementos não considerados pela teoria neoclássica: as instituições e o tempo. Conforme proposto por North, as instituições constituem as limitações humanamente concebidas que estruturam a interação humana. Elas são feitas de limitações formais, como regras e leis; e informais, normas de comportamento e códigos de conduta. Em conjunto, estas limitações definem a estrutura de incentivo das sociedades e especificam economias. É a interação entre instituições e organizações que molda a evolução institucional da economia (MEIRELLES, 2010).

Em meados dos anos 90, surgiram os neoinstitucionalistas, que rejeitavam modelos estáticos de análise e inseriram a necessidade de incorporar particularidades específicas de cada situação histórica. O neoinstitucionalismo surge como uma reação aos estudos de política comparada e de ciência política da década de 1970 e também se opõe a análises funcionalistas e deterministas. A pergunta que os norteia é como as instituições moldam as estratégias e influenciam os resultados políticos (AMANCIO et al, 2006).

Conforme Panzutti (2011), para explicar a interação social e sua mudança, a abordagem institucional tem dado contribuições para pensar a economia e a sociedade, considerando as instituições como elementos-chave da vida econômica.

A abordagem institucional compara as diversas formas organizacionais e suas respectivas capacidades em economizar custos de transação. Esses custos relacionam-se a busca de maior eficiência produtiva e refletem-se nos padrões de conduta dos agentes e na forma pela qual as atividades econômicas são organizadas e coordenadas. Em última instância, a abordagem institucional postula que os formatos organizacionais (ou estruturas de “*governance*”) - firma, mercado ou redes, por exemplo - são resultado da busca de minimização dos custos de transação por parte dos agentes econômicos (FAGUNDES, 1998).

Nessa abordagem, a firma é conceitualmente uma consciência nua, cuja finalidade é, na impossibilidade de maximizar lucros, buscar satisfazer seus interesses pecuniários mais imediatos. São os indivíduos que a compõem que procuram minimizar os custos de transação (SILVA FILHO, 2006).

A gênese da “teoria dos custos de transação” ocorreu nas proposições de Coase (1937), autor que procurava explicar a emergência e a expansão das firmas a partir das dificuldades envolvidas no estabelecimento de relações mercantis e na utilização dos sistemas de preços. A existência dos custos de transação derivaria basicamente de dois fatores: a

realização de uma transação mercantil requer que se incorra em custos de coleta de informações, a fim de que os preços relevantes para a decisão sejam conhecidos; existem custos derivados da necessidade de negociar e confeccionar um contrato em separado para cada transação de troca (PONDÉ, 1993).

Para Meirelles (2010), a economia dos custos de transação (ECT) baseia-se no critério da eficiência, seja ela alocativa, definida a partir de critérios técnicos de combinação e uso eficiente dos recursos, ou transacional, definida pelos custos de transação e pelas instituições.

A unidade básica de análise da ECT é a transação, definida por Williamson (1985) como "o evento que ocorre quando um bem ou serviço é transferido através de uma interface tecnologicamente separável", sendo passível de estudo enquanto uma relação contratual, na medida em que envolve compromissos entre seus participantes - seja esta relação inter ou intra-firma (FAGUNDES, 1998).

Na visão da ECT de Williamson (1985), dois pressupostos são fundamentais para o entendimento das transações: a racionalidade limitada, em função da qual os contratos são incompletos, implicando renegociações futuras; e o comportamento oportunista dos agentes, que pode impor perdas à sua contraparte na transação. Assim, os agentes buscam se proteger através de salvaguardas e de mecanismos de incentivo que contornem as práticas oportunistas (MEIRELLES, 2010).

Para Pondé (1993) a hipótese da "racionalidade" pode ser entendida como a maximização de uma função-objetivo conhecida de maneira plena, constituindo um suposto irreal e incapaz de modelar sem distorções o comportamento econômico, na medida em que os resultados das ações e decisões dependem de eventos futuros que não podem ser antecipados de maneira probabilística.

Rejeitando a hipótese de que os agentes são dotados de racionalidade maximizadora, Williamson (1985), postula, a partir dos trabalhos de Herbert Simon [1916-2001], que a racionalidade é limitada. Dessa forma, os agentes econômicos são incapazes de prever e estabelecer medidas corretivas para qualquer evento que possa ocorrer futuramente, de modo que as partes envolvidas devem levar em conta as dificuldades derivadas da compatibilização das suas condutas e garantir que os compromissos sejam honrados dentro da continuidade da sua interação (FAGUNDES, 1998).

Segundo Santana (2006), em uma transação, quando as incertezas são maiores que as informações, os custos de transação acentuam-se. Ferreira (1999) argumenta que em condições de incerteza, onde há decisões únicas, o comportamento dos agentes tende a desviar do modelo maximizador de renda. Tomando posições defensivas, os agentes trocam a renda

por incertezas menores. As incertezas criadas pela racionalidade limitada e a complexidade dos problemas a serem resolvidos dão origem às instituições, criadas para reduzirem as incertezas associadas à interação das pessoas, constituindo-se de regras formais, informais e seus respectivos mecanismos de controle criados pela sociedade.

Fagundes (1998) reforça os pressupostos básicos que sustentam a teoria dos custos de transação: a racionalidade limitada e o oportunismo presente nas ações dos agentes econômicos. Ainda de acordo com o autor, o oportunismo pode ser conceituado como a busca do interesse próprio com malícia, decorrendo da presença de assimetrias de informação. Essa assimetria acontece quando um agente detém um conhecimento a respeito de informações não disponíveis para os outros agentes participantes da transação, e não há incentivos suficientes para que a parte detentora da informação privilegiada se comporte de modo eficiente.

Fernandez e Pessali (2003) ao analisar o conceito de oportunismo de Williamson, interpretam que se os indivíduos racionais agem procurando maximizar seu autointeresse ou a utilidade própria, isto levaria a um confronto de proposições: como podem as firmas procurar alcançar suas metas de eficiência quando todos seus membros buscam seus objetivos individuais? Todavia, o conceito de oportunismo, segundo Williamson, permite que os agentes atuem estrategicamente na procura de seu autointeresse sem que isso leve ao colapso da firma. Na interpretação dos autores, para Wiliamson, o oportunismo apenas constitui-se problema em situações de poucos envolvidos e, mesmo nestes casos, as firmas podem fazer uso de tecnologias padronizadas ou criar mercados internos de trabalho.

A fiscalização de direitos de propriedade, o monitoramento do desempenho, a organização das atividades são elementos institucionais que possibilitam uma redução nos custos de transação e são respostas eficientes dos agentes ao problema de se transacionar (MEIRELLES, 2010).

Para Ferreira (1999) o desenvolvimento econômico será determinado pela capacidade das instituições de diminuir as incertezas e assim os custos de transação, que são derivados dos custos para obtenção de informações, constituindo basicamente, da mensuração dos atributos dos objetos de troca e da proteção dos direitos de propriedade incluindo nesse os custos de policiamento e incentivos dos contratos.

Tenório (2007) conceitua que no processo de planejamento regional e local as instituições assumem um papel de grande importância no desenvolvimento econômico e as relações não comerciais das aglomerações, levando em conta aspectos de organização industrial e dos custos de transação são percebidas.

Vale salientar que a ECT constituirá uma das principais bases teóricas para responder ao objetivo específico referente a presença da burocracia que orienta a relação institucional entre a UFPE e a Refinaria Abreu e Lima na estruturação da indústria de refino de petróleo em Pernambuco.

2.6 Autonomia, Parceria e Papéis do Estado

Na abordagem institucional comparativa de Evans (2004), o Estado é analisado não como uma entidade genérica cujo impacto econômico pode ser deduzido de predileções inerentes aos burocratas, mas como uma criação contingente histórica cujas propriedades dependem de dotações institucionais específicas e do caráter da estrutura social reinante.

Evans (2004) assinala que a chave para o desenvolvimento eficiente do Estado é a combinação de autonomia estatal e parceria com outras instituições.

Para Skocpol (1985) a autonomia estatal significa os Estados serem organizações que reclamam controle sobre territórios e pessoas podendo formular e perseguir objetivos que não são simplesmente reflexos de demandas ou interesses de grupos, classes ou sociedades.

A combinação de incentivos estatais e exigência de desempenho por parte da sociedade não só define o comportamento das atividades industriais existentes como permite ao Estado apresentar autonomia, ou seja, participar do processo transformador aliado ao empresariado local, mas ao mesmo tempo não tendo como objetivo a defesa de seus interesses ou do interesse do grupo, mas sim a transformação econômica de um país (EVANS, 2004).

Padula (2007) analisa que o processo de globalização conjugado a deterioração do papel do Estado pela doutrina neoliberal, produziu insucessos econômicos e sociais. A partir deste quadro, reflexões sobre o processo de desenvolvimento apontam as regiões como polos irradiadores de desenvolvimento. Nesta ótica, a solução para a questão do desenvolvimento estaria no foco no desenvolvimento local - na solução de questões locais com a descentralização do papel do Estado. Neste sentido, as regiões, cidades ou municípios devem se sobrepor ao Estado (mínimo), não só como principal ente de análise, mas gerindo maiores recursos e com maior autonomia.

Nesse contexto, Evans (2004) assinala que somente um Estado que é capaz de agir de forma autônoma pode oferecer bens coletivos essenciais. Todavia, o Estado não deve ser apenas um “garantidor”, mas deve ser um indutor do desenvolvimento, inclusive assumindo

riscos pelo empresariado local, sendo essa relação estreita entre Estado e sociedade denominada parceria.

Evans (2004) conceitua parceria como um projeto comum que fundamenta as interações do Estado e da sociedade. Tanto as elites industriais como o Estado estão interessados na transformação econômica da nação, pois nenhum pode implementar o projeto sozinho e cada um contribui para a sua realização. Este projeto pode, eventualmente, se transformar em luta entre esses partícipes, porém constitui-se uma relação mutuamente fortalecedora, já que o Estado e a elite local contribuem para a agenda de desenvolvimento.

Isso posto, cabe discutirmos qual o papel do Estado. Uderman (2008) analisa que a partir do início dos anos 1990, o formato da atuação estatal passou a ser afetado por profundas reformulações nos padrões de organização da produção e no ambiente institucional e regulatório.

Diversos teóricos argumentam sobre a atuação do Estado, ora analisando-o como intervencionista, dirigista ou liberal. Evans (2004, p. 38) afirma que as estruturas conferem potencial para a intervenção, mas tal potencial tem de ser traduzido em ação para que os Estados tenham efeito.

Evans (2004) delimita o papel do Estado enfocando apenas uma de suas funções, a de fomentar o crescimento industrial, tendo como objetivo fundamental compreender, as estruturas e papel do Estado, as relações entre o Estado e a sociedade, e como os Estados contribuem para o desenvolvimento. O autor refere-se a quatro padrões de intervenção em termos de “papéis” desempenhados:

- a) **Custódio:** Todos os Estados formulam regras e zelam por seu cumprimento, esse seria o papel de custódio: atuar por meio de protecionismo, políticas públicas e prevenção de comportamentos ilegais, encorajando ou restringindo os atores privados.
- b) **Demiurgo:** O demiurgo vai além da mera atuação na produção, é ficar diretamente envolvido em atividades produtivas, não apenas no complemento a investimentos privados, mas também na substituição dos mesmos. As empresas estatais são a incorporação concreta do papel de demiurgo (EVANS, 2004, p.117).
- c) **Parteiro:** Nesse papel, o Estado não substitui o produtor privado, e sim colabora no surgimento de novos grupos empresariais. Essa atuação é mais favorável quando o objetivo é promover um novo setor, tendo em vista que seria menos arriscado agir dessa forma em vez de criar uma capacidade produtiva de propriedade do Estado.
- d) **Pastoreio:** O direcionamento de grupos empresarias para novos setores é promissor, porém as firmas locais necessitam reagir às constantes mudanças mundiais em termos

de tecnologia e mercado, em especial os que acabaram de entrar em um determinado ramo. Nessas condições, o papel do pastoreio sinaliza o apoio dado pelo Estado às firmas que se arriscam em áreas e setores mais desafiadores tecnologicamente.

Esses papéis servirão para responder ao objetivo específico referente ao papel de transformação industrial que orienta a relação institucional entre a UFPE e a Refinaria Abreu e Lima na estruturação da indústria de refino de petróleo em Pernambuco.

O momento atual pelo qual passa a economia pernambucana com a promoção de uma agenda de governo que possui capacidade de persuasão para atração de investimentos industriais para a região possibilita reconhecer a importância das instituições como Estado, universidade e indústria nesse contexto, as quais, através de sua sinergia, contribuem para obter resultados mais vultosos que beneficiem o estado.

Um conjunto de fatores vem tornando o estado de Pernambuco um polo de atração de empreendimentos. A busca de profissionalização da mão-de-obra, os aspectos geográficos que permitem diversas atividades, entre elas as portuárias, assim como políticas de incentivos fiscais beneficiam a matriz econômica do estado de representar recursos estratégicos capazes de atrair investimentos geradores de emprego e renda que potencializem o desenvolvimento de Pernambuco.

O referencial teórico ora apresentado subsidiará a posterior análise dos resultados dessa dissertação atendendo ao objetivo de analisar como a UFPE se insere, institucionalmente na estruturação da indústria de refino de petróleo em Pernambuco.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Asti Vera (1973) aborda que devido ao prestígio da lógica e da epistemologia, difundiu-se a crença de que basta uma metodologia correta pra assegurar o êxito de uma pesquisa. Ainda que esta afirmação seja inexata, é forçoso reconhecermos a importância do método em todo o trabalho científico.

Esse capítulo explana os procedimentos metodológicos realizados nesta pesquisa tendo por finalidade atender ao objetivo geral, qual seja analisar como a UFPE se insere, institucionalmente, na estruturação da indústria de refino de petróleo em Pernambuco.

As seções subsequentes apresentarão a estratégia da investigação, o universo e amostra selecionada, as técnicas de coletas de dados, sua elaboração e tratamento e, por fim, a técnica utilizada para análise dos dados obtidos.

3.1 Estratégia da Investigação: Pesquisa Qualitativa

As investigações acadêmicas podem orientar-se por métodos quantitativos ou qualitativos. Os estudos quantitativos enfatizam o ato de medir e de analisar as relações causais entre variáveis; a seu turno, os estudos qualitativos ressaltam a natureza socialmente construída da realidade (DENZIN; LINCOLN, 2006).

Flick (2009) reforça esses conceitos ao afirmar que de modo diferente do método quantitativo, os métodos qualitativos consideram a comunicação do pesquisador em campo como parte explícita da produção de conhecimento, em vez de simplesmente encará-la como uma variável a interferir no processo.

Para Denzin e Lincoln (2006), os pesquisadores quantitativos raramente conseguem captar as perspectivas dos sujeitos que estudam, pois precisam confiar em materiais e métodos empíricos mais remotos. Por outro lado, os pesquisadores qualitativos tem compromisso com uma postura baseada em casos que direciona sua atenção para aspectos específicos em determinadas situações.

Creswell (2007) elenca os experimentos e levantamentos entre as estratégias associadas à técnica quantitativa; e a etnografia, a teoria embasada, os estudos de caso, a

pesquisa fenomenológica e a pesquisa narrativa como estratégias relacionadas aos métodos qualitativos. A pesquisa qualitativa é normalmente planejada muito aberta e adaptável ao que acontece no campo. Os métodos utilizados são menos consagrados do que na pesquisa quantitativa (FLICK, 2009).

Strauss e Corbin (2008) assinalam que o termo "pesquisa qualitativa" refere-se a qualquer tipo de pesquisa que produza resultados não alcançados através de procedimentos estatísticos ou de outros meios de quantificação. Pode se referir à pesquisa sobre experiências vividas, comportamentos, emoções e sentimentos e também à pesquisa sobre funcionamento organizacional, movimentos sociais, fenômenos culturais e interação entre nações.

Segundo Malhotra (2006) a pesquisa qualitativa caracteriza-se por ser não-estruturada, de natureza exploratória e baseada em pequenas amostras com o objetivo de prover percepções e compreensão de um problema.

Em torno do termo “pesquisa qualitativa” encontram-se interligados métodos e abordagens tais como o estudo de caso, a investigação participativa, a entrevista, a observação participante, os métodos visuais e a análise interpretativa (DENZIN; LINCOLN, 2006). Na visão de Flick (2009) o método qualitativo está intimamente ligado à ideia da descoberta de novos campos e da exploração de áreas que são novas ao mundo da ciência e da pesquisa.

Visando analisar a relação institucional existente entre a UFPE e a Refinaria Abreu e Lima, a estratégia de investigação utilizada nesse trabalho desenvolveu-se nos moldes de uma pesquisa qualitativa, pois conforme Asti Vera (1973) toda técnica deve adaptar-se à natureza da investigação, ou seja, existe uma relação necessária entre o objeto de estudo e a técnica para seu estudo.

Pela taxionomia de Vergara (2007) a presente pesquisa pode ser classificada, quanto aos fins, como uma pesquisa exploratória por estar sendo realizada em área na qual há pouco conhecimento acumulado e sistematizado; e descritiva, por expor as características de determinado fenômeno. Essa classificação justifica-se pelo fato da relação institucional entre a UFPE e a Refinaria Abreu e Lima ainda não ter sido objeto de estudos aprofundados, haja vista que o empreendimento industrial está se estruturando atualmente no Estado. Quanto aos meios, ainda segundo Vergara (2007), empreendeu-se uma pesquisa de campo, investigação empírica realizada no local onde ocorre um fenômeno e que dispõe de elementos para explicá-lo, podendo incluir entrevistas e aplicação de questionários.

3.2 Universo e Amostra

Entende-se por população, também denominada universo, não o número total de habitantes de um local, mas sim o conjunto de elementos que possuem as características que serão objeto de estudo. População amostral ou amostra é uma parte do universo escolhida segundo critérios de representatividade (VERGARA, 2007).

Para Gil (2008) universo ou população, é um conjunto de elementos que possuem determinadas características. Amostra, por sua vez, constitui um subconjunto desse universo, por meio do qual se estabelecem ou se estima características. Para obter uma amostra representativa, são utilizadas técnicas de amostragem.

Na definição da amostragem, a pesquisa qualitativa não se baseia no critério numérico para garantir sua representatividade e sim em quais indivíduos tem vinculação mais significativa para o problema a ser investigado. A amostragem ideal é a que possibilita abranger o problema investigado em suas múltiplas dimensões (MINAYO, 1992).

Segundo Malhotra (2006) as técnicas de amostragem podem ser genericamente classificadas como probabilísticas, processo no qual cada elemento da população tem uma chance fixa de ser incluído na amostra; e não-probabilísticas, técnicas que não utilizam seleção aleatória. A amostragem não-probabilística confia no julgamento pessoal do pesquisador e esse pode, arbitrária ou conscientemente, decidir os elementos a serem incluídos na amostra.

Conforme Beuren (2003) um dos principais tipos de amostragem não-probabilística é a por tipicidade na qual são selecionadas amostras com base em informações disponíveis e que são consideradas representativas para a população. Esse foi o tipo de amostragem utilizado nessa pesquisa; os entrevistados foram selecionados segundo a sua função, levando em consideração seu envolvimento com as relações entre UFPE e a Refinaria Abreu e Lima.

O quadro a seguir apresenta a lista de entrevistados com respectivas instituições.

Quadro 1 - Relação dos entrevistados

Cargo	Instituição
Diretor	ANP
Diretor	Fórum Suape Global
Diretor de Centro	UFPE
Vice-Diretor de Centro	UFPE
Gerente	Refinaria Abreu e Lima
Diretor de políticas públicas	Secretária de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco

3.3 Técnicas de coleta de dados: Entrevista semiestruturada

Em consonância com os objetivos propostos e devido à complexidade e diversidade dos atores relacionados nessa pesquisa, utilizou-se a técnica de entrevista. Conforme Gil (2008, pág. 109) entrevista é a técnica em que o investigador se apresenta frente ao investigado e lhe formula perguntas, visando obter dados que interessam à investigação. Assim, a entrevista é uma forma de interação social, um diálogo assimétrico em que uma das partes busca coletar dados e a outra se apresenta como fonte de informação.

Para Cruz Neto (1999) a entrevista é o procedimento mais usual na pesquisa qualitativa. Através dela, o pesquisador busca obter informes contidos na fala dos atores sociais. A entrevista não é uma conversa despretensiosa e neutra, uma vez que se insere como meio de coleta dos fatos relatados pelos atores, enquanto sujeitos-objeto da pesquisa que vivenciam uma determinada realidade que está sendo focalizada.

A entrevista pessoal possibilita maior flexibilidade, melhora a compreensão (porque pode se repetir as perguntas, reformula-las e acrescentar, inclusive, perguntas esclarecedoras). A validade das respostas é maior, porquanto o entrevistador não registra apenas o que diz o informante, mas como o diz (ASTI VERA, 1973).

A entrevista é considerada a técnica por excelência na investigação social, posto que, entre outras vantagens, possibilita obtenção de maior número de respostas, pois é mais fácil deixar de responder a um questionário do que negar-se a ser entrevistado. Porém é uma técnica que apresenta limitações, como o custo para a sua realização, a falta de motivação dos entrevistados, entre outras dificuldades que podem ser contornadas (GIL, 2008).

De acordo com Asti Vera (1973) o êxito da entrevista depende de vários fatores, o primeiro dos quais consiste em um planejamento correto. Exigem-se do entrevistador três condições objetivas: formular as perguntas com propriedade e clareza, obter respostas válidas e com sentido e registrá-las corretamente e completamente.

As entrevistas podem ser estruturadas e não-estruturadas conforme serem mais ou menos dirigidas. É possível trabalhar com a entrevista aberta ou não-estruturada, onde o informante aborda livremente o tema proposto; bem como as estruturadas que pressupõem perguntas previamente formuladas. Há formas que articulam essas duas modalidades, caracterizando as entrevistas semiestruturadas (CRUZ NETO, 1999).

Triviños (1987) assinala que na pesquisa qualitativa a entrevista semiestruturada é um dos principais meios que o investigador possui para realizar a coleta de dados, por valorizar a

presença do investigador e oferecer perspectivas para que o informante alcance a liberdade e a espontaneidade necessárias, enriquecendo a investigação.

Pádua (2004, p.70) conceitua entrevista semiestruturada como aquela em que o pesquisador organiza um conjunto de questões sobre o tema que está sendo estudado, mas permite e até incentiva que o entrevistado fale livremente sobre assuntos que vão surgindo como desdobramentos do tema principal.

Para Triviños (1987, pág. 46) a entrevista semiestruturada,

em geral, parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses que interessam à pesquisa, e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem as respostas do informante. Desta maneira, o informante, seguindo espontaneamente a linha de seu pensamento e de suas experiências dentro do foco principal colocado pelo investigador, começa a participar na elaboração do conteúdo da pesquisa.

Concomitantemente a construção do referencial teórico dessa dissertação foram elaborados os roteiros de entrevistas que apresentaram entre 4 e 5 questões, conforme Apêndice A. Segundo Gil (2008), nesses roteiros as questões devem ser elaboradas de forma a possibilitar que sua leitura pelo entrevistador e entendimento pelo entrevistado ocorram sem maiores dificuldades.

É útil esclarecer que as perguntas fundamentais que constituem a entrevista semiestruturada no enfoque qualitativo, não nascem *a priori*. Elas são resultantes não apenas da teoria que alimenta a ação do investigador, mas também de toda a informação que ele já recolheu sobre o fenômeno social que interessa (TRIVIÑOS, 1987).

Buscando atender ao primeiro objetivo específico, sobre os papéis de transformação industrial de Evans (2004), a primeira questão relacionava-se ao custódio, a segunda ao demiurgo, a terceira ao parteiro e a quarta ao pastor. Para melhor entendimento dos entrevistados, as perguntas eram contextualizadas, não utilizando essa nomenclatura. A quinta pergunta, quando cabível para o entrevistado, analisava a relação institucional entre a UFPE e a Refinaria Abreu e Lima e vinculava-se ao segundo objetivo específico.

Nos roteiros de entrevista, seguiu-se a recomendação de Flick (2009): oferecer o máximo de espaço possível ao entrevistado para que desdobre suas opiniões, ao mesmo tempo fornecendo uma estrutura acerca daquilo que devem abordar em suas respostas.

3.3.1 Descrição da etapa

Como já exposto na definição da amostra, houve a participação de seis entrevistados. Mediante agendamento prévio por e-mail ou telefone, ocorreram 05 entrevistas presenciais. Um dos entrevistados, por questão de conveniência, respondeu as perguntas por e-mail.

Conforme orientação de Gil (2008) ao iniciar a conversação a pesquisadora explicou a finalidade do trabalho, o objetivo da pesquisa, o nome da entidade a qual se vincula, a relevância do trabalho e, particularmente, a importância da colaboração pessoal do entrevistado. Ademais, foi solicitada permissão para gravar o áudio das entrevistas. Durante a realização das mesmas, ocorridas entre os meses de junho e novembro de 2012, todos os entrevistados se mostraram corteses e disponíveis e um deles forneceu documentos institucionais que contribuíram para a caracterização das instituições participantes.

Com aquiescência dos entrevistados, foi utilizado um aparelho de mp4 para gravar o áudio das entrevistas e posteriormente garantir a transcrição de conteúdo discutido. Triviños (1987) aponta que a gravação das entrevistas é de suma importância por permitir contar com todo o material fornecido oralmente pelo informante.

Boni e Quaresma (2005) apontam que as técnicas de entrevista semiestruturada têm como vantagem a sua elasticidade quanto à duração, permitindo uma cobertura mais profunda sobre determinados assuntos. Além disso, a interação entre o entrevistador e o entrevistado favorece as respostas espontâneas.

As entrevistas presenciais ocorreram na UFPE e num dos órgãos participantes da pesquisa e duraram entre 30 minutos a 2 horas. A colaboração de todos os entrevistados foi clara e espontânea. Durante a realização das entrevistas, foram solicitados aos entrevistados maiores esclarecimentos sobre determinados pontos abordados.

Creswell (2007) assinala a importância da utilização de um protocolo de entrevista para registrar informações durante a investigação qualitativa. Esse protocolo deve incluir: cabeçalho, instruções para o entrevistador, as principais questões de pesquisa, instruções para aprofundar as principais perguntas, espaços para registrar os comentários do entrevistador e espaço no qual o pesquisador registra notas reflexivas. Esse instrumento foi utilizado, propiciou uma melhor documentação das entrevistas e pode ser visualizado no Apêndice A.

A seção seguinte apresenta o processo de elaboração e tratamento dos dados. Flick (2009) aponta que na pesquisa qualitativa esse processo compreende fundamentalmente três

etapas: a gravação dos dados, a edição dos dados (transcrição) e a construção de uma “nova” realidade no texto produzido e por meio dele.

3.4 Elaboração e tratamento dos dados

Marconi e Lakatos (2003) afirmam que antes da análise e interpretação, os dados devem ser submetidos à seleção através de um exame minucioso.

Flick (2009) reforça essa orientação, postulando que antes da análise dos dados gerados na pesquisa qualitativa, eles precisam ser documentados e editados. No caso de dados de entrevista, como os reunidos na presente pesquisa, uma parte importante desse processo de edição consiste na gravação das manifestações orais e em sua posterior transcrição.

Logo em seguida a realização de cada uma das entrevistas foram feitas as transcrições pela própria pesquisadora, para melhor análise das respostas obtidas, buscando reproduzir da forma mais fiel possível as falas dos entrevistados. De posse desse material, a pesquisadora realizou uma verificação crítica, nos moldes propostos por Marconi e Lakatos (2003): a fim de detectar falhas ou erros, evitando informações distorcidas ou incompletas que pudessem prejudicar o resultado final do trabalho.

Conforme orientação de Flick (2009), a questão da confidencialidade ou do anonimato é importante na pesquisa qualitativa. Os leitores do relatório não deverão ser capazes de identificar qual a empresa ou quais as pessoas que participaram da pesquisa, visando salvaguardar os pontos de vista apresentados pelos entrevistados. Com esse propósito, o pesquisador deverá alterar detalhes específicos para a proteção das identidades e tentar garantir que não seja possível identificar os participantes a partir das informações que forneceram. Dessa forma, os entrevistados dessa pesquisa doravante serão denominados de Entrevistado A, B, C, D, E e F.

Uma vez manipulados os dados e obtidos os resultados, o passo seguinte é a análise e interpretação dos mesmos, constituindo-se ambas no núcleo central da pesquisa (MARCONI; LAKATOS, 2003).

Conforme exposto na próxima seção, para análise das entrevistas levou-se a efeito a técnica de Análise Argumentativa.

3.5 Técnicas de Análise de Dados: Análise Argumentativa

A teoria da argumentação foi apresentada em 1958 por Stephen Toulmin em seu livro *The Uses of Arguments*.

Na concepção de Magalhães (2003) o trabalho de Toulmin investiga o caráter quase-lógico dos argumentos, ampliando a compreensão de uma racionalidade, pensada por meio das operações de linguagem. A pesquisa de Toulmin constitui um trabalho pioneiro no debate sobre as formas lógicas dos argumentos na linguagem cotidiana. Os pontos centrais da análise argumentativa estabelecem uma anatomia dos argumentos de uso comum, ou seja, da vida cotidiana, fora do campo da lógica formal. Internamente, suas preocupações são próximas do tema clássico da filosofia: os critérios de validade desses argumentos.

O objetivo de usar a Análise Argumentativa será para documentar a maneira como afirmações são estruturadas dentro do discurso e avaliar sua solidez no campo da relação institucional existente entre a UFPE e a Refinaria Abreu e Lima.

Para Toulmin (2001, pág. 15), um homem que faz uma asserção faz também um pedido – pede que lhe demos atenção ou que acreditemos no que afirma. Há homens em cujas palavras se acredita simplesmente pela sua reputação de homem prudente, com discernimento e veraz. O “pedido” implícito numa asserção é como a reivindicação de um direito ou de um título e os méritos desse pedido dependem dos méritos do argumento que se possa apresentar para apoiá-lo, justificando-se dessa forma, a importância da Análise Argumentativa.

Conforme Liakopoulos (2002) toda fala que inclui debate ocorre ao redor de um bloco básico: o argumento. O argumento representa a ideia central ou o princípio no qual a fala está baseada. O termo argumentação consiste em uma atividade verbal ou escrita formada por uma série de afirmações objetivando justificar, refutar ou persuadir.

Podem ser produzidos argumentos para inúmeros fins, porém nos ensaios sobre Análise de Argumento propostos por Toulmin (2001), dedica-se atenção aos argumentos justificatórios apresentados como apoio de asserções, as estruturas que se pode esperar que tenham, os méritos que podem reivindicar e como classificá-los, avaliá-los e criticá-los.

Segundo Toulmin (2001, pág. 135) um argumento, assim como um organismo, possui uma estrutura anatômica e fisiológica. Quando exposto em todos os seus detalhes, um só argumento pode precisar de muitas páginas ou talvez um quarto de hora para ser narrado e, nesse intervalo, pode se distinguir as fases principais que marcam o progresso do argumento a partir da afirmação inicial até a apresentação final de uma conclusão.

Toulmin (2001) apresenta uma distinção para começar a definir as partes de um argumento: para uma conclusão (C) cujos méritos se procura estabelecer, há os fatos aos quais se recorre como fundamentos, os dados (D). Esse processo pode ser escrito muito resumidamente na expressão “se D, então C”. Todavia, pode-se expandir essa explicação em favor da imparcialidade e escreve-la como “dados do tipo D nos dão o direito de tirar as conclusões C”, ou “dado D, pode-se assumir que C”. Essas proposições que permitem um caminho lógico dos dados a conclusão são chamadas de garantias (G).

Essa explanação nos permite compor o primeiro esqueleto de um padrão para analisar argumentos. Podemos representar por uma seta a relação entre os dados e a conclusão e indicar como garantia, escrita sob a seta, o que autoriza a passar dos dados para conclusão. A figura 6 representa esquematicamente essa estrutura:

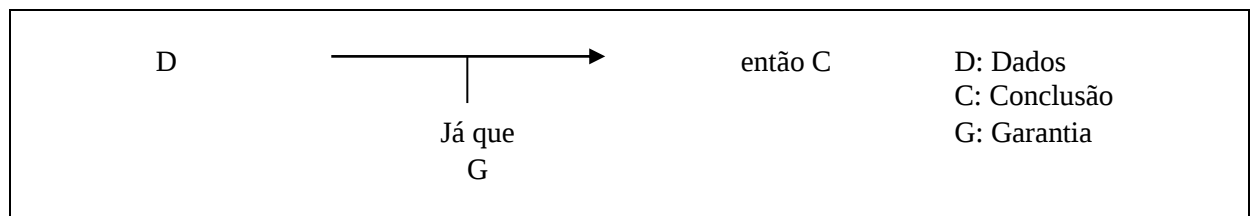


Figura 6 - Estrutura básica de um argumento baseada na teoria da argumentação de Toulmin (2001)

Em um argumento mais complexo, há a necessidade de explicar por que a garantia usada tem poder, nesse caso, a garantia necessita de um apoio (A) (LIAKOPOULOS, 2002).

A seguir serão apresentadas as definições de cada uma das partes dos argumentos, conforme Liakopoulos (2002):

- **Proposições:** afirmações que contenham estruturas e que são apresentadas como resultado de um argumento apoiado por fatos. Podem existir várias proposições em uma unidade de análise, porém o conceito aqui definido refere-se à proposição central que é parte da estrutura de argumentação.
- **Dados:** fatos ou evidências que estão à disposição do criador do argumento. Podem se referir a acontecimentos passados, ou à situação, ação ou opinião atuais, mas de qualquer modo se referem à informação que está relacionada com a proposição central do argumento.
- **Garantias:** premissa constituída de razões, autorizações e regras usadas para afirmar que os dados são legitimamente utilizados a fim de apoiar a proposição. Ela é o passo lógico que conduz à conclusão, não por meio de uma regra formal, mas pela regra da lógica do argumento específico. É uma proposição que recebe o nome de garantia para distingui-las, por um lado, das conclusões, e, por outro, dos dados (TOULMIN, 2001).

Nesse contexto, Toulmin (2001, pág. 142) estabelece o questionamento se há absoluta diferença entre dados, de um lado, e garantias de outro. É possível, em algumas situações, distinguir claramente entre essas duas funções. Ademais, as garantias são gerais, certificando a solidez de todos os argumentos do tipo apropriado, e, portanto, tem de ser estabelecidas de modo diferente dos fatos que são apresentados como dados.

- Apoios: premissas usadas como um meio de ajudar a garantia no argumento. É a fonte que garante a aceitabilidade e a autenticidade da razão, ou regra a que a garantia se refere. Apoios de garantias são avais sem os quais nem as próprias garantias teriam autoridade ou vigência. Toulmin (2001) recomenda que os apoios de garantias sejam investigados com cuidado, há de se esclarecer precisamente que relações há entre eles e os dados, as proposições, as garantias e as condições de refutação, que serão definidas na sequência.
- Refutações: premissa que autoriza a refutação da generalidade da garantia. Ela mostra a exceção da regra que é afirmada no argumento, ou as condições sob as quais o argumento não possui legitimação e por isso a reivindicação não se sustenta como verdadeira. Conforme Toulmin (2001) refutações indicam circunstâncias nas quais se tem de deixar de lado a autoridade geral da garantia; além disso, condições de refutação e qualificadores modais, definidos a seguir, são diferentes dos dados e garantias, possuindo lugares separados na estrutura do argumento.
- Qualificador: é uma referência explícita ao grau de forças que os dados conferem à alegação ou proposição através de uma garantia e toma a forma de palavras tais como necessariamente, presumivelmente, provavelmente, etc.

Toulmin (2001) assinala que na Análise Argumentativa pode não bastar que sejam especificados dados, garantia e proposição, sendo preciso acrescentar alguma referência explícita ao grau de força que os dados conferem à proposição em virtude da garantia. Magalhães (2003) complementa esse conceito apontando que as proposições e conclusões, são conectados entre si por termos ou qualificadores modais. A modulação é dada pelo uso de palavras e frases como necessariamente, possivelmente, devem, podem, com certeza, sem dúvida, ou qualquer outra que dê os parâmetros para a validade da conclusão do argumento.

Para Baldow e Silva (2012) os elementos da estrutura argumentativa são o dado, a justificativa e a conclusão; podendo ser os únicos elementos de um argumento. Todavia, para um argumento mais completo, é necessário conter as especificações em que a justificativa é válida, chamada de qualificadores (Q), ou não é válida, denominadas refutações (R).

Toulmin (2001) propõe um layout geométrico para analisar argumentos e verificar a validade destes. A figura abaixo representa a estrutura de um argumento; essa representação

constitui-se numa ferramenta que favorece a compreensão por conseguir relacionar dados e conclusões, através de justificativas (garantia e apoio):

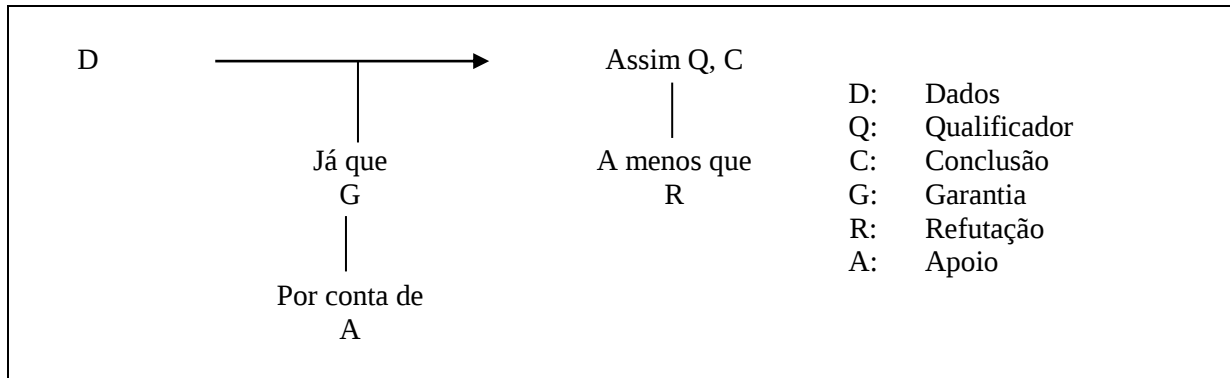


Figura 7 - Estrutura de um argumento baseada na teoria da argumentação de Toulmin (2001)

Para efetuar a Análise Argumentativa, procedeu-se aos seguintes passos, conforme Liakopoulos (2002):

1. Coletou-se uma amostra representativa que incorporasse os pontos de vista apresentados;
2. Foram sintetizados os pontos principais em um parágrafo, parafraseando o mínimo;
3. Identificaram-se as partes do argumento usando as definições apresentadas e testando-as quanto a sua fidedignidade;
4. Foi efetuada a comparação de todas as partes do argumento em uma apresentação esquemática a fim de que elas pudessem ser lidas em relação umas as outras;
5. Apresentou-se uma interpretação em termos do contexto geral e mérito do argumento.

Serão investigados quais argumentos contribuem para caracterizar o papel de transformação industrial que orienta a relação institucional existente entre a UFPE e Refinaria Abreu e Lima, assim como a presença da burocracia nessa relação.

Vale ressaltar que, em vista do volume de informações coletadas através das entrevistas, as Análises de Argumento restringiram-se aos aspectos da relação institucional entre a UFPE e a Refinaria Abreu e Lima que respondiam aos objetivos geral e específicos dessa pesquisa.

4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Esse capítulo apresenta os resultados encontrados utilizando a metodologia de Análise Argumentativa explicitada no capítulo anterior.

Para uma melhor exposição dos achados, será feita uma divisão em duas seções que incluem subseções, conforme os objetivos específicos dessa pesquisa.

Na análise e discussão dos resultados referentes ao primeiro objetivo específico será utilizada a teoria de Evans (2004) identificando qual o tipo de papel de transformação industrial que orienta a relação institucional entre a UFPE e a Refinaria Abreu e Lima. Por sua vez, a apresentação dos resultados do segundo objetivo específico, que trata da presença da burocracia que orienta a relação institucional supracitada, terá como principal base teórica a ECT e suas implicações nessa relação.

4.1 Analisar que tipo de papel de transformação industrial orienta a relação entre a UFPE e a Refinaria Abreu e Lima na estruturação da indústria de refino de petróleo em Pernambuco

Essa primeira sessão aborda os papéis de transformação industrial de Evans (2004), buscando identificar qual dentre eles orienta a relação institucional entre a UFPE e a Refinaria Abreu e Lima na estruturação da indústria de refino de petróleo em Pernambuco.

Em sua teoria, Evans (1993) não possui como base empírica a análise da relação entre a capacidade de ação do Estado e a implementação bem-sucedida de programas de ajuste estrutural; e, sim busca reexaminar o papel do Estado na agenda desenvolvimentista da transformação industrial, visando fornecer um retrato analítico das características institucionais que distinguem os Estados de maior e menor êxito nessa tarefa.

Para Evans (1993), ao examinar padrões de transformação industrial não se deve crer que a criação de instituições estatais eficazes é invariante ao longo das agendas econômicas. Todavia, existe uma aparente correlação entre desempenho do Estado em torno de uma agenda de transformação industrial e desempenho em torno de uma agenda de ajuste estrutural.

Evans (1993) exemplifica os tipos de atuação estatal comparando Estados africanos, como Zaire, que fracassaram em implantar indústrias locais e em garantir o crescimento por meio de programas de ajuste estrutural; com casos do Leste asiático que foram mais bem-sucedidos na implementação de programas de transformação industrial e no tratamento de questões de ajuste estrutural. Nesse contexto, os Estados latino-americanos, como o Brasil, se situam em algum ponto intermediário no desempenho com relação a ambas as agendas.

Conforme apresentado anteriormente, Evans (2004) identifica quatro padrões de intervenção estatal em termos de papéis desempenhado pelo Estado, quais sejam: custódio e demiurgo, que representam variações dos papéis convencionais de regulador e produtor; e parteiro e pastor os quais focalizam a parceria entre agências estatais e grupos empresariais privados. O autor sintetiza que a maioria dos Estados alia diversas políticas dentro do mesmo setor, assim os resultados dependem de como esses papéis são combinados.

Ao abordar esses papéis de Evans (2004), Devlin e Moguillansky (2010) interpretam que em termos da ação de Estado proativo, há quatro possíveis padrões. O primeiro seria o custodial que se relaciona as intervenções do setor público como políticas monetárias e fiscais conjunturais que visam à estabilidade macroeconômica. Nessa atuação, o Estado supervisiona as regras de mercado e procura fornecer um ambiente macroeconômico “sadio” para que as empresas liderem um processo de transformação econômica.

No padrão demiurgo ou Estado como produtor, conforme Devlin e Moguillansky (2010), a ação estatal sustenta-se na incapacidade do setor privado em empreender determinadas atividades econômicas. No padrão parteiro, também há dúvidas sobre a capacidade do setor privado, mas se acredita que essa capacidade pode ser desenvolvida; assim, ao invés de se engajar diretamente no empreendimento, o Estado auxilia o setor privado na aquisição dessa capacidade. Por fim, no padrão pastor, o setor privado é capaz de empreender novas e complexas atividades, e cabe ao Estado auxiliar na “navegação das perigosas águas da globalização” e das mudanças tecnológicas. Esses padrões podem coexistir na matriz de políticas do Estado, mas um ou outro pode prevalecer em um determinado momento e estágio de desenvolvimento.

As subseções seguintes possuem a nomenclatura de cada um desses papéis de intervenção estatal e apresentarão a relação entre a teoria proposta por Evans (2004) e os resultados obtidos através das entrevistas realizadas abordando a relação institucional entre a UFPE e a Refinaria Abreu e Lima.

4.1.1 Custódio

Para Evans (2004) todos os Estados formulam regras e tentam fazer com que elas se cumpram, salvo acordos negativos, qualquer grupo de regras estabelecidas que sejam consistentes e previsíveis, torna-se um bem coletivo na promoção do desenvolvimento de uma determinada região.

Segundo Gualberto (2010), no padrão de intervenção estatal custódio o Estado passa a atuar com medidas preventivas ou protecionistas.

Na interpretação de Coló (2011) o papel de custódio refere-se a normatização e regulação comercial. A seu turno, Radocza (2007) reforça que o custódio está associado ao caráter regulatório da atividade estatal, ou seja, o estabelecimento efetivo de normas e leis que direcionam as condutas dos indivíduos e das empresas capitalistas.

Ao atuar no papel de custódios os estados são reguladores e fazem uso de protecionismo, políticas públicas e prevenção de comportamentos ilegais. Algumas regras são essencialmente promocionais, objetivando fornecer estímulo e incentivo (EVANS, 2004).

Em Pernambuco, entre as práticas que fornecem estímulo e incentivo, podemos citar a Lei Estadual Nº 13.690/2008, que estabelece medidas de incentivo à pesquisa científica e tecnológica e à inovação no ambiente produtivo, visando à capacitação em ciência, tecnologia e inovação, ao equilíbrio regional e ao desenvolvimento econômico e social sustentável do Estado de Pernambuco.

Há esquemas regulatórios que seguem direções opostas, com o propósito de prevenir ou restringir iniciativas de atores privados. Entre as regras custodiais, estão os incentivos fiscais que podem compensar a dificuldade em obter retornos por inovações ou encorajar investimentos de risco em setores emergentes (EVANS, 2004).

Eckert, Mecca e Borges (2010) pontuam que é prática comum entre os estados criar um diferencial em relação aos demais para atrair investimentos privados em seus territórios, através de várias ações. Entre elas, há o incentivo fiscal, que corresponde a toda renúncia total ou parcial de arrecadação por parte do estado como forma de auxiliar e estimular o desenvolvimento de determinadas atividades, sendo um meio que os estados encontram para atuar intervindo na economia. Com a criação dos incentivos fiscais, dá-se um fim à uniformidade do imposto, pois se autorizam alguns contribuintes a não mais recolhê-lo.

Para Nogueira (2003) os impostos constituem um aspecto do ambiente institucional relacionado ao sistema tributário vigente e possuem forte impacto nas transações de mercado

por reduzir a rentabilidade do produtor. Por ser um item de custo facilmente mensurável, seu impacto na rentabilidade da atividade é evidente. Quando o imposto torna-se inviável na transação de mercado, as empresas buscam outras formas de suprimento. Dessa forma, quanto maior o impacto percebido dos impostos na transação de mercado, maior a participação de arranjos institucionais que ofereçam melhores condições de atuação para as empresas.

No Brasil, os incentivos fiscais concedidos pela União geralmente se voltam para a criação de indústrias e sua concessão contribui para a criação de emprego e aumento da renda, tanto dos Estados como dos Municípios. Contudo, esta situação pode tornar-se prejudicial, uma vez que se o incentivo fiscal for revogado, haverá grande crise na região beneficiada, porque as indústrias não terão mais motivo para ficar nestes locais sem a existência de incentivos dessa natureza, desencadeando assim, desemprego e consequente crise financeira. Por outro lado, o incentivo fiscal não pode ser eternizado, já que o Estado não pode abrir mão da receita tributária para sempre, nem criar uma desigualdade perene entre os contribuintes, somente em razão do local onde estão instalados (CORREIA, 2010).

Ainda segundo Correia (2010, pág. 125), as atividades promovidas através de incentivos fiscais devem ter a capacidade de se manter mesmo sem a sua existência, em face de sua temporariedade, e não podem criar uma situação econômica artificial, em que subsista uma dependência do incentivo para existir. O incentivo não deve ser o motivo único de manutenção de determinada atividade, mas deve sim ser uma ferramenta de incremento da atividade já existente e de fomento de vocações ainda não exploradas por uma região.

Na pesquisa realizada, os incentivos fiscais criados pelo governo do Estado de Pernambuco foram apontados, pelos entrevistados, como um grande diferenciador na opção por escolher esse Estado para implantar a Refinaria Abreu e Lima.

Conforme explicado pelo Entrevistado F, a política de incentivos fiscais prevista no Programa de Desenvolvimento de Pernambuco - Prodepe, implementado pelo Conselho Diretor do Prodepe e executado pela AD Diper, constitui-se em um elemento estimulador, porque as cadeias de petróleo, gás e naval estão como prioridades nesse programa. Dessa forma, configura-se como um fator concreto de atração de investimento e de fomento dessa nova cadeia produtiva no Estado.

O Entrevistado E ressaltou a importância dos incentivos fiscais, conforme a seguir:

Do ponto de vista fiscal, o governo tem um programa chamado Prodepe, e tem uma lei também específica, que afeta o ICMS permitindo postergar o pagamento do imposto e dar uma viabilidade econômica melhor para a o investimento. Além do incentivo fiscal estadual, tem o federal, porque como Pernambuco está na região Sudene, então a partir do momento que você começar a operar e você começar a ter

lucro, você tem 75% de isenção do imposto de renda da pessoa jurídica, ou seja esse montante é retornado a empresa. Isso como forma de incentivar, melhorar a viabilidade fazer com que empresas escolham vir se instalar na região Nordeste e Norte, ao invés de se instalar em São Paulo ou em outros estados (Entrevistado E, entrevista, outubro de 2012).

Assim, a ação do Governo de Pernambuco no papel de custódio tem tido relevante impacto no desenvolvimento econômico atual, salientando-se que o Estado está atuando fortemente no direcionamento da regulação dos incentivos fiscais, o que possibilita uma redução nos custos de transação das empresas instaladas no Complexo Suape.

Vale ressaltar a importância de mecanismos burocráticos nesse contexto, pois conforme Correia (2010), os elementos necessários para a viabilização do incentivo fiscal são inerentes a uma boa administração, denotando-se a relevância capital da burocracia inserida, como por exemplo, a atuação da AD Diper, que através do estabelecimento de regras, promove o desenvolvimento econômico daquela região.

Analizando as ações custodiais no atual contexto de desenvolvimento econômico de Pernambuco, o Entrevistado D (UFPE) ponderou que:

Com certeza se Pernambuco tivesse a infraestrutura já hoje mais consolidada e adequada, nós estaríamos com mais indústrias e numa situação muito mais privilegiada que nós estamos. As empresas querem ter facilidade e estrutura feita para que elas possam desenvolver suas atividades com a maior eficiência, vindo para o local que ela tenha todas as facilidades e reduza o custo operacional dela (Entrevistado D, entrevista, agosto de 2012).

No papel de custódio não foram encontradas evidências da atuação da UFPE na estruturação da indústria de refino de petróleo em Pernambuco. Apesar da questão elaborada para a UFPE fazer referência a Lei de Inovação do Estado de Pernambuco, os entrevistados não apontaram o impacto dessa legislação em suas respostas. Esse fato pode estar relacionado a falta de um maior alinhamento estratégico entre a pesquisa desenvolvida na universidade e as leis de incentivo a pesquisa e inovação.

Essa lacuna na relação universidade-setor produtivo através desse tipo de legislação foi abordada por Matias-Pereira e Kruglianskas (2005) para quem essas leis estabelecem um diálogo mais intenso entre as instituições, entretanto sua existência não é garantia de uma maior integração. Dudziak e Plonski (2008) reforçam essa percepção afirmando que ainda não se pode falar em sistema de ciência, tecnologia e inovação latino-americano, uma vez que predomina nessa região uma situação de desarticulação entre os distintos atores. Assim, apenas a aprovação de leis não é suficiente, é preciso um maior envolvimento entre os partícipes.

4.1.2 Demiurgo

Conforme Evans (2004) todos os Estados representam o papel de regulador, assim como de produtor, assumindo responsabilidade direta na produção de certos tipos de bens, tais quais investimentos em infraestrutura que pretendem ter um caráter coletivo ou público: estradas, pontes e redes de comunicação.

Para Radocza (2007) a função de demiurgo ressalta o papel do Estado desenvolvimentista como produtor direto de infraestrutura essencial ao desenvolvimento.

O demiurgo, enquanto papel de transformação industrial, representa uma forma específica de atuar como produtor, baseando-se em limitações sobre a atuação do capital privado. Assim, Evans (2004) aponta que o suprimento de transportes, comunicações, água, energia e outros tipos padrões de “capital social” tem uma tradição na atividade do Estado. Pressupõe-se que todos os bens tenham um caráter coletivo ou público sendo insuficientemente supridos por produtores privados.

Corroborando essa teoria, Sanches e Rocha (2010, pág. 212) ao discorrer sobre o investimento público, assinalam que esse é composto primordialmente de bens e serviços que o setor privado não irá fornecer em quantidades ótimas, seja porque é difícil avaliar o seu uso e benefício para os consumidores, seja porque estão sujeitos a altos custos de implantação. Contudo, esses bens públicos são fundamentais para o funcionamento do mercado uma vez que trazem consigo grandes efeitos de transbordamento.

Para o Entrevistado E, as ações de infraestrutura que o governo do Estado de Pernambuco empreende no papel de demiurgo estão fortalecendo o atual desenvolvimento econômico. Para esse entrevistado, o fato de ter as esferas governamentais estadual, federal e municipal trabalhando juntas é muito favorável; o mesmo elencou entre as estradas a Express Way, a PE-60 e a BR-101 concluindo que do ponto de vista logístico, tem-se uma infraestrutura viária, terrestre, ferroviária e rodoviária boa, que atende a demanda.

O Entrevistado A afirmou a importância do Estado se posicionar frente a situação econômica atual, fazendo os investimentos necessários no que se refere não só na infraestrutura, mas também no que se refere a recursos humanos para que as condições atuais se tornem cada vez mais atrativas e “os investimentos tomem corpo”.

Os entrevistados acadêmicos ressaltaram a oferta pela UFPE de cursos de graduação que forneçam formação profissional nas diversas engenharias necessárias para apoiar o desenvolvimento da indústria de refino de petróleo assim como de todo o Complexo

Industrial Portuário de Suape, quais sejam, Engenharias Civil, Elétrica e Eletrônica para atuar nas obras de infraestrutura, a Engenharia Química para o refino, entre outras. O Entrevistado D (UFPE) avaliou a importância da formação e treinamento de recursos humanos em todos os setores produtivos, conforme afirmação abaixo e sua subsequente Análise Argumentativa:

Nenhum setor produtivo funciona sem recursos humanos com treinamento adequado, do ponto de vista de modernização e de qualidade. Dessa forma, quanto mais formamos engenheiros ou técnicos competentes e atualizados, maior a chance de estarmos com técnicos pernambucanos ocupando esses postos de trabalho. O apoio que nós podemos dar é estar formando mão de obra qualificada nos diversos níveis. Esse é o nosso maior papel (Entrevistado D, entrevista, agosto de 2012).

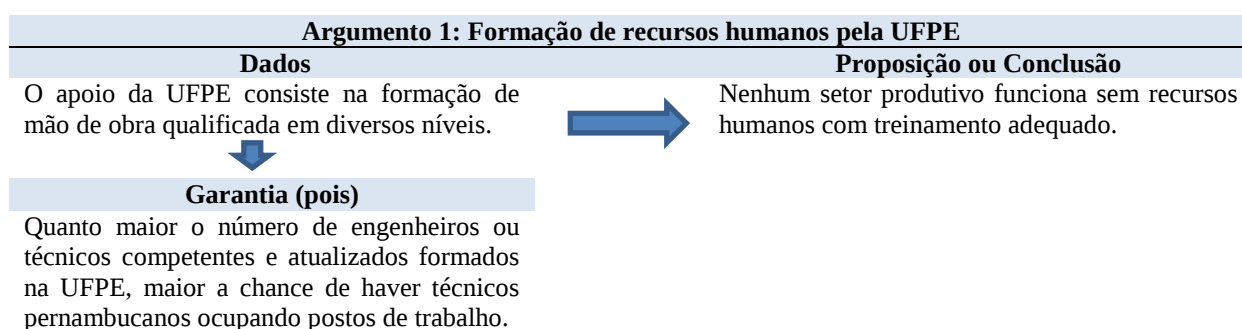


Figura 8 – Análise de Argumento sobre formação de recursos humanos pela UFPE

No âmbito da infraestrutura, a atuação da UFPE com o vestibular unificado para ingresso no grupo de engenharias do CTG recebeu destaque, conforme argumento a seguir:

Eu queria dar um exemplo muito concreto que a UFPE fez que foi unificar essas engenharias, acho essa saída muito estratégica e bem pensada, porque não vamos precisar de 200 engenheiros navais, mas vamos precisar de especialistas em engenharia que precisam ter uma engenharia básica e vamos ter que especializar essas pessoas. Idem para a construção civil. Depois que a pessoa estudar engenharia ela se especializará naquilo que as indústrias que estão sendo construídas vão demandar. Acho que o principal fato que a universidade contribuiu foi dizer “vamos preparar engenheiros generalistas para a partir daí especializar aqueles que o mercado demanda”. (Entrevistado F, entrevista, novembro de 2012).

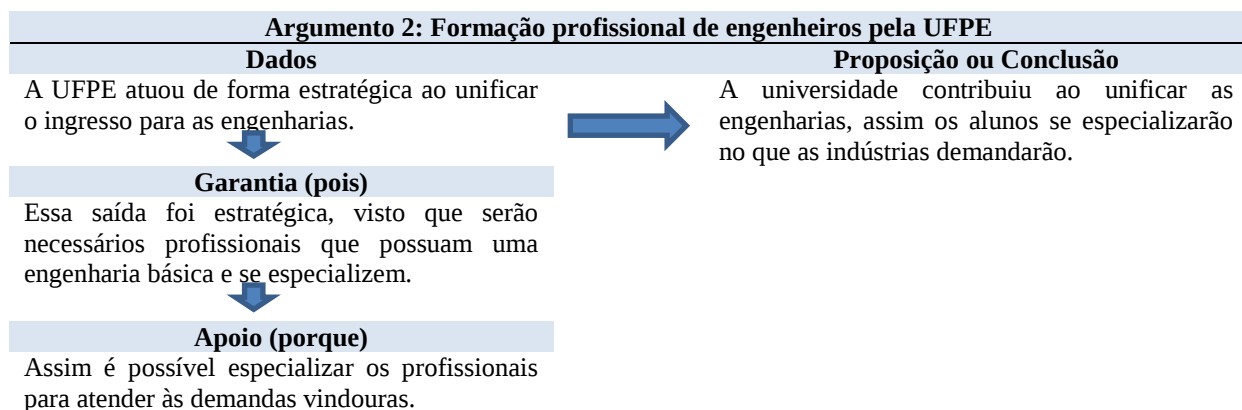


Figura 9 – Análise de Argumento sobre formação profissional de engenheiros pela UFPE

É interessante observar as percepções distintas quanto ao ingresso unificado no vestibular para os cursos de engenharia da UFPE. O Entrevistado F avalia que a universidade formará alunos nas áreas onde ocorrerá maior demanda, num claro entendimento de que a universidade estará “servindo ao mercado de trabalho”.

Nesse ponto cabe discorrermos sobre qual o papel da universidade pública *versus* as instituições privadas de ensino superior. Heymann e Alberti (2002) apontam que recorrentemente a vocação da universidade particular é vista como “formar para o mercado de trabalho”, enquanto a universidade pública teria uma cultura acadêmica voltada para a pesquisa. As autoras apontam ainda para uma dimensão de complementaridade, permanecendo a vocação acadêmica no ensino público, enquanto ao privado caberia atender à demanda por profissionais de nível superior.

Retomando a temática sobre o ingresso para os cursos de Engenharia da UFPE, conforme o Entrevistado C (UFPE) a adoção de modificações no vestibular ocorreu em virtude das altas taxas de evasão e retenção nos primeiros períodos dos cursos de engenharia. Assim, o objetivo era uma melhoria progressiva no corpo discente, não necessariamente com o direcionamento de cursos de graduação para formações específicas, assinalando que:

A estratégia nossa foi exatamente no sentido de oferecer oportunidades para todas as áreas, todos os nossos cursos de graduação. Para ter gente para trabalhar, para contribuir em todos esses aspectos de infraestrutura. O curso de Engenharia Civil tem uma especialização em estradas. Na Eletrônica tem uma área de Telecomunicações. Além disso, a indústria petroquímica é tradicionalmente poluente e há uma preocupação com a questão ambiental. Para programar direito como proteger o meio ambiente de efluentes e vazamentos dessa indústria é essencial conhecer a área onde se vai trabalhar. Esse levantamento é feito pela Engenharia Cartográfica (Entrevistado C, entrevista, julho de 2012).

Nesse contexto, percebemos a existência de uma discrepância no que os partícipes entendem como a alteração no ingresso via vestibular nos cursos de Engenharia do CTG da UFPE: para o entrevistado não-acadêmico a universidade esta *racionalizando a saída* de recursos humanos em atendimento as demandas de novas empresas e indústrias, contudo, o entrevistado acadêmico afirma que essa mudança no acesso vestibular ocorreu em busca de *otimizar a entrada* nos cursos de engenharia.

Assim no ingresso aos cursos de engenharia do CTG é necessária uma equalização na percepção dos interessados nesse processo, pois essa distorção de visões ocasiona custos de transação, tendo em vista a racionalidade limitada dos partícipes, a assimetria de informações, assim como as condições de incerteza decorrentes desse desajuste.

Em síntese, no papel de demiurgo, percebemos a relevância institucional da UFPE ao contribuir para o desenvolvimento da infraestrutura que subsidiará a indústria de refino de petróleo através da formação de recursos humanos capacitados para atender as diversas demandas dos empreendimentos industriais.

4.1.3 Parteiro

Evans (2004) afirma que o Estado pode-se concentrar na “maximização da indução da tomada de decisões” tentando atrair as forças do empresariado privado para um novo setor, o que corresponderia a representar o papel de parteiro. O autor postula que em vez de substituir produtores privados, nesse papel o Estado pode tentar ajudar no surgimento de novos grupos empresariais e a induzir os empresários existentes a realizarem esforços mais desafiadores. Isto coloca o Estado na posição de ser um tipo de parteiro.

Conforme Evans (2004), quando o objetivo é promover um novo setor, agir como parteiro é mais fácil e menos arriscado do que criar uma capacidade produtiva de propriedade do Estado. Erigir o protecionismo tarifário, proibições de importações e restrições de investimentos para proteger setores iniciantes da competição externa é o exemplo mais obvio.

Para Coló (2011), o parteiro representa a atuação no sentido de estimular a criação de “estufas” que permitem o nascimento de novos grupos empresariais.

Conforme Radocza (2007, pág. 17) o papel de parteiro remete ao estímulo das potencialidades de um ainda incipiente capital privado, basicamente através de subsídios e políticas protecionistas que visam proteger as empresas nacionais da concorrência externa em um primeiro momento. Gualberto (2010) reforça que na atuação de parteiro o Estado tenta promover o aparecimento e/ou aquecimento de novos grupos empresariais através de medidas protecionistas, fornecimento de subsídios, incentivos, etc.

Atualmente, observa-se a ação seletiva do Governo do Estado em induzir o desenvolvimento regional, com o apoio para a instalação da Refinaria Abreu e Lima em Suape. Assim, o êxito econômico não derivaria da simples mão invisível do mercado, como proposto por Adam Smith e sim da ação deliberada do Estado em promover o desenvolvimento. É como a mão (do Estado) que segura a mão invisível do mercado.

Tendo em vista que a indústria de refino de petróleo demanda um grande número de empresas satélites, que atuarão como fornecedoras de insumos, pode-se afirmar que em

Pernambuco esse setor será criado, assim como ocorrera o fortalecimento do polo metal-mecânico no estado.

O Entrevistado F assim avalia a atuação do empresariado pernambucano:

É necessário atuar no sentido de fazer primeiro com que o empresariado pernambucano creia que ele está inserido nesse processo, segundo se organizar de maneira a dar escala porque assim os pequenos precisam ter alguma representação mais coletiva para poder atingir essa questão da escala que uma refinaria demanda. Aí vem também a qualificação e o planejamento. E o crédito também, porque assim, se você vai melhorar o seu negócio para fornecer a um setor que exige muito mais de você, é preciso que você também tenha investimento. Então o empresariado da gente usou muito o crédito errado então agora ele tem medo do crédito porque na verdade ele usou errado e aí ele não quer se arriscar porque o uso foi errado. Então é um trabalho de educação empresarial que a gente tem que fazer para um Pernambuco que é novo (Entrevistado F, entrevista, novembro 2012).

Essa afirmação alinha-se teoria de Evans (2004) sobre o papel de parteiro, na medida em que assumir o papel de “parteiro” é um tipo de resposta às dúvidas sobre a vitalidade do capital privado. A classe empresarial local não é considerada naturalmente capacitada, mas apresenta certa maleabilidade para alcançar novos objetivos. Em vez de substituir os produtores privados, o Estado tenta promover o aparecimento de novos grupos empresariais ou induzir grupos já existentes a entrarem em áreas mais complexas da indústria.

Uma característica a ser analisada nessa afirmação a respeito do comportamento do empresariado pernambucano é o conceito de sociologia fenomenológica de Alfred Schutz [1899-1959], que se baseia na sociologia compreensiva de Max Weber. Essa sociologia de Weber, conforme Magalhães (2003) tem como subsídio a teoria da ação racional fundamentando-se nas ações dos indivíduos para interpretar os processos sociais.

O fato do empresariado pernambucano atualmente possuir receios quanto à obtenção de crédito para incrementar suas atividades relaciona-se a “conformação dos contextos de experiência”, que constituem o que Schutz compreende como a base da ação social, ou seja, o espaço intersubjetivo, por meio do qual as condutas dos indivíduos são reguladas. Para Castro (2012) a noção schutziana de “reservas de experiências” se refere ao processo de sedimentação dos conhecimentos sociais sejam eles saberes práticos, empíricos, teóricos ou afetivos. Conforme esse conceito e de acordo com a narrativa do Entrevistado F, o empresariado local possui resistência a assumir os riscos de contrair crédito pelas experiências passadas que, supostamente, influenciam suas decisões atuais.

O Entrevistado A apontou que a indústria de petróleo é muito específica e há mecanismos regulatórios impostos pelo governo que obrigam a compra no Brasil de equipamentos para essa atividade. Isto é, numa refinaria, na construção de uma plataforma, ou

perfuração de um poço de petróleo, as empresas são obrigadas por legislação a comprar bens e serviços no Brasil, até um percentual mínimo. Isso gera problemas junto aos fornecedores nacionais: por vezes a indústria brasileira não tem o equipamento em prazo hábil, ou o preço é muito maior do que adquirido no exterior ou até mesmo a qualidade é menor do que a de um produto importado. Assim, há a necessidade de atrair empresas estrangeiras para que se instalem no Brasil.

Na visão do Entrevistado A, o empresariado pernambucano ainda não se deu conta dessa situação e poderia estar agindo de forma mais proativa. Dessa forma, caberia ao empresariado nacional e local tomar iniciativa, viabilizando *joint-ventures*, isto é aproveitando uma experiência local em um determinado tipo de atividade. Na opinião do mesmo entrevistado, isso pode ocorrer no setor metal-mecânico, ou no fornecimento de alguns tipos de matérias-primas: associar-se a uma grande empresa internacional para formar uma *joint-venture*, assim o empreendimento será feito no Brasil e se produzirá controle local.

Para Evans (2004) o papel de parceiro vincula-se a ajudar o empresariado local a barganhar com empresas transnacionais, além de sinalizar que um determinado setor é importante. Independente da técnica, nesse papel a promoção, mais do que a adoção de medidas restritivas, é o modo dominante do Estado, se relacionar com o capital privado.

Vale ressaltar que não foram identificadas evidências da atuação da UFPE no que se relaciona ao papel de parceiro na estruturação da indústria de refino de petróleo em Pernambuco, tendo em vista que, por sua própria definição, esse papel vincula-se a ações promovidas pelo Governo do Estado e não pela UFPE.

É perceptível, entretanto, que na atuação no papel de parceiro o Governo do Estado está agindo de forma seletiva ao induzir o desenvolvimento e promover um estado de bem-estar social na região de Suape, nos municípios de Ipojuca, Cabo de Santo Agostinho e adjacências que, até pouco tempo constituíam uma região desassistida por políticas públicas de saúde, educação, formação profissional em comparação com a capital, Recife.

Como exemplos de ações que vem sendo empreendidas para estruturar um estado de bem-estar social nessa localidade pode ser citado o projeto “Diálogos para o Desenvolvimento Social em Suape”⁹ que tem como objetivo contribuir para o desenvolvimento social da sub-região de Suape, composta pelos municípios do Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, reduzindo os índices de problemas de saúde e violência. Lançada em 2011, essa iniciativa se

⁹ Esse projeto é desenvolvido pelo Laboratório de Estudos da Sexualidade Humana (LabESHU), Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Poder, Cultura e Práticas Coletivas (Gepcol) e Núcleo de Pesquisas em Gênero e Masculinidades (Gema), todos vinculados ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFPE.

constitui em uma parceria entre a UFPE e a Refinaria Abreu e Lima. A época, o reitor Anísio Brasileiro destacou: “Este é um projeto original que ilustra o papel social da Universidade. É um dos marcos da UFPE” (ASCOM, 2011).

Além da Refinaria Abreu e Lima, o projeto “Diálogos para o Desenvolvimento Social em Suape” conta com a parceria da Petroquímica Suape; Alusa Engenharia; Consórcios Conest, CNCC, EIT-Engevix; Departamento Nacional de DST, HIV/AIDS e Hepatites Virais, Instituto Papai e Centro das Mulheres do Cabo. As ações desse projeto estão divididas em tópicos que englobam desde “Ação Juvenil”, “Mulheres e Educação para a Cidadania” até “Diálogos com Homens nas Terceirizadas”. São desenvolvidas atividades de orientação sobre sexualidade e gravidez na adolescência, prevenção de Doenças Sexualmente Transmissíveis, combate ao uso abusivo de álcool e outras drogas, entre outras.

Por parte do Governo do Estado, as ações que visam criar um estado de bem-estar social nessa região contemplam o “Suape para Todos”. Em três anos de atuação, esse projeto já formou cerca de 3 mil pessoas no Centro de Treinamento (Cetreino). São ministradas aulas nos cursos de qualificação profissional, reforço de escolaridade, inclusão digital e ensinamentos fundamental e médio. Além disso, atividades como o Cinema Para Todos, passeios culturais e festas nas principais datas comemorativas estão previstas na agenda de lazer ofertada às comunidades. Parcerias com o Sebrae e o Senai ampliam a carteira de cursos oferecidos por Suape com foco nas atividades industriais do Complexo Portuário. Há também o “Programa Habitacional Nova Tatuoca” que beneficiará com novas moradias 50 famílias que vivem na Ilha de Tatuoca (SUAPE, 2013).

A implantação de um empreendimento como a Refinaria Abreu e Lima demanda uma formação de recursos humanos altamente especializada e, claramente, a região ora citada não possui profissionais qualificados para atender essa situação, daí a necessidade de vir a importar mão-de-obra. De acordo com o Entrevistado C (UFPE):

No começo que era terraplanagem estava cheio de pernambucano trabalhando. E a medida que vai aumentando o nível acadêmico necessário para dar prosseguimento a implantação da Refinaria, a preocupação é que daí pra frente vá diminuindo o número de pernambucanos lá, por não ter gente formada realmente para atender essa necessidade (Entrevistado C, entrevista, julho de 2012).

Assim, reforça-se mais uma vez o papel da universidade em formar recursos humanos capacitados para atender as novas demandas do atual cenário econômico do Estado de Pernambuco. Essa atuação possui maior relação com o papel de transformação industrial pastoreio, conforme será exposto a seguir.

4.1.4 Pastor

Para Silva e Giuliani (2009, pág. 483), o papel das instituições de ensino superior deve ser muito mais amplo do que o de fornecer às empresas profissionais competentes que auxiliem em suas atividades. Frente às inovações tecnológicas e à complexidade mercadológica, as pesquisas em C&T se tornaram relevantes no cenário mundial, acentuando sua necessidade e importância para a geração de riqueza e a melhoria da qualidade de vida de regiões e países.

Nas atividades de P&D e produção de conhecimento, insere-se o papel de transformação industrial pastor. Evans (2004, pág. 39) reconhece que mesmo se grupos empresariais privados forem induzidos a entrar em setores mais promissores, a dinâmica da competição global desafiaria continuamente as firmas locais. Assim, ao apoiar a vinda de novos grupos empresariais para determinado setor, o Estado pode se orientar para nutri-los e promover a sua posterior evolução. Esse processo de cultivar, nutrir e encorajar as forças empresariais que foram “despertadas” compõe o papel de pastoreio. Juntos, o parteiro e o pastor criam os fundamentos sociais para novos setores.

Conforme Evans (2004) o pastoreio consiste em promover e ajudar grupos empresariais privados a terem esperança de conseguir vencer os desafios de atuar em novos setores. Como o parteiro, as políticas adotadas assumem varias formas: o pastoreio pode simplesmente sinalizar o apoio do Estado para firmas que se arriscam em áreas e setores mais desafiadores tecnologicamente; pode ser tão complexo quanto montar empreendimentos estatais para assumir as tarefas complementares de maior risco, a exemplo de P&D, sem as quais as firmas privadas não podem ir adiante. Independente da técnica, o pastoreio envolve uma combinação de suporte e estímulo.

No que tange a P&D em âmbito nacional, a partir de 1999, com a implantação do CT Petro, um fundo de fomento à pesquisa previsto na Lei Federal nº 9.478/97, a relação da indústria do petróleo e gás natural com a comunidade científica ganhou maior impulso, passando a contar com um significativo apoio financeiro, advindo dos royalties do petróleo e do gás natural. Quase todos os projetos de pesquisa que tinham relação com a indústria foram contemplados com recursos (CNI, 2012).

Faria (2010) rememora que em 2003 a orientação do governo brasileiro foi de que fossem realizados investimentos para agregar valor ao petróleo; para tanto, era preciso injetar

recursos e desenvolver pesquisas em um número cada vez maior de áreas, como derivados de petróleo e resinas.

É necessário apontar que, nas entrevistas realizadas, a questão sobre pastoreio relacionava-se a formação de conhecimento científico e tecnológico para apoiar a indústria de refino de petróleo, porém também abordava a formação de quadros de recursos humanos que possam atuar nessa esfera.

O PRH-28, iniciativa conjunta entre a UFPE e a ANP na formação de recursos humanos para a área de refino de petróleo, é um exemplo de ação desenvolvida no âmbito do papel de pastor na relação da UFPE com a Refinaria Abreu e Lima.

É relevante que a UFPE participe da Hélice Tríplice formada juntamente com o Governo do Estado de Pernambuco e a Refinaria Abreu e Lima, produzindo conhecimento que fortaleça essa relação e promova o desenvolvimento econômico estadual.

No papel de pastoreio, o Entrevistado C (UFPE) elencou as atividades que essa universidade vem exercendo atualmente em sintonia com a indústria de refino de petróleo:

Na parte de ensino, oferecemos eventos extracurriculares, fóruns, simpósios etc. na área de petróleo e petroquímica. E, em outra frente, tem um número relativamente grande de pesquisadores desenvolvendo projetos visando novas tecnologias de processamento, fabricação, purificação etc., de derivados de petróleo. Houve uma solicitação [da indústria] que a gente encontrasse meios de criarmos em todo o CTG uma cultura de petróleo e gás. Um aluno que sai daqui com essa visão vai ter realmente interesse e estar melhor preparado para atender as necessidades dessa indústria. Então são duas frentes: a gente tá preparando alunos e tentando oferecer, criar para a indústria petroquímica algumas tecnologias novas (Entrevistado C, entrevista, junho de 2012).

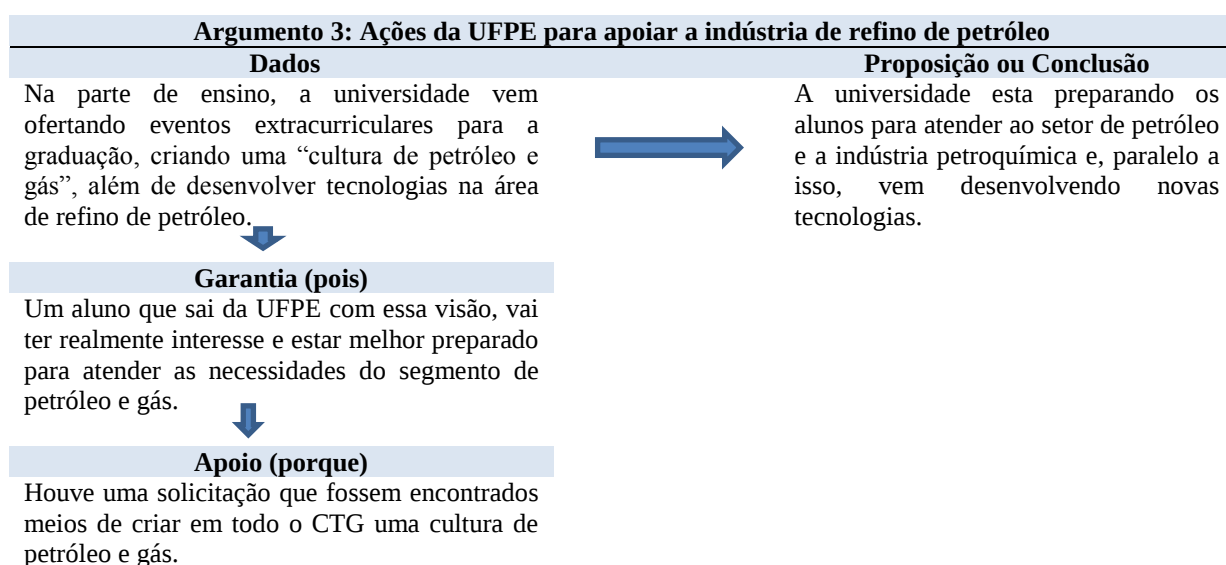


Figura 10 – Análise de Argumento sobre ações da UFPE para apoiar a indústria de refino de petróleo

Silva e Giuliani (2009) assinalam que o conhecimento gerado por uma nação só será convertido em riqueza e desenvolvimento social, se houver um forte relacionamento com os agentes institucionais geradores e aplicadores desse conhecimento. Nessa perspectiva, o Entrevistado E apontou a importância do Instituto Nacional de Tecnologia de Materiais (INTM), uma iniciativa da UFPE, com financiamento da FINEP e apoio da Petrobras e do Governo do Estado que visa criar na universidade um centro de P&D no setor de união de materiais, que possa gerar conhecimento científico e apoiar empresas no âmbito da inovação.

Para o Entrevistado E, o curso de Engenharia Mecânica da UFPE possui relevante papel:

Para uma indústria forte, precisa ter academia e, para isso, precisa ter recursos humanos já formados. Hoje, na UFPE, a Engenharia Mecânica seria a fomentadora desse polo metal-mecânico, porque a indústria de petróleo não é só tecnologia e automação, mas é cortar, soldar, inspecionar e revestir. E isso aqui é chapa, aço, metal, mecânica. Então precisará ter uma Engenharia Mecânica em Pernambuco forte. Não estamos falando de infraestrutura de estrada, que isso vai ser um detalhe, nem de porto, estamos falando de cabeça, de cérebro (...). E cérebro eu não faço em um mês, em seis meses, em dois anos. Então, para ter um polo metal-mecânico pujante, precisa ter formação de capital humano de alto nível. E pra isso, precisa ter uma formação de graduação e pós-graduação boa, estruturada e ter professores de gabarito e experiência para formar esses pós-graduandos e esses graduandos (Entrevistado E, entrevista, outubro de 2012).

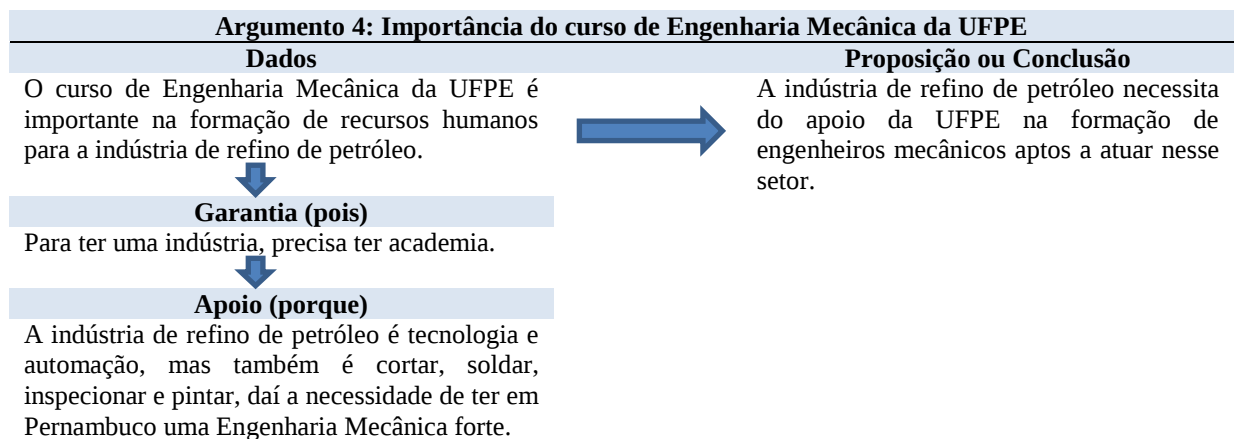


Figura 11 – Análise de Argumento sobre a importância do curso de Engenharia Mecânica da UFPE

Entretanto, para o Entrevistado F o desafio atual é a mão de obra mais operacional e técnica, pois:

A média em qualquer atividade de nível superior, na saúde ou na engenharia, é para cada 1 profissional de nível superior, a gente ter 10 de nível médio e 20 de nível operacional. (...) É aí eu vou ter um bom engenheiro mecânico, mas eu preciso ter um bom técnico em mecânica, um bom torneiro mecânico e um bom soldador. Então se eu ficar só imaginando que eu vou precisar formar engenheiro, eu vou ter engenheiro sobrando (Entrevistado F, entrevista, novembro de 2012).

Dessa forma, salientou-se a importância dos Institutos Federais por seu papel na formação de mão de obra técnica e operacional. Todavia, essa temática não será mais aprofundada por não se constituir no objetivo dessa pesquisa.

O Entrevistado B elencou uma série de ações que vem sendo desenvolvidas no âmbito do papel de pastoreio, conforme Análise Argumentativa a seguir:

Recursos humanos qualificados farão com que Pernambuco possa extrair valor para o bem estar de seu povo. (...) É indispensável alinhar e é o que tem sido feito no esforço de preparação de quadros qualificados para tal desafio. Centros de tecnologia de ponta, cursos de graduação e pós-graduação (Tecnologia Naval), administradores e gestores em logística, especialistas em química e refino de petróleo, convênio com universidades e centros de desenvolvimento de tecnologias pelo mundo (Texas-EUA, Canadá, Alemanha, Itália, Coreia, entre outros), representam importantes passos na obtenção de pessoal qualificado e apto a disputar de igual para igual com as melhores praças os resultados que se pode esperar de operações com produtividade e inovação necessárias a sustentar nossa colocação como polo provedor para o mundo. (...). Portanto envolver a UFPE nesse esforço dará uma extraordinária contribuição sem falar no fato de que há um arco de demandas que coloca esta unidade acadêmica em uma posição de vanguarda na busca de apoiar os esforços que tantos vem empreendendo para o bem de Pernambuco (Entrevistado B, entrevista, julho de 2012).

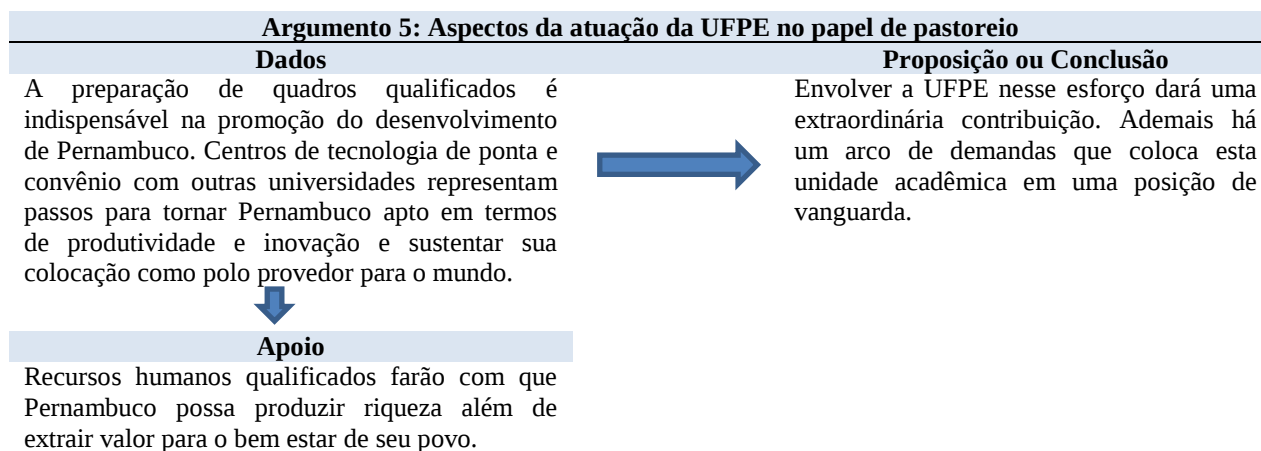


Figura 12 – Análise de Argumento sobre aspectos da atuação da UFPE no papel de pastoreio

É interessante observar que há uma forte presença da UFPE nos papéis de demiurgo e pastor e que essa atuação não é estanque, há uma vinculação entre produzir mão de obra capacitada para atender as demandas de infraestrutura assim como para atuar na P&D que apoie a estruturação da indústria de refino de petróleo em Pernambuco.

Em seguida serão apresentados os resultados obtidos no que se refere ao segundo objetivo específico, relacionado a burocracia que orienta a relação institucional entre a UFPE e a Refinaria Abreu e Lima.

4.2 Analisar como a presença da burocracia, que orienta a relação institucional entre a UFPE e a Refinaria Abreu e Lima na estruturação da indústria de refino de petróleo em Pernambuco, contribui para o desenvolvimento dessa indústria.

O segundo objetivo específico por vincular-se estritamente a relação institucional, foi tratado apenas entre os entrevistados da UFPE e da Refinaria Abreu e Lima.

Nas entrevistas com os partícipes ora citados, foram ressaltados aspectos positivos como o bom relacionamento institucional e as parcerias na área de P&D, a exemplo do projeto do INTM. Todavia, falhas organizacionais como a existência de comportamento oportunista (nos moldes preconizados pela ECT), o alto grau de centralização administrativa da UFPE assim como a carência, por parte da universidade, de um modelo de gestão que propicie uma melhor interação universidade-indústria também foram apontados. Esses aspectos serão abordados nos tópicos seguintes, utilizando como arcabouço teórico a ECT, os princípios de governança e a importância da burocracia.

4.2.1 Relação institucional UFPE e Refinaria Abreu e Lima e as parcerias na área de P&D

Na discussão teórica sobre a ECT, Williamson (1979) aborda que, na comunicação estabelecida em uma transação, o entendimento e a confiança que evoluem entre transmissor e receptor são valorizados ativos humanos que, uma vez desenvolvidos, serão sacrificados com relutância, precisamente porque não há substitutos adequados para estas relações. O autor cita ainda que relações de confiança tanto institucionais como pessoais podem evoluir, assim as pessoas responsáveis por atuarem nas interfaces transparecem a participação organizacional em uma transação. Além disso, relações que apresentam confiança pessoal sobrevivem a maior estresse e exibem maior adaptabilidade.

A relação existente entre a UFPE e a Refinaria Abreu e Lima assim como as parcerias que vem sendo estabelecidas são vistas de forma positiva pelos entrevistados acadêmicos. O Entrevistado C (UFPE) reforçou essa percepção, considerando que o partícipe industrial tem se mostrado como: “um dos que mais vestem a camisa da Universidade Federal de Pernambuco (...). Ele tem demonstrado essa preocupação e tá interessado em ajudar a gente em

melhorar”. Essa afirmação evidencia a importante relação estabelecida entre os partícipes, haja vista que há um atributo de confiança nesse contexto.

À luz da teoria da ECT de Williamson (1979), a relação institucional estabelecida entre a UFPE e a Refinaria Abreu e Lima caracteriza uma relação idiossincrática, cujo conceito é “aquela onde os investimentos de transações específicas relacionadas a capital humano e físico são feitos e, após a execução bem-sucedida do contrato¹⁰, os benefícios são percebidos”. Tais investimentos podem ocorrer em conjunto com operações ocasionais onde a entrega para um projeto especializado está estendida durante um longo período. Esse conceito relaciona-se a perenizar o desenvolvimento econômico que está ocorrendo em Pernambuco:

Para ter um desenvolvimento perene não ser só uma obra na PE-60, é preciso ter engenheiros formados aqui na UFPE trabalhando na Refinaria e em outras empresas, assim como o INTM fazendo tecnologia, desenvolvimento e inovação e prestando serviço para a Refinaria e para outras na região e porque não no mundo. Então quando se fala em perenizar essa indústria de refino em Pernambuco, quer dizer mais do que estradas, mais do que telecomunicações e infraestrutura, porque isso tem que ter. Pernambuco não pode perder a oportunidade conjuntural que existe um bom desenvolvimento industrial e além disso com a união de todas as esferas governamentais (Entrevistado E, entrevista, outubro de 2012).

Argumento 6: Necessidade de perenizar o desenvolvimento em Pernambuco		
Dados		Proposição ou Conclusão
O Estado de Pernambuco possui atualmente um grande potencial político-econômico e para perenizar o desenvolvimento faz-se necessário contar com a UFPE.		A UFPE contribui para perenizar o desenvolvimento ao fornecer formação profissional e desenvolver atividades de P&D.
Garantia (pois) Para um desenvolvimento perene, é preciso engenheiros formados na UFPE, trabalhando na Refinaria e em outras empresas, assim como o INTM fazendo P&D e fornecendo para a Refinaria e para outras empresas no mundo.		
Apoio (porque) Os recursos humanos formados na UFPE e o desenvolvimento de tecnologia e inovação através do INTM contribuem para perenizar o desenvolvimento de Pernambuco.		
	Refutação (a não ser que) O Estado de Pernambuco vir a perder a oportunidade que tá se avizinando.	

Figura 13 – Análise de Argumento sobre a atuação da UFPE em perenizar o desenvolvimento oriundo da indústria de refino de petróleo

A utilização da ECT para analisar a relação UFPE e Refinaria Abreu e Lima é reforçada por Rauen (2007) para quem os custos de transação são aqueles difíceis de

¹⁰ A expressão “contrato” neste contexto significa a operação dos acordos implícitos, uma vez que é esperado um relacionamento de longo prazo entre as partes, além da possibilidade de adaptações a situações não possíveis de se prever no ato da contratação.

precificar e que ocorrem quando o produto passa a se tornar mais customizado ou mais elaborado e as necessidades de coordenação por parte dos atores institucionais crescem, uma vez que as incertezas quanto as capacidades dos partícipes se elevam. O resultado geral é um aumento dos custos de transação associados à maior complexidade do produto contratado. Essa conceituação alinha-se as características da relação institucional em apreço, pois a UFPE fornece uma formação especializada de capital humano, a partir de sua perspectiva de como deve ofertar tais serviços dentro do contrato.

Para Williamson (1994) se a organização tem vida própria e a abordagem econômica convencional não é capaz de relatar as realidades intertemporais desta, então, ao menos para alguns propósitos, uma abordagem não econômica será suficiente, reforçando assim a relevância da utilização da ECT para análise da relação institucional objeto dessa pesquisa.

A partir de Williamson (1991) a relação entre a UFPE e a Refinaria possui as seguintes especificidades:

- Especificidade de ativos físicos: quando são requeridos instrumentos ou equipamentos especializados para a produção de um bem para o cliente; leiam-se os laboratórios de pesquisa que a universidade possui e apóiam a indústria de refino de petróleo;
- Especificidade de ativos humanos: relacionada às habilidades ou ao aprendizado específico de uma determinada atividade; vinculando-se aos cursos de graduação e de pós-graduação notadamente os do Departamento de Engenharia Química que objetivam atender a demanda de mão de obra especializada para o setor de refino de petróleo.

No tocante as atividades de P&D, na opinião do Entrevistado C (UFPE), os laboratórios de pesquisa como o Laboratório Integrado em Tecnologia de Petróleo, Gás e Biocombustíveis - LITPEG e o Centro de Estudos e Ensaio em Risco e Modelagem Ambiental - Ceerma, muito embora percebidos como fundamentais para a estruturação da Refinaria, se mostram importantes no ponto de interseção das atuações institucionais entre UFPE e a Refinaria Abreu e Lima, notadamente na rede de cooperação que é estabelecida para apoio da pesquisa aplicada. Este aspecto também pode ser cancelado pela abordagem teórica da Hélice Tríplice, pois Indústria, Estado e Universidade se encontram para dar sustentação burocrática para os relacionamentos firmados.

Ainda conforme o Entrevistado C, o INTM é um projeto nesse mesmo sentido, buscando dar suporte e estruturar as ações do setor metal-mecânico aqui em Pernambuco.

Na ótica do partícipe industrial, a relação institucional entre a UFPE e a Refinaria Abreu e Lima é vista de forma muito positiva em especial na área de P&D, conforme argumento apresentado pelo Entrevistado E:

O desenvolvimento da indústria de refino em Pernambuco não pode existir sem a UFPE. E por isso que a refinaria apoia iniciativas e ações junto com a UFPE. Vai fazer o estudos dos impactos (EIA/RIMA), fazer análise do ar, das emissões, o resgate arqueológico, ou uma serie de ações que precisa ter conhecimento técnico, convida-se a UFPE para participar. Então hoje já está sendo assim, para o futuro existe o apoio ao INTM e o incentivo à inserção de outros parceiros dentro do INTM como a Universidade Federal de Santa Catarina, Universidade Federal de São Carlos, Universidade de São Paulo, Universidade do Rio de Janeiro para que o INTM seja nacional, seja plural que possa sair daqui de Pernambuco tecnologia e inovação e com isso possam ser gerados recursos e capital humano de alta qualidade, “de Pernambuco para o mundo” (Entrevistado E, entrevista, outubro de 2012).

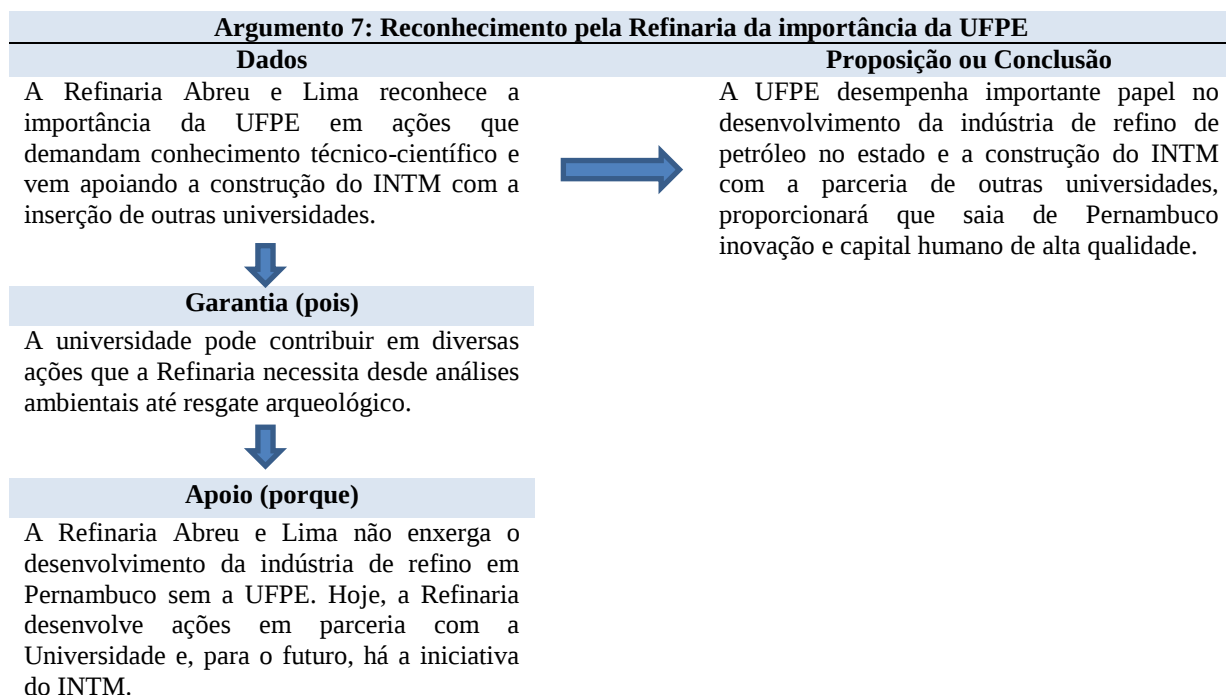


Figura 14 – Análise de Argumento sobre a relação UFPE – Refinaria Abreu e Lima

Denota-se que a relação institucional entre a UFPE e a Refinaria Abreu e Lima é constantemente citada pela ótica do longo prazo. De acordo com Williamson (1979) é característico dos contratos de longo prazo a existência de falhas no planejamento e de lacunas ao se tentar projetar resultados. Todavia, a capacidade de "previsão viável" permite as partes olhar para o futuro, descobrir possíveis riscos, trabalhar os mecanismos e, posteriormente, criar compromissos credíveis (WILLIAMSON, 2010a).

4.2.2 Presença de comportamento oportunista na relação institucional UFPE e Refinaria Abreu e Lima

Para Williamson (1979) na transação institucional, embora incentivos possam ser fornecidos se contratos de longo prazo forem negociados, o contrato estabelecido é necessariamente incompleto por razões de racionalidade limitada. Para o autor, em contratos de longo prazo executados sob condições de incerteza, a visualização de seu panorama completo é proibitivamente cara de ser elaborada se não for impossível. Nessas transações, conforme a ECT, problemas de vários tipos surgem: primeiro, nem todas as futuras eventualidades para as quais adaptações são necessárias podem ser antecipadas no início; segundo, as devidas adaptações não serão evidentes para muitas contingências até que as circunstâncias se materializem.

Nesse contexto, pode surgir a busca de autointeresse, no que Williamson (1979) conceitua como oportunismo. O oportunismo é um conceito central no estudo da ECT sendo especialmente importante para a atividade econômica que envolve transações específicas e investimentos em capital humano e físico, como as transações estabelecidas entre a UFPE e a Refinaria Abreu e Lima.

Na relação institucional em análise, a UFPE, através dos cursos de graduação, pós-graduação e grupos de pesquisa investe na formação profissional e no desenvolvimento de pesquisas para atender as demandas da indústria de refino. Por sua vez, a Refinaria Abreu e Lima investe recursos financeiros na universidade para construção de novos laboratórios assim como para a aquisição de equipamentos que apoiem as atividades de P&D. Vale ressaltar que os recursos financeiros ora citados correspondem a uma das ações da ANP junto às empresas do setor de petróleo, qual seja o direcionamento de montantes para apoiar a P&D. Conforme o Entrevistado A, a ANP obriga as empresas de petróleo, em um determinado percentual, a fazerem investimentos em P&D e recursos humanos. Posteriormente, mediante autorização da ANP, esses valores são repassados as universidades e centros de pesquisa.

Conforme Williamson (2010a) mesmo com o risco de oportunismo as atuações nas transações são rotineiramente benignas - a maioria das pessoas vai fazer o que dizem a maior parte do tempo e alguns vão fazer mais. Todavia, em determinadas circunstâncias, o espírito de cooperação que facilita adaptações pode dar lugar a uma orientação mais calculista, ampliando assim o risco de oportunismo.

O oportunismo é uma variedade de autointeresse que inclui o dolo. Embora em uma relação institucional ambas as contrapartes tenham um interesse a longo prazo em efetuar as adaptações em busca da maximização do lucro conjunto, cada uma também terá interesse em apropriar o máximo de ganho que puder em cada ocasião (WILLIAMSON, 1979).

Analisar o oportunismo na relação institucional entre a UFPE e a Refinaria Abreu e Lima é relevante tendo em vista que atributos comportamentais dos indivíduos desempenham papel importante no âmbito da ECT (WILLIAMSON, 1994).

Essa discussão sobre o comportamento oportunista serve para analisar alguns dos aspectos percebidos nas entrevistas realizadas. Foi identificado que há convênios de cooperação para construção de novos laboratórios de pesquisa na UFPE assim como para aquisição de equipamentos que apoiem atividades de P&D que dão suporte a indústria de refino de petróleo. Entretanto, detectou-se que existe lentidão na viabilização de obras, como apontado pelo entrevistado E “O convênio com a FINEP já existe há dois anos e o prédio ainda não foi pra frente”. Ademais ocorre, entre os professores, um “loteamento” dos recursos para aquisição de equipamentos e os valores passam a ser utilizados para atender a demandas pontuais de departamentos e não para a aquisição de itens para os institutos de pesquisa que estão sendo construídos visando apoiar a incipiente indústria de refino de petróleo em Pernambuco.

Essa situação foi apontada pelo Entrevistado D (UFPE), conforme análise de argumento a seguir:

Você tem a ideia de formar um centro desses, começa a ter os recursos, o que acontece? Junta-se um grupo de professores muito mais para fazer o loteamento dos recursos, cada um tá interessado em um determinado equipamento, em equipar seu laboratório, mas perde a unidade de pensar que o instituto é uma estrutura que deve ser criada no todo (Entrevistado D, entrevista, agosto de 2012).

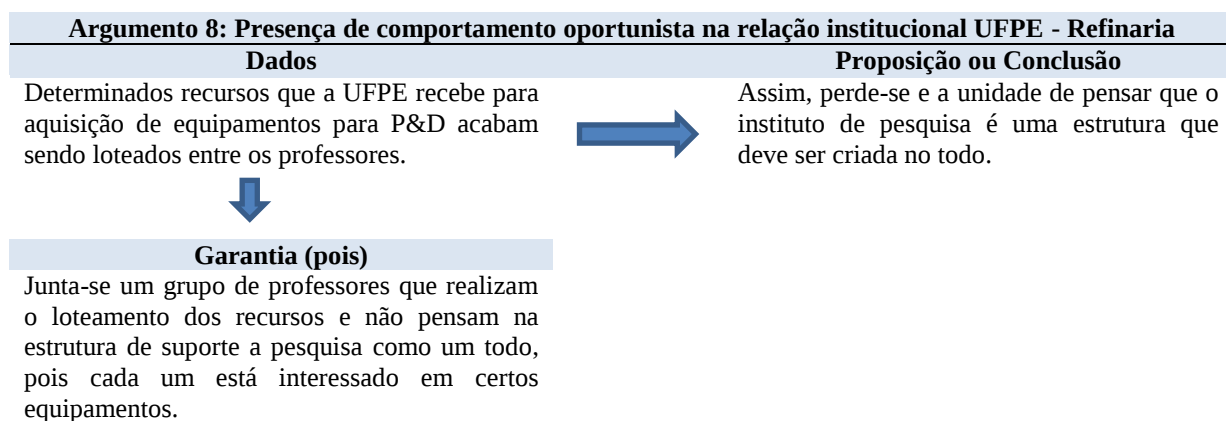


Figura 15 – Análise de Argumento sobre comportamento oportunista na relação UFPE – Refinaria Abreu e Lima

Dessa forma, observou-se que os professores apresentam um comportamento oportunista, pois ao receberem os recursos destinados à aquisição de material permanente para as atividades de P&D privilegiam suas demandas e não veem os institutos e laboratórios de pesquisa (que estão sendo construídos para apoiar ações que suportem a indústria de refino de petróleo no Estado) como parte integrante do produto contratado.

De acordo com o entrevistado E,

Foram comprados, por professores da UFPE gestores do convênio do INTM com a FINEP, alguns equipamentos que não são os equipamentos para cortar, soldar, inspecionar e pintar, mas por quê? Porque de repente o professor se preocupou “ah eu preciso dinamizar o meu laboratório e preciso do equipamento Y”. Eu estou sendo genérico, mas o equipamento Y de repente não serve para contribuir com a estruturação do projeto para o futuro (Entrevistado E, entrevista, outubro de 2012).

Assim, foi percebido que os professores preocupavam-se mais com seus interesses em detrimento da estruturação de institutos de pesquisa, gerando custos de transação elevados devido a priorização de projetos que não fazem parte do escopo de eficiência contratada, o que implica em incertezas sobre o prazo para início de atuação de laboratórios de pesquisa. Denota-se, a partir daí, uma prática individualista. Costa (2007) aponta que o individualismo é reconhecido como uma característica da docência universitária.

Evans (2004, pág. 59) aponta que a burocracia weberiana é uma entidade corporativamente coerente na qual os indivíduos veem os objetivos corporativos como a melhor forma de organizar seus interesses individuais; assim, a superioridade do Estado burocrático esta em sua habilidade de superar a lógica individualista.

Ao analisarmos as características de oportunismo na relação institucional entre a UFPE e a Refinaria Abreu e Lima observa-se que desenvolver mecanismos de burocracia no ponto de interação entre as partes possibilitaria uma redução nos custos burocráticos. Logo o resultado lógico dessa ação seria o aumento da eficiência e a possibilidade de redução do oportunismo, o que elevaria a confiança e a credibilidade entre as partes. Ademais, a presença de uma burocracia com características weberianas, possibilitaria que os professores enxergassem os interesses da UFPE com seus interesses individuais, o que teria um impacto positivo na relação institucional estabelecida com a Refinaria Abreu e Lima.

A teoria da ECT possui influência nessa análise institucional tendo em vista que os custos de transação relacionam-se aos custos de negociar, redigir e garantir que um contrato será cumprido. Conforme vem sendo apresentado, quando a UFPE recebe um recurso e o utiliza para uma finalidade diversa da prevista, incorrem custos burocráticos relacionados ao

não atendimento ao previsto na relação institucional em tela. Logo estamos diante de uma falha burocrática que permite que tais comportamentos oportunistas se desenvolvam. Se não enfrentados e solucionados, estes problemas podem se transformar em um tipo de cultura organizacional que validaria este tipo de comportamento, deslocando seu eixo do campo da ação racional instrumental (ação racional com relação aos objetivos) para a ação tradicional¹¹.

Williamson (2010a) afirma que a ECT prevê a incompletude contratual e a racionalidade limitada dos atores humanos como razões da complexidade transacional. Assim, as estruturas de governança adquirem importância, pois conforme Williamson (1979) atenuam o oportunismo e ampliam a confiança.

Os princípios de governança preveem que a gestão é o meio pelo qual se infunde ordem, para assim mitigar conflito e perceber o ganho mútuo. A ECT preocupa-se com as transações para as quais a continuidade (ou quebra) da relação de troca é de especial importância (WILLIAMSON, 2010b). Assim percebe-se que mecanismos de governança são essenciais na relação institucional entre a UFPE e a Refinaria Abreu e Lima.

Para Nascimento e Costa (2012) a governança é crucial para as universidades públicas, sendo possível afirmar que essas instituições passam hoje por uma crise de governança tendo como exemplos os problemas de financiamento e a dificuldade em encontrar meios próprios de atender demandas por infraestrutura e recursos humanos. Ainda de acordo com os autores, a crise da universidade pública no Brasil reúne fatores institucionais e gerenciais. Essa percepção alinha-se aos achados dessa pesquisa, na medida em que na UFPE há empecilhos organizacionais na gestão de obras de infraestrutura (como na construção de novos laboratórios) assim como na aquisição de equipamentos para serem utilizados nas atividades de P&D, conforme apresentado.

De acordo com Aragão (1997, pág. 113) uma possibilidade de fuga da situação de ineficiência é a que se apresenta com o chamado insulamento burocrático, tentativa de isolar os laços que o aparelho burocrático mantém com o ambiente externo, de forma à resistir às pressões clientelísticas e construir um “núcleo duro”, capaz de garantir a governança.

¹¹ Weber (2009) classifica as ações sociais em 4 categorias:

- 1) ação afetiva: ditada pelo estado de consciência ou humor do sujeito;
- 2) ação racional com relação a um valor, definida pela crença em um valor ético, estético, religioso ou outro;
- 3) ação racional com relação a um objetivo, determinada por expectativas comportamentais no alcance de objetivos racionalmente avaliados e perseguidos;
- 4) ação tradicional, que tem como fonte motivadora os costumes ou hábitos arraigados.

4.2.3 Presença de insulamento burocrático na UFPE

Em condições de insulamento burocrático é atribuído aos núcleos técnicos das organizações estatais a realização de objetivos específicos (NUNES, 2010).

Conforme Helal e Neves (2010, pág.326), o insulamento burocrático pode produzir custos referentes à incapacidade das instituições em realizar programas que, de fato, atinjam o interesse público. Outro problema diz respeito ao risco do corporativismo: o insulamento burocrático pode tornar a organização pública um “ente egoísta”, propiciando, aos funcionários públicos, condições de utilizar o Estado para satisfazer seus próprios interesses, e não o interesse público. O comportamento oportunista por parte dos docentes do CTG, referente a aquisição de equipamentos, pode se vincular a este tipo de “egoísmo” descrito por Helal e Neves (2010). Vale destacar que os autores e as evidências não discutem o caráter qualitativo do termo egoísmo, apenas explicita-se uma situação teórica prevista pela ECT.

Para Gheventer (2004) a autonomia de uma agência estatal é uma variável crucial para uma maior eficácia da política de defesa da concorrência. Conforme o autor o termo "autonomia" aproxima-se do significado de insulamento burocrático. Nesse sentido, a autonomia relaciona-se com a necessidade estatal de criar um ambiente operativo em um determinado momento, para que o órgão alcance finalidades pré-estabelecidas. A capacidade estatal e o próprio interesse do Executivo em gerar esse ambiente operativo dependem de fatores estruturais, institucionais e políticos.

O ambiente operativo (*task environment*) de uma agência insulada é altamente complexo, dadas as tarefas como determinações da exequibilidade, supervisão e gerência de projetos, análise financeira, geração de recursos financeiros, avaliação de necessidades, obtenção de consensos entre metas e valores. Nestas condições, a informação é fortemente valorizada e a coalizão formada com atores externos selecionados é vital (NUNES, 2010).

Consoante a essas características, observa-se que o CTG apresenta uma tendência a se insular burocraticamente em relação a UFPE, pois é um centro que reúne competência técnica para formar recursos humanos aptos a atuar nas engenharias necessárias ao desenvolvimento de Pernambuco.

Ademais, conforme extraídos dos argumentos dos entrevistados, o CTG pauta as ações da UFPE no que tange ao desenvolvimento da indústria de refino de petróleo no Estado, sendo assim, ele se insula burocraticamente no âmbito de sua competência em relação a Reitoria.

4.2.4 Carência de modelo de gestão e de cultura de planejamento na UFPE

Para Crozatti (1998) o modelo de gestão é o conjunto de normas e princípios que devem orientar os gestores na escolha das melhores alternativas para levar uma organização a cumprir sua missão com eficácia. Por parte do Entrevistado D (UFPE) foi redundante a afirmativa de que a UFPE carece de um modelo de gestão que atenda suas demandas atuais.

Na temática de aquisição de equipamentos, o Entrevistado C (UFPE) assinalou a dificuldade de gestão de recursos financeiros na universidade assim como suas diversas implicações, conforme análise de argumento apresentada a seguir:

Estamos analisando nossos pontos fracos, fraquezas e estrutura administrativa. E isso não é somente o organograma, mas também uma dificuldade que hoje todo o serviço público, pelo menos o executivo tem, de administração, de gestão dos recursos. Às vezes, atualmente, nós estamos com a seguinte situação: nós temos o recurso, mas temos dificuldade para usá-lo. Então tudo isso são dificuldades que a gente tem de enfrentar para conseguir, se a gente pretende realmente fazer, contribuir fortemente com a indústria petroquímica, temos que perceber esses gargalos (Entrevistado C, entrevista, julho de 2012).

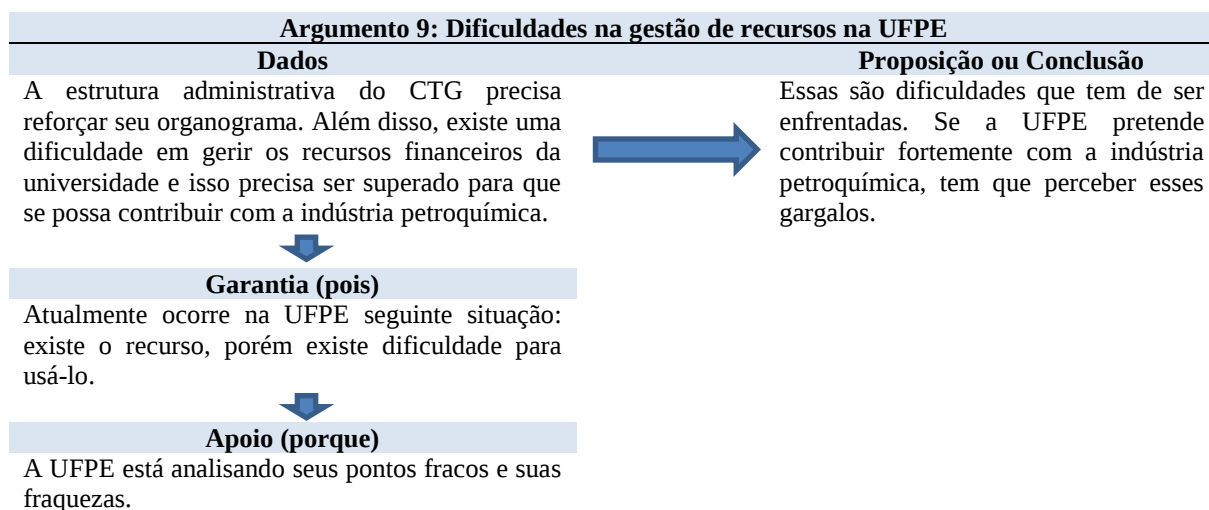


Figura 16 – Análise de Argumento sobre a dificuldade na gestão de recursos na UFPE

Essa discussão sobre a aquisição de equipamentos na UFPE adquire importantes contornos, pois conforme relatado pelos entrevistados acadêmicos, os órgãos de controle do governo como a Controladoria Geral da União – CGU determinam que as compras, salvo exceções, ocorram através de processos licitatórios, isto é, que sejam elaborados Termos de Referência especificando os equipamentos, posteriormente seja lançado Edital para abertura

de licitação visando, conforme Lei 8.666/93, a “garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a seleção da proposta mais vantajosa para a administração”.

Porém, carências administrativas assim como na estrutura organizacional da UFPE dificultam o atendimento a essa exigência legal, tendo em vista a especificidade técnica de instrumentos como os Termos de Referência e os Editais e aos requisitos que os mesmos devem preencher seguindo os pareceres da Procuradoria Federal da Universidade. De acordo com o Entrevistado C (UFPE):

Antigamente a universidade tinha um setor chamado Procuradoria Jurídica. Eram pessoas, advogados, que trabalhavam como em toda empresa privada, ou seja, os advogados da empresa, estavam ali para defender os interesses da empresa e para orientá-la a não fazer nada errado. Hoje isso não existe mais (...). Eles funcionam na verdade mais como fiscais nossos (Entrevistado C, entrevista, julho de 2012).

Esse tipo de marco regulatório prejudica a eficiência e eficácia nas aquisições de equipamentos (principalmente os laboratoriais) na UFPE fazendo com que as atividades de ensino e pesquisa sejam prejudicadas.

A necessidade da criação/reformulação do modelo de gestão da Universidade é premente, devido a várias problemáticas não apenas vinculadas a atuação em prol da indústria de refino de petróleo. Conforme o Entrevistado D (UFPE):

Do ponto de vista de concepção, nós temos que discutir o modelo [de gestão]. Se é esse, a universidade tem que criar os meios de fornecer as coisas. Não adianta nós estarmos [nos centros], se precisar comprar um equipamento não tem a estrutura, não foi trabalhado e fica como um maluco fazendo Termo de Referência, isso é que é um absurdo. Então a universidade tem, ou se quer que os centros façam, tem que criar uma estrutura para isso (Entrevistado D, entrevista, agosto de 2012).

O Entrevistado D (UFPE) abordou ainda a falta de uma cultura de planejamento na UFPE afirmando que “nós não nos planejamos”. Essa deficiência, a longo prazo, desencadeia problemas como os que vem sendo abordados, a exemplo das aquisições de equipamentos.

O panorama apresentado nos permite avaliar a carência de uma burocracia que promova um melhor desenvolvimento na relação institucional em análise. Evans (2004) ao analisar os burocratas weberianos sustenta que esses viam seus interesses atendidos pela execução de suas atribuições e pela contribuição para a realização dos objetivos do aparato como um todo. Essa burocracia, aliada aos princípios de governança, possibilitaria uma melhor consecução dos objetivos da UFPE junto a Refinaria Abreu e Lima.

4.2.5 Alto grau de centralização administrativa na UFPE

Um aspecto recorrentemente apontado pelos entrevistados acadêmicos foram as deficiências na estrutura administrativa da UFPE. A existência de problemas internos, como a ausência de uma gestão mais compartilhada com os diversos centros acadêmicos, reflete isso. Outros aspectos foram apontados como no argumento a seguir, em que o Entrevistado D (UFPE) trata do INTM e da centralização na tomada de decisões na universidade:

Apesar de todos os nossos gargalos e falta de modelo próprio de gestão interna, nós ainda conseguimos fazer muita coisa. O que eu acho que tem sido um equívoco por parte da nossa universidade é que ela tem, em vez de ampliar ou tentar dar essa consolidação mais abrangente ela tem ficado muito centralizado as coisas. Por exemplo, se esse centro [o INTM] tem um caráter onde vai ser, a grande participação dele, de departamentos do CTG, ou vai ter uma parcela do CCEN, devia ter uma gestão mais compartilhada e proativa desses centros. Uma participação mais ativa. E não é. A reitoria fica naquela gestãozinha acanhada. Então o que faltou e tem faltado é uma atuação mais proativa, a universidade precisa começar a mudar a sua concepção de centralizadora e ter uma gestão mais aberta pro campus (Entrevistado D, entrevista, agosto de 2012).

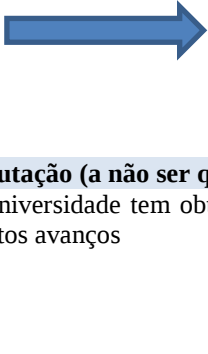
Argumento 10: Alto grau de centralização na tomada de decisões na UFPE		
Dados		Proposição ou Conclusão
O atual modelo de gestão da UFPE é bastante centralizado, dificultando a participação de centros que seriam os principais atores na implantação de laboratórios de pesquisa.		A forma do atual modelo de gestão da UFPE não tem sido eficiente em fomentar e melhorar processos de inovação e de apoio ao desenvolvimento de P&D.
Garantia (pois) A universidade precisa repensar, refazer o seu modelo de gestão e estabelecer uma gestão mais compartilhada e proativa junto aos diversos centros.		
Apoio (porque) Na atual gestão da UFPE projetos como a implantação de laboratórios de pesquisa vem e ficam de posse da Reitoria.		
	Refutação (a não ser que) A universidade tem obtido muitos avanços	

Figura 17 – Análise de Argumento sobre a centralização na tomada de decisões na UFPE

Assim, fica latente que a centralização administrativa da UFPE tolhe a liberdade de atuação e autonomia de seus centros acadêmicos. Conforme Bresser-Pereira e Motta (1980) a distribuição vertical da função de tomar decisões é que define o grau de centralização ou descentralização de uma organização.

Segundo Bresser-Pereira e Motta (1980) historicamente a adoção da centralização justificava-se por ser condizente com um sistema de administração racional, em que a coerência das ações e sua perfeita coordenação seriam preservadas. Ainda conforme os autores, atualmente a descentralização é considerada mais viável. Entre os motivos que levam a descentralização está o desejo de maior poder e independência por parte dos administradores logo abaixo da alta administração. Além disso, a descentralização contribui para a elevação do moral, na medida em que satisfaz as necessidades de prestígio e poder dos administradores das unidades descentralizadas.

Para Vasconcellos (1979, pág. 101), à medida que uma organização cresce, torna-se difícil para a alta administração manter a centralização da decisão. O crescimento traz como consequência a diversificação e o aumento da complexidade dos problemas técnicos e administrativos. Assim, certas decisões precisam ser tomadas em níveis hierárquicos inferiores para aliviar a alta administração e tornar mais dinâmica a operação da organização.

A descentralização permite à administração atender de forma mais eficiente às peculiaridades das situações locais. O poder de decisão delegado a quem está próximo às condições e vive o problema, evita processos onerosos e inviáveis de comunicações e possibilita melhores resultados. Ademais, a descentralização concentra a atenção da administração nos resultados (BRESSER-PEREIRA; MOTTA, 1980).

Conforme as entrevistas, denota-se a relevância da adoção pela UFPE de um arranjo de autoridade que reconheça espaços de iniciativa e decisão em seus centros acadêmicos. A delegação do poder decisório, através de espaços de negociação e cooperação entre os atores acadêmicos, reforçaria a governança interna. A adoção de maior descentralização administrativa e a concessão de maior autonomia aos centros contribuiria para melhor atuação da UFPE na relação com a Refinaria Abreu e Lima. Assim, os centros que possuem maior *expertise* nas áreas fins para estruturação da indústria de refino de petróleo no Estado, como o CTG e o CCEN, poderiam ter melhor atuação na interface com a indústria.

É perceptível a carência de uma estrutura burocrática que forneça apoio a relação em apreço, a exemplo da recorrente percepção da falta de modelo de gestão na universidade, conforme exposto. Para Weber (1982) precisão, velocidade, clareza, continuidade, unidade, redução do atrito e dos custos de material e pessoal, dentre outras características, são levados ao ponto ótimo na administração rigorosamente burocrática.

Os problemas administrativos da UFPE situam-se em contraposição a essa burocracia, dessa forma, urge tornar mais eficiente o design organizacional da universidade, atendendo a necessidade de maior autonomia por parte dos centros acadêmicos e, ao mesmo tempo,

preservando o caráter de unidade das ações empreendidas pela UFPE. Foi apontado pelo Entrevistado D (UFPE) a importância de uma estrutura institucional na universidade que forneça apoio para que essa possa contribuir para a indústria de refino de petróleo em Pernambuco:

Na interação universidade-setor produtivo, provavelmente existe uma falta de conhecimento dos diversos atores. Mas vistas as oportunidades, nós usamos, poderíamos usar muito mais do que é usado. Não existe um incentivo, uma cultura nossa, estamos ainda muito longe de praticar exatamente a questão da inovação. Eu acho que existe um déficit enorme nosso, muito mais talvez pela falta de motivação, de conhecimento, de estarmos explorando mais isso. Nós temos um potencial enorme para evoluir nesse setor, que é fundamental para o estado, mas falta apoio institucional e criar estruturas na universidade para que nós possamos dar esse salto (Entrevistado D, entrevista, agosto de 2012).

Argumento 11: Importância da UFPE no contexto da inovação		
Dados	Qualificador	Proposição ou Conclusão
O CTG está ainda muito longe de praticar exatamente a questão da inovação. 	Provavelmente existe uma falta de conhecimento dos diversos atores. 	As oportunidades que surgem para a UFPE não são exploradas como deveriam ser.
Garantia (pois) Não existe um incentivo, uma cultura. Falta apoio institucional por parte da universidade. 	Refutação (a não ser que) Há um potencial enorme para evoluir nesse setor, mas que não está sendo utilizado.	
Apoio (porque) Existe um déficit enorme muito mais talvez pela falta de motivação, de conhecimento, de explorar mais isso.		

Figura 18– Análise de Argumento sobre a importância da UFPE no âmbito da inovação

Conforme Williamson (1994) a ocorrência desse tipo de situação incorre em custos burocráticos, sendo uma das tarefas da ECT avaliar o significado e impacto dessas falhas como a falta de apoio institucional interno na UFPE para que essa possa auxiliar a fortalecer o desenvolvimento econômico do Estado de Pernambuco.

Assim, conclui-se que, conforme preconizado por Evans (2004) é a ausência de burocracia que prejudica o desenvolvimento e não sua prevalência. Para Ramos (1983, pág. 201) é inconcebível uma sociedade destituída de burocracia, isto é sem coordenação centralizada, vigência e impessoalidade.

Uma estrutura burocrática nos moldes weberianos, assim como a existência de parâmetros de governança auxiliariam no melhor desenvolvimento da relação institucional entre a UFPE e a Refinaria Abreu e Lima.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados obtidos através da realização das entrevistas e das análises de argumento demonstram a relevância da UFPE na formação profissional, notadamente de engenheiros, para atuar na estruturação da indústria de refino de petróleo no estado de Pernambuco. Há de se destacar as ações que a universidade vem realizando na área de P&D e seu impacto em perenizar o desenvolvimento econômico que está ocorrendo no estado.

A Hélice Tríplice, entendida como um desenho institucional que fornece sustentação ao desenvolvimento produtivo através da interação universidade-governo-indústria é vista na relação entre os atores institucionais Governo do Estado de Pernambuco, UFPE e Refinaria Abreu e Lima.

O Governo do Estado, ao realizar investimentos estruturadores na região do Complexo Suape, está atraindo cada vez mais empreendimentos de grande porte. A Refinaria Abreu e Lima está sendo beneficiada pela localização geográfica e pelos incentivos fiscais oferecidos pelo Governo de Pernambuco. A seu turno, em consonância com a implantação da Refinaria, a UFPE vem formando recursos humanos capacitados para atender a essa indústria. Esse relacionamento institucional, estabelecido a longo prazo, é benéfico para os partícipes por favorecer e ampliar a transformação industrial que ocorre atualmente em Pernambuco.

Em síntese, percebe-se que a UFPE se insere institucionalmente de forma pontual como um dos elos na estruturação da indústria de refino de petróleo em Pernambuco através de sua *expertise* na formação universitária e geração de conhecimento científico a ser utilizado em prol da indústria supracitada.

No que tange aos papéis de transformação industrial os resultados obtidos demonstram que a atuação da UFPE é claramente presente nos papéis de demiurgo e pastor.

No papel de demiurgo, percebemos a relevância institucional da UFPE ao contribuir para o desenvolvimento estrutural através da formação de recursos humanos capacitados para atender as diversas demandas do atual cenário econômico no Estado. Como exemplo, podemos citar a importância de cursos de graduação como Engenharia Civil e áreas como Telecomunicações que, vale ressaltar, apoiarão as obras de infraestrutura não apenas em prol da Refinaria Abreu e Lima, mas também de todo o Complexo Industrial Portuário Suape.

Em relação ao papel de pastoreio, reforçou-se a presença da Hélice Tríplice e o papel da UFPE em produzir conhecimento que promove o crescimento econômico estadual. Nesse

papel, constatou-se que há um número relativamente grande de pesquisadores da UFPE atuando em pesquisas que visam novas tecnologias de processamento, fabricação, purificação etc., de derivados de petróleo, além da realização pela universidade de fóruns e simpósios para os alunos de graduação, na busca de criar em todo o CTG uma cultura de petróleo e gás.

Nos papel de custódio não se observou evidências da atuação da UFPE o que denota uma falta de articulação entre o Governo do Estado e a Universidade no que tange a promoção de desenvolvimento através de legislações como a Lei de Inovação.

No papel de parteiro, por vincular-se essencialmente a ações promovidas pelo Governo do Estado não foi identificada atuação da UFPE.

A presença da UFPE nos papéis de demiurgo e pastor não configura uma atuação estanque, há uma vinculação entre produzir mão de obra capacitada para atender as demandas de infraestrutura assim como para atuar na P&D que apoie o desenvolvimento. A fundamentação teórica de Evans (2004) possibilitou uma clara avaliação dos papéis de transformação industrial que orientam a relação entre a UFPE e a Refinaria Abreu e Lima.

Para responder ao objetivo específico referente a presença da burocracia nessa relação institucional, utilizou-se a teoria da ECT. Observou-se que esse relacionamento assim como as parcerias estabelecidas são vistas de forma bastante positiva pelos partícipes, existindo um atributo de confiança nesse contexto, além da universidade perceber a indústria como uma grande incentivadora de suas atividades.

Conforme a ECT, verificou-se que a relação institucional em análise se caracteriza como uma relação idiossincrática, ou seja, ocorrem investimentos e a entrega para um projeto especializado está estendida durante um longo período. Essa definição coaduna-se a temática de perenizar o desenvolvimento econômico que está ocorrendo em Pernambuco e a importância da UFPE nesse cenário.

Todavia, apesar dos aspectos positivos, os entrevistados acadêmicos apontaram falhas como a falta de apoio institucional interno na UFPE, o que tem dificultado suas ações no intuito de desenvolver suas atividades fins e, conseqüentemente, contribuir para o desenvolvimento do estado. Entre outros aspectos, observou-se que:

- Há dificuldades em alinhar as necessidades de equipamentos do corpo docente da UFPE com as demandas de P&D da indústria de refino de petróleo, o que tem gerado comportamentos oportunistas e tornado imprescindíveis mecanismos de governança que harmonizem os interesses antagonistas.
- As estruturas de governança são relevantes não apenas na relação institucional entre a UFPE e a Refinaria Abreu e Lima, como também na própria estrutura interna da universidade.

- É necessária a adoção pela UFPE de um modelo de gestão que contemple uma participação mais efetiva de seus centros acadêmicos, além da promoção de planejamento e integração com as diversas unidades através da descentralização na tomada de decisões. Isso possibilitaria uma maior integração e atuação dos centros diretamente relacionados a atividades de ensino e pesquisa que apoiem a indústria de refino de petróleo no estado.
- Os marcos regulatórios, estabelecidos pelos órgãos de controle do governo, representam dificuldades e impedimentos na busca por eficiência na aquisição de equipamentos pela UFPE; assim ocorre o uso ineficiente de recursos devido a restrições impostas pelas legislações.
- Foi apontada, ainda à inexistência de uma cultura de planejamento na Universidade.

A presença da burocracia, nesse contexto vista como indutora do desenvolvimento sustentável, potencializaria o quinhão de atuação da UFPE na atual situação econômica de Pernambuco.

Tendo em vista que a burocracia busca a adequação dos meios aos objetivos pretendidos a fim de garantir a máxima eficiência das organizações; com a adoção de mudanças e uma maior atenção aos aspectos apontados, a UFPE estaria buscando a adequação dos seus meios (cursos de graduação e pós-graduação, laboratórios de pesquisa, entre outros) aos objetivos pretendidos (apoiar a estruturação da indústria de refino de petróleo) e garantiria a máxima eficiência na relação institucional com a Refinaria Abreu e Lima.

Como sugestão de pesquisas futuras, podemos elencar: as possibilidades de realocação da mão de obra operacional que está atuando na construção da Refinaria Abreu e Lima; a percepção que o Complexo Suape engloba uma região de grande potencial turístico e quais serão os impactos econômicos nessa atividade após a implantação da Refinaria. Ademais, está ocorrendo a construção de uma montadora de automóveis na região da Zona da Mata de Pernambuco e, tendo em vista que a UFPE pode contribuir fortemente para o desenvolvimento dessa indústria, faz-se mister estudos nessa temática.

Novas agendas de pesquisa também poderão englobar o papel de outras universidades públicas assim como particulares e sua atuação no atual cenário econômico de Pernambuco. Nesse contexto, uma outra possibilidade configura-se em estudar o impacto da profusão de cursos técnicos e superiores que vem sendo criados no estado nas áreas de petróleo, gás e naval.

REFERÊNCIAS

- ABDALLA, M. M; CALVOSA, M. V. D. ; BATISTA, L. G. . Hélice Tríplice no Brasil: um Ensaio Teórico Acerca dos Benefícios da Entrada da Universidade nas Parcerias Estatais. **Revista Cadernos de Administração da Faculdade Salesiana Maria Auxiliadora**, v. 1, p. 34/3-52, 2009. Disponível em: http://www.fsma.edu.br/cadernos/Artigos/Cadernos_3_artigo_3.pdf Acesso em 30 abr. 2012.
- AD DIPER. **Funcionários da AD Diper recebem informações sobre Suape Global**. 12.03.2009. Disponível em: <http://www.addiper.pe.gov.br/site/noticiaDetalhe.php?idNoticia=408>. Acesso em 14 jul. 2012.
- ALIMONTI, Veridiana. **O controle de constitucionalidade das privatizações: O contexto político e o tempo nos votos do Supremo Tribunal Federal**. 2006. 114 f. Monografia (Bacharelado) - Sociedade Brasileira de Direito Público - SBDP, São Paulo, 2006. Disponível em: http://www.sbdp.org.br/arquivos/material/406_Veridiana%20Alimonti.pdf. Acesso em: 06 jul. 2012.
- ALMEIDA, Daniella Rocha de; CRUZ, Angela Duran Aparecida da. O Brasil e a Segunda Revolução Acadêmica. Interface da Educação, **Paranaíba**, v. 1, n. 1, p.53-65, 2010. Disponível em: <http://periodicos.uems.br/index.php/interfaces/article/view/1564/160>. Acesso em: 15 set. 2011.
- AMÂNCIO, J. M.; AMANCIO, C. O. G.; AMANCIO, R. Autonomia do Estado: as possibilidades de relação Estado e sociedade uma discussão entre o neomarxismo de Poulantzas e Offe e o neoinstitucionalismo de Evans. In: **Encontro de Administração Pública e Governança**, 2006, São Paulo. Anais do Encontro de Administração Pública e Governança, 2006. Disponível em: http://www.anpad.org.br/evento.php?acao=trabalho&cod_edicao_subsecao=167&cod_evento_edicao=21&cod_edicao_trabalho=6645 Acesso em 13 ago. 2012.
- ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo. **Pós-Neoliberalismo: As políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998. p. 9-23.
- ANP. **Competências da ANP**. Disponível em: <http://www.anp.gov.br/?pg=60389&m=&t1=&t2=&t3=&t4=&ar=&ps=&cachebust=1356959188977> Acesso em 13 ago. 2012.
- ARAGÃO, Cecília Vescovi de. Burocracia, eficiência e modelos de gestão pública: um ensaio. **Revista do Serviço Público**, Brasília, n. 3, p.104-132, set-dez. 1997. Disponível em: http://www.bresserpereira.org.br/ver_file_3.asp?id=1776. Acesso em: 20 jan. 2013.
- ASCOM UFPE. **UFPE realizará projeto ambiental da Refinaria Abreu e Lima**. Disponível em: http://www.ufpe.br/agencia/index.php?option=com_content&view=article&id=27992. Acesso em 07 jun. 2012.

_____. **UFPE promove workshop gratuito sobre a Refinaria Abreu e Lima.** Disponível em:
http://www.ufpe.br/agencia/index.php?option=com_content&view=article&id=30975 Acesso em 07 jun. 2012.

_____. **Instituições se unem para planejar o futuro de Suape.** Disponível em:
http://www.ufpe.br/agencia/index.php?option=com_content&view=article&id=36021 Acesso em 07 jun. 2012.

_____. **Trabalho social da UFPE recebe Prêmio Top Socioambiental e de RH da ADVB-PE.** Disponível em:
http://www.ufpe.br/agencia/index.php?option=com_content&view=article&id=40212 Acesso em 07 jun. 2012.

_____. **Indústria do petróleo é tema da segunda edição do Fórum UFPetro 2012.** Disponível em:
http://www.ufpe.br/agencia/index.php?option=com_content&view=article&id=43380 Acesso em 07 jun. 2012.

ASTI VERA, Armando. **Metodologia da Pesquisa Científica.** Porto Alegre: Editora Globo, 1973.

BALDOW, Rodrigo; SILVA, Fernanda Andréa Fernandes. O ensino de física e uma análise dos argumentos utilizados em um júri simulado baseado no modelo teórico de argumentação de Toulmin. In: **VI Colóquio Internacional "Educação e Contemporaneidade"**, 2012, São Cristóvão - SE. Disponível em:
http://www.educonufs.com.br/cdvicoloquio/eixo_06/PDF/89.pdf. Acesso em: 14 dez. 2012.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Boletim Regional/Julho 2011 – Região Nordeste.** Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pec/boletimregional/port/2011/07/br201107c2p.pdf> Acesso em 07 set. 2011.

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL (BNB). **Cenário Macroeconômico 2012.** Disponível em:
http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/sobre_nordeste/estudos_e_pesquisas/docs/projecoes_setembro_2011a.pdf Acesso em 27 maio 2012.

BARROS, Alberto R. G. Estado e Governo em Jean Bodin. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, n. 27, p. 129-137, 1995. Disponível em:
http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_27/rbcs27_08.htm Acesso em 02 set. 2012.

BARROS, Fernando Antonio Ferreira de. Os avanços da tecnociência, seus efeitos na sociedade contemporânea e repercussões no contexto brasileiro BAUMGARTEN, Maíra. **A era do conhecimento: Matrix ou Ágora?** Porto Alegre/Brasília: Ed. Universidade/UFRGS/Ed. UNB, 2001. p. 73-87.

BARROS, Alexandre Rands. Avaliação e Perspectivas: Perspectivas e desafios econômicos do Nordeste nos próximos anos. **BNB Conjuntura Econômica**, Fortaleza, n. 33, p.1-10, 01 abr. 2012. Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste - ETENE. Disponível em:

http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/etene/etene/docs/ren_vol33_capitulo_1_2_avaliacao_perspectivas.pdf. Acesso em: 08 jan. 2013.

BAUMGARTEN, Maíra. **A era do conhecimento: Matrix ou Ágora?** Porto Alegre/Brasília: Ed. Universidade/UFRGS/Ed. UNB, 2001.

BEHRING, Elaine Rossetti. Principais abordagens teóricas da política social e da cidadania. In: **Capacitação em Serviço Social e Política Social**. Módulo 3. Brasília: UnB, Centro de Educação Aberta, Continuada a Distância, 2000, p. 20-40. Disponível em: http://www1.univap.br/~gpaiva/Pol_arquivos/POL-05.htm Acesso em 29 ago. 2012.

BELIK, W. **Muito além da porteira: mudanças nas formas de coordenação da cadeia agroalimentar no Brasil**, Campinas: UNICAMP/IE, 1999. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000188946&fd=y> Acesso em 09 abr. 2012.

BEUREN, Ilse Maria (prg.). **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2003.

BIODIESELBR. **Consumo de óleo diesel B no Brasil cresce 5,2% em 2011. Fev. 2012**. Disponível em: <http://www.biodieselbr.com/noticias/usinas/producao/consumo-oleo-diesel-brasil-cresce-280212.htm>. Acesso em: 14 jun. 2012.

BONAVIDES, Paulo. **Ciência Política**. 10. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2000.

BONI, Valdete; QUARESMA, Sílvia Jurema. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Revista Eletrônica dos Pós-graduandos em Sociologia Política da UFSC**, Florianópolis, v. 2, n. 1, p.68-80, jan-jul. 2005. Disponível em: <http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/view/18027>. Acesso em: 10 nov. 2012.

BORDIGNON, Genuíno. **Gestão da Educação no Município: sistema, conselho e plano**. São Paulo: Ed. e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009.

BORGES, André. Democracia vs. eficiência: a teoria da escolha pública. **Lua Nova** [online]. 2001, n.53, pp. 159-179. Acesso em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n53/a08n53.pdf> Disponível em 15 nov. 2012

BOTELHO, Marcos Paulo Oliveira. **Divisão do trabalho e burocracia: para acritica das interpretações sociológicas da burocracia**. 2008. 189 f. Dissertação (Mestrado) - Escola de Serviço Social - UFRJ, Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=128554. Acesso em: 14 ago. 2012.

BOUDON, Raymond et al. **Dicionário de Sociologia**. Lisboa, Dom Quixote, 1990.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas: Sobre a teoria da ação**. Campinas, SP: Papirus. 1996.

BRASIL. Lei nº 2.004, de 3 de outubro de 1953. Dispõe sobre a Política Nacional do Petróleo e define as atribuições do Conselho Nacional do Petróleo, institui a Sociedade Anônima e dá

outras providências. Revogada pela Lei nº 9.478, de 1997. **Presidência da República Casa Civil – Subchefia para Assuntos Jurídicos**. Rio de Janeiro, RJ, 3 out. 1953. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L2004.htm. Acesso em 13 jun. 2012.

_____. Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. **Presidência da República Casa Civil – Subchefia para Assuntos Jurídicos**. Brasília, DF, 21 jun. 1993. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8666cons.htm. Acesso em 10 out. 2012.

_____. Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997. Dispõe sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo, institui o Conselho Nacional de Política Energética e dá outras providências. **Presidência da República Casa Civil – Subchefia para Assuntos Jurídicos**. Brasília, DF, 6 ago. 1997. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9478.htm. Acesso em 13 jun. 2012.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Do Estado Patrimonial ao Gerencial. In: PINHEIRO; WILHEIM; SACHS (orgs). In: **Um Século de Transformações**. São Paulo: Cia Das Letras, 2001. p. 222-259. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/papers/2000/00-73EstadoPatrimonial-Gerencial.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2012.

_____. Bom Estado e Reforma da Gestão Pública. **Revista Eletrônica Sobre a Reforma do Estado**, Salvador - BA, n. 1, mar-abr-maio, 2005. Instituto de Direito Público da Bahia. Disponível em: <http://www.direitodoestado.com/revista/rere-1-mar%C3%A7o-2005-luiz%20carlos%20bresser%20pereira.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2012.

_____. **O conceito histórico de desenvolvimento econômico**. 2008. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/papers/2006/06.7-ConceitoHistoricoDesenvolvimento.pdf>. Acesso em 14 ago. 2012.

_____. A construção política do Estado. **Lua Nova** [online]. 2010, n.81, pp. 117-146. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-64452010000300006&script=sci_arttext. Acesso em: 30 ago. 2012.

_____. Transição, Consolidação Democrática e Revolução Capitalista. **Dados – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 54, n. 2, p.223-258, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/dados/v54n2/v54n2a01.pdf>. Acesso em: 04 set. 2012.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; PRESTES MOTTA, Fernando Carlos. **Introdução à organização burocrática**. São Paulo: Brasiliense, 1980.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede: volume 1**. 8 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTELLS, Manuel; CARDOSO, Gustavo. **A sociedade em rede: do conhecimento à ação política**. Brasília: Imprensa Nacional, Casa da Moeda: 2005.

CASTRO, Fábio Fonseca de. A sociologia fenomenológica de Alfred Schutz. **Ciências Sociais Unisinos**, São Leopoldo, v. 48, n. 1, p.52-60, 01 abr. 2012. Disponível em: http://www.unisinos.br/revistas/index.php/ciencias_sociais/article/view/csu.2012.48.1.06. Acesso em: 24 dez. 2012.

CERQUEIRA, Jackson B. A. de. Uma visão do Neoliberalismo: surgimento, atuação e perspectivas. **Sitientibus**, Feira de Santana, n. 39, p.169-189, jul-dez. 2008. Disponível em: http://www2.uefs.br/sitientibus/pdf/39/1.7_uma_visao_do_neoliberalismo.pdf. Acesso em: 29 set. 2012.

CNI. CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA. Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis. **A contribuição do setor brasileiro de petróleo, gás e biocombustíveis para o desenvolvimento sustentável no país**. Brasília CNI, 2012. Disponível em: http://www.cnisustentabilidade.com.br/docs/IBP_RIO20_web.pdf Acesso em: 24 dez. 2012.

COASE, Ronald Harry. **“The nature of the Firm”**. Vol. 4. Econômica, 1937.

COLÓ, Eric Vellone. **Ensaio – O papel do Estado no desenvolvimento da “periferia”**. Politiquese. Maio, 2011. Disponível em: <http://politiquese.wordpress.com/2011/05/17/ensaio-o-papel-do-estado-no-desenvolvimento-da-%E2%80%9Cperiferia%E2%80%9D/>. Acesso em: 20 jan. 2013.

CONDEPE FIDEM. Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco. **PIB de PE cresce 5,0% no segundo trimestre de 2011 e acumula 5,7% no semestre**. Disponível em: http://www2.condepefidem.pe.gov.br/web/condepe-fidem/exibir_noticia?groupId=19941&articleId=486175&templateId=82535 Acesso em 07 set. 2011.

CORREIA, Emanuelle Araújo. **A efetividade dos incentivos fiscais ambientais por meio de políticas públicas para a redução das desigualdades regionais**. 2010. 135 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade de Marília, Marília, 2010. Disponível em: <http://www.unimar.br/pos/trabalhos/arquivos/202BAA4CF33497521D270B5C9640CF2B.pdf> . Acesso em: 14 nov. 2012.

COSTA, Nilce Maria da Silva Campos. Docência no ensino médico: por que é tão difícil mudar? **Revista brasileira de educação médica** [online]. 2007, vol.31, n.1, pp. 21-30. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbem/v31n1/04.pdf> Acesso em 24 fev. 2013.

COTTA, Tereza. **“Burocracia, capacidade de Estado e mudança estrutural”**. Texto para discussão n. 21. Brasília. ENAP. 1997. Disponível em: www.enap.gov.br/index.php?option=com_docman&task Acesso em 26 out. 2012.

CRESWELL, John W. **Projeto e pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

CROZATTI, Jaime. Modelo de gestão e cultura organizacional: conceitos e interações. **Caderno de Estudos** [online]. 1998, n.18, pp. 01-20. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-92511998000200004>. Acesso em: 22 jan. 2013

CRUZ NETO, Otávio. O trabalho de campo como descoberta e criação. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 51-66.

DAGNINO, Renato (org). **Tecnologia social: ferramenta para construir outra sociedade**. 2. ed. Campinas, SP: Komedi, 2010.

DENZIN, Norman. K. LINCOLN, Yvonna. **O planejamento da Pesquisa Qualitativa: Teorias e abordagens**. Porto Alegre: ASTMED, 2006.

DEVLIN, Robert. MOGUILLANSKY, Graciela. **Um elo faltante na América Latina: alianças público-privadas para uma visão estratégica nacional**. Brasília, DF: CEPAL. Escritório no Brasil/IPEA, 2010. (Textos para Discussão CEPAL-IPEA, 20). Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1538.pdf Acesso em: 26 out. 2012.

DINIZ, Eli. Globalização, reforma do estado e teoria democrática contemporânea. **São Paulo em Perspectiva** [online]. 2001, vol.15, n.4, pp. 13-22. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-88392001000400003&script=sci_arttext Acesso em: 27 ago. 2012

DUDZIAK, Elisabeth Adriana; PLONSKI, Guilherme Ary. Lei de Inovação e Pesquisa Acadêmica. **Revista Gestão Industrial**, Ponta Grossa, v. 4, n. 1, p.1-18, 2008. Disponível em: <http://revistas.utfpr.edu.br/pg/index.php/revistagi/article/view/28/25>. Acesso em: 24 jan. 2013.

DULCI, Otavio Soares. Economia e política na crise global. **Estudos Avançados**. [online]. 2009, vol.23, n.65, pp. 105-119. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142009000100008 Acesso em 04 set. 2012.

ECKERT, Alex; MECCA, Marlei Salete; BORGES, Patrícia de Quadros. O impacto da guerra fiscal entre os estados na cadeia produtiva da uva e do vinho. **Estudo & Debate**, Lajeado, v. 17, n. 2, p.59-84, 2010. Disponível em: <http://www.univates.br/revistas/index.php/estudoedebate/article/viewArticle/28>. Acesso em: 14 nov. 2012.

EMPREGOS EM SUAPE. **Complexo Industrial**. Disponível em: <http://empregosuape.blogspot.com.br/p/sobre-suape.html>. Acesso em: 23 jan. 2012.

ESPING-ANDERSEN, Gosta. As três economias políticas do *welfare state*. **Lua Nova** [online]. 1991, n.24, pp. 85-116. ISSN 0102-6445. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-64451991000200006&script=sci_arttext Acesso em: 27 ago. 2012

ESTEVES, Júlio. As críticas ao Utilitarismo por Rawls. **Ethic@**, Florianópolis, v. 1, n. 1, p.81-96, 01 jun. 2002. Disponível em: <http://www.cfh.ufsc.br/ethic@/ETHIC1~6.PRN.pdf>. Acesso em: 07 set. 2012.

ETZKOWITZ, Henry. **Hélice Tríplice: Universidade-indústria-governo: inovação em movimento**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009.

EVANS, Peter. O Estado como problema e solução. **Lua Nova** [online]. 1993, n.28-29, pp. 107-157. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-64451993000100006&script=sci_arttext Acesso em 15 nov. 2012.

_____. **Autonomia e parceria: Estados e transformação industrial.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2004.

FAGUNDES, Jorge. Economia Institucional: custos de transação e impactos sobre política de defesa da concorrência. **Revista de Economia Contemporânea**, vol. 2, UFRJ. Rio de Janeiro, 1998. Disponível em: http://www.ie.ufrj.br/grc/pdfs/custos_de_transacao_e_impactos_sobre_politica_de_defesa_da_concorrenca.pdf Acesso em 29 ago. 2012.

FARIA, Glauco. **O governo Lula e o novo papel do Estado brasileiro.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2010. Disponível em: http://www.fpabramo.org.br/uploads/Brasil%20em%20debate_Vol%203_Glauco%20Faria.pdf f. Acesso em 14 dez. 2012.

FÉ, Carlos Frederico Cerqueira de Moura. **Agências reguladoras e reforma do estado brasileiro: insulamento burocrático ou democratização do estado? Um estudo multicaso (ANEEL, ANATEL, ANVISA E ANS).** 2003. 144 f. Dissertação (Mestrado) - Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2003. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/3901/000341662.pdf?sequence=1> Acesso em: 02 out. 2011.

FECOMBUSTÍVEIS. **Petrobras ainda negocia com PDVSA Sociedade em Refinaria de PE.** Set. 2011. Disponível em: http://www.fecombustiveis.org.br/index.php?option=com_clipping&task=nota-aid=17888. Acesso em: 07 jun. 2012.

FERNANDES, Luis. Neoliberalismo e reestruturação capitalista. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo. **Pós-Neoliberalismo: As políticas sociais e o Estado democrático.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998. p. 54-61.

FERNÁNDEZ, Ramón García; PESSALI, Huáscar Fialho. Oliver Williamson e a construção retórica da Economia dos Custos de Transação. In: GALA, Paulo; REGO, José Marcio. **A História do Pensamento Econômico como Teoria e Retórica.** 4. ed. São Paulo: 34, 2003. p. 205-229.

FERREIRA, Caio Fonseca. Crescimento econômico na presença de custos de transação. In: **IV SEMEAD:** São Paulo, 1999. IV SEMEAD. Disponível em: <http://www.ead.fea.usp.br/semead/4semead/artigos/pnee/Ferreira.html> Acesso em: 12 out. 2012.

FIORI, José Luis. Para repensar o papel do Estado sem ser um neoliberal. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 12, n. 1(45), p.76-89, jan-mar. 1992. Disponível em: <http://www.rep.org.br/pdf/45-6.pdf>. Acesso em: 31 jul. 2012.

FLICK, Uwe. **Introdução à Pesquisa Qualitativa.** Porto Alegre: Artmed, 2009.

FONSECA, Rodrigo; SERAFIM, Milena. A Tecnologia Social e seus Arranjos Institucionais. In: DAGNINO, Roberto. **Tecnologia social: ferramenta para construir outra sociedade.** Campinas: Komedi, 2010. p. 249-264.

FORJAZ, Maria Cecília Spina. **A crise do Estado Nacional na ordem mundial pós Guerra Fria**. Relatório de Pesquisa nº 27/1999. São Paulo: EAESP/FGV/NPP - Núcleo de Pesquisas e Publicações, 1999. Disponível em:

<http://gvpesquisa.fgv.br/sites/gvpesquisa.fgv.br/files/publicacoes/Rel27-1999.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2012.

FREY, Klaus. Descentralização e poder local em Alexis de Tocqueville. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 15, p.83-96, nov. 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n15/a06n15.pdf>. Acesso em: 04 ago. 2012.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 32. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.

GENEVOIS, Bernard Bulhões Pereira; LYRA, Paulo Roberto Maciel; LIMA, Edmilson Santos de. Evasão e Retenção nos Cursos do Centro de Tecnologia da UFPE. In: Congresso Brasileiro de Ensino de Engenharia, 36, 2008, São Paulo. **Anais do Congresso Brasileiro de Ensino de Engenharia**, 2008. p. 1-7. Disponível em:

<http://www.abenge.org.br/CobengeAnteriores/2008/artigos/1692.pdf> Acesso em 14 dez. 2012.

GHEVENTER, Alexandre. Política antitruste e credibilidade regulatória na América Latina. **Dados** [online]. 2004, vol.47, n.2, pp. 335-363. Disponível em:

<http://dx.doi.org/10.1590/S0011-52582004000200005>. Acesso em: 22 jan. 2013

GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. 4 ed. Porto Alegre: Artmed, 2005.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOEBEL, Márcio Alberto; MUIRA, Márcio Nakayama. A universidade como fator de desenvolvimento: o caso do município de Toledo-PR. **Revista Expectativa**, Toledo - PR, v. 3, n. 3, p. 35-47, 2004. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/expectativa/article/view/743>. Acesso em 07 set. 2011.

GONÇALVES E SILVA, Gilson Edmar. A evasão e a retenção. **Jornal do Commercio**, Recife. 30 mar. 2010. Disponível em:

http://www.ufpe.br/agencia/index.php?option=com_content&view=article&id=36652:artigos-a-evasao-e-a-retencao-&catid=9&Itemid=73. Acesso em: 07 out. 2012.

GOVERNO DE PERNAMBUCO. **Plano Hidroambiental da Bacia Hidrográfica do Rio Ipojuca Tomo IV: Resumo Executivo / Projetos Técnicos**. Recife, 2010. Disponível em:

http://www.sirh.srh.pe.gov.br/hidroambiental/files/ipojuca/TOMO%20IV-REX_PHAipojuca_260711.pdf Acesso em: 14 set. 2012.

GRAPEGGIA, Mariana; MINUZZI, Josiane; LEZANA, Álvaro G. Rojas. Papel das universidades no desenvolvimento local como suporte para redes de pequenas empresas. In: XII **SIMPEP**, Bauru, 2005. Disponível em: <http://www.simpep.feb.unesp.br/.../copiar.php?....> Acesso em: 01 out. 2011.

GUALBERTO, Caio Lauth. **Avaliação do Plano de Metas do Governo – PLAMEG de Santa Catarina – 1961/1970: Significado e importância para o desenvolvimento**. 2010. 144 f. Monografia (Graduação) - Curso de Graduação em Ciências Econômicas, Departamento de Centro Sócio Econômico, Universidade Federal de Santa Catarina,

Florianópolis, 2010. Disponível em: <http://tcc.bu.ufsc.br/Economia292733>. Acesso em: 20 jan. 2013.

HALL, Peter A.; TAYLOR, Rosemary C. R. As três versões do neo-institucionalismo. **Lua Nova** [online]. 2003, n.58, pp. 193-223. ISSN 0102-6445. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n58/a10n58.pdf> Acesso em 24 fev. 2013.

HELAL, Diogo Henrique; NEVES, Jorge Alexandre Barbosa. Uma proposta para entender a gestão das organizações públicas no Brasil. **Sociologia**, Porto Alegre, n. 25, p.312-340, set-dez. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/soc/v12n25/12.pdf>. Acesso em: 02 out. 2011.

HEYMANN, Luciana; ALBERTI, Verena. (orgs). Trajetórias da Universidade privada no Brasil: depoimentos ao CPDOC-FGV / Brasília, DF.: CAPES; Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas/ CPDOC, 2002. 2 v. il. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/6738/1320.pdf?sequence=1> Acesso em 25 fev. 2013

HOLLINGSWORTH, J. Rogers. Advancing the socio-economic paradigm with institutional analysis. **Socio-Economic Review**, v. 1, n.1. p. 130-134, jan. 2003. Disponível em: <http://ser.oxfordjournals.org/content/1/1/130.full.pdf> Acesso em: 16 dez. 2012.

INVESTNE. **Primeira reunião do Fórum Suape Global reúne autoridades em Pernambuco**. 29 dez. 2009. Disponível em: <http://www.investne.com.br/it/Noticias-Pernambuco/primeira-reuniao-do-forum-suape-global-reune-autoridades-em-pernambuco>. Acesso em: 23 jun. 2012.

JATOBÁ, Jorge et al. Expansão capitalista: o papel do estado e o desenvolvimento regional recente. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p.273-318, abr. 1980. Disponível em: <http://www.ppe.ipea.gov.br/index.php/ppe/article/viewFile/498/440>. Acesso em: 02 out. 2011.

JORNAL DO COMMERCCIO. **Refinaria Abreu e Lima vai produzir diesel verde**: Unidade de refino vai produzir combustível com baixo teor de enxofre. Disponível em: <http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/economia/noticia/2013/01/05/refinaria-abreu-e-lima-vai-produzir-diesel-verde--68950.php>. Acesso em: 05 jan. 2013.

KERBAUY, Maria Teresa Miceli; FABIANO, Neylor de Lima. Comunicação e gestão tecnológica na universidade pública: análise dos portais de agências de inovação brasileiras. In: **Colóquio Internacional da Escola Latino Americana de Comunicação**, 2011, Araraquara, UNESP- SP. Disponível em: <http://celacom.fclar.unesp.br/pdfs/74.pdf>. Acesso em: 18 set. 2011.

LIAKOPOULOS, Miltos. Análise Argumentativa. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e som: Um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 218-243.

LIMA, João Policarpo R.; SICSÚ, Abraham Benzaquem; PADILHA, Maria Fernanda F. G.. Economia de Pernambuco: transformações recentes e perspectivas no contexto regional globalizado. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 38, n. 4, p.525-541, 01 out-dez 2007. Disponível em:

http://www.bnb.gov.br/projwebren/exec/artigoRenPDF.aspx?cd_artigo_ren=1062. Acesso em: 07 set. 2011.

MAGALHÃES, Raul Francisco. **Racionalidade e Retórica - teoria discursiva da ação coletiva**. Juiz de Fora: Clio Edições Eletrônicas, 2003, 138p. Disponível em: <http://www.ufjf.br/cliodel/files/2009/10/COD03003.pdf> Acesso em 24 dez. 2012.

MALHOTRA, Naresh K. **Pesquisa de marketing**: uma orientação aplicada. 4.ed. Porto Alegre: Bookman, 2006.

MARCELINO, Fernando. **Pós-neoliberalismo: do que se trata?** Correio da Cidadania. Disponível em: http://www.correiocidadania.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=7069:politica270412&catid=25:politica&Itemid=47. Acesso em: 27 abr. 2012.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas 2003.

MARX, Karl. **Luta de Classes e Luta Política**. Disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/marx/1847/04/luta-class-luta-polit.htm>. Acesso em: 124 jul. 2012.

MATIAS-PEREIRA, José. Reforma do Estado e Transparência: Estratégias de Controle da Corrupção no Brasil. In: Congreso Internacional del CLAD sobre La Reforma del Estado y de la Administración Pública, 7, 2002, Lisboa. **VII Congreso del CLAD. Caracas: CLAD - Centro Latinoamericano de Administración para el Desarrollo**, 2002. p. 1-30. Disponível em: <http://unpan1.un.org/intradoc/groups/public/documents/clad/clad0044105.pdf> Acesso em 02 set. 2012.

_____. **Manual de Gestão Pública Contemporânea**. São Paulo: Atlas, 2007.

MATIAS-PEREIRA, José; KRUGLIANSKAS, Isak. Gestão de Inovação: A Lei de Inovação Tecnológica como Ferramenta de Apoio às Políticas Industrial e Tecnológica do Brasil. **Rae Eletrônica**, São Paulo, v. 4, n. 2, p.1-21, jul-dez 2005. Disponível em: http://repositorio.bce.unb.br/bitstream/10482/917/1/ARTIGO_GestaoInovacao.pdf. Acesso em: 24 fev. 2013.

MATOS, Ismar Dias de. **Uma descrição do humano no Leviathan, de Thomas Hobbes**. São Paulo: Annablume, 2007.

MATOS, Mateus Bassani de; BUFFON, Marciano. Da crise do estado social ao pós-Neoliberalismo: uma breve história entre dois séculos. **Revista Jurídica da Faculdade de Direito/Faculdade Dom Bosco**, Curitiba, v. 5, n. 10, p.63-84, jul-dez. 2011. Disponível em: http://www.dombosco.sebsa.com.br/faculdade/revista_direito/10edicao/index.php. Acesso em: 01 out. 2012.

MATTOS, Laura Valladão de. As razões do laissez-faire: uma análise do ataque ao mercantilismo e da defesa da liberdade econômica na Riqueza das Nações. **Revista de Econômica Política**. [online]. 2007, vol.27, n.1, pp. 108-129. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-31572007000100006&script=sci_arttext. Acesso em: 01 set. 2012.

MEIRELLES, Dimária Silva. Teorias de mercado e regulação: por que os mercados e o governo falham? **Cadernos EBAPE**, Rio de Janeiro, v. 08, n. 04, artigo 5, p. 644-660, dez. 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1679-395120100004000006&script=sci_arttext. Acesso em: 23 mar. 2012.

MELO, Andrea Sales Soares de Azevedo; RAMOS, Mariana Hipólito; RAMOS, Francisco. S. Uma Avaliação Qualitativo-Exploratória dos Impactos de uma Refinaria de Petróleo usando o Método Multicritério Social: o Caso da Abreu e Lima - PE. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 41, n. 02, p. 355-373, 2010. Disponível em: http://www.bnb.gov.br/projwebren/exec/artigoRenPDF.aspx?cd_artigo_ren=1194 Acesso em 07 jun. 2012.

MENDONÇA, Helder Ferreira de; ARAÚJO, Luís Sérgio de Oliveira. Estado e Mercado: uma síntese da evolução da economia política moderna. In: **Congresso Brasileiro de História Econômica**, 5., 2003, Caxambu. p. 1 - 23. Disponível em: <http://empreende.org.br/pdf/Estado/Mercado%20e%20Estado.pdf>. Acesso em: 12 out. 2012.

MINAYO, Maria Cecília de S. **O Desafio do Conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde**. São Paulo: Hucitec/Rio de Janeiro: Abrasco, 1992.

MORAES, Vagner Rogério; BERTOLLI, Sandro. O desenvolvimento e o crescimento econômico em perspectiva: a trajetória da economia brasileira e o desenvolvimento econômico atual. **Intertem@s**, Presidente Prudente, v. 9, n. 9, p.1-74, 2005. Disponível em: <http://intertemas.unitoledo.br/revista/index.php/Juridica/article/viewArticle/301>. Acesso em: 02 set. 2012.

NASCIMENTO, Talita Almeida de Campos; COSTA, Frederico José Lustosa da. Flexibilidade e governança na universidade necessária: Desafios e perspectivas. In: **Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária nas Américas**, 12, 2012, Veracruz - México. Disponível em: <http://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/97789>. Acesso em: 31 dez. 2012

NOGUEIRA, Antonio Carlos Lima. **Custos de transação e arranjos institucionais alternativos: Uma análise da avicultura de corte no estado de São Paulo**. 2003. 153 f. Dissertação (Mestrado) - Departamento de Faculdade de Economia, Administração E Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003. Disponível em: http://www.fundacaofia.com.br/pensa/anexos/biblioteca/63200715258_.pdf. Acesso em: 24 nov. 2012.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **Um Estado para a sociedade civil: temas éticos e políticos da gestão democrática**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

NUNES, Edson de Oliveira. **A gramática política do Brasil: Clientelismo, corporativismo e insulamento burocrático**. 4 ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

OFFE, Claus. **Problemas estruturais do estado capitalista**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

OLIVEIRA, Edmundo Alves; TENÓRIO, Valquíria Pereira. Identidades Sociais e Crise do Estado: uma Análise do Estado Varguista e Desenvolvimentista. In: **Congresso Brasileiro de**

Sociologia, 12, 2005, Belo Horizonte. Disponível em:

http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=62&Itemid=171. Acesso em: 06 out. 2012.

PÁDUA, Elisabete Matallo Marchesini de. **Metodologia da Pesquisa**: Abordagem teórico-prática. 13 ed. Campinas: Papirus, 2004.

PADULA, Raphael. Reflexões gerais sobre políticas públicas e desenvolvimento local na era da globalização. **Revista Oidles**, Málaga, v. 1, n. 1, p.42-66, jul-set. 2007. Disponível em: <http://www.eumed.net/rev/oidles/01/index.htm>. Acesso em: 03 out. 2012.

PANZUTTI, Nilce da Penha Migueles. Mercado como construção social da realidade. **Informações econômicas**. São Paulo, v. 41, n. 07, p. 60-72, jul. 2011. Disponível em: <ftp://ftp.sp.gov.br/ftpiea/publicacoes/IE/2011/tec5-0711.pdf>. Acesso em: 20 de mar. 2012.

PE DESENVOLVIMENTO. **Complexo Industrial Portuário de SUAPE**. Disponível em: <http://pedesenvolvimento.com/suape-2/>. Acesso em: 24 jun. 2012.

PERNAMBUCO. Lei Estadual nº 13.690/08 de 16 de dezembro de 2008. Dispõe sobre incentivos à pesquisa científica e tecnológica e à *inovação* no ambiente produtivo e social no Estado de Pernambuco. **ALEPE**. Disponível em: legis.alepe.pe.gov.br/?lo136902008. Acesso em: 30 nov. 2012.

PETROBRÁS. **Refino de Petróleo e Gás**. Disponível em: <http://www.petrobras.com.br/pt/quem-somos/perfil/atividades/refino/>. Acesso em: 07 jun. 2012.

_____. **Balanco social e ambiental 2006**. Disponível em: www.petrobras.com.br/pt/meio-ambiente-e.../default.asp?...BS2006... Acesso em: 07 jun. 2012.

_____. **Graça Foster fala dos desafios da Petrobras em evento da The Economist**. Fatos e Dados. 4 Out. 2012. Disponível em: <http://fatosedados.blogspot.com.br/2012/10/04/graca-foster-fala-dos-desafios-da-petrobras-em-evento-da-revista-britanica-the-economist/>. Acesso em: 10 out. 2012.

_____. **Presidente da Petrobras apresenta na câmara plano de negócios e gestão da companhia**. Fatos e Dados. 19 Set. 2012. Disponível em: <http://fatosedados.blogspot.com.br/2012/09/19/presidente-da-petrobras-apresenta-na-camara-plano-de-negocios-e-gestao-da-companhia/>. Acesso em: 19 set. 2012.

_____. **Obras em ritmo acelerado na Refinaria Abreu e Lima e na Petroquímica Suape**. Fatos e Dados. 31 Maio 2011. Disponível em: <http://fatosedados.blogspot.com.br/2011/05/31/obras-em-ritmo-acelerado-na-refinaria-abreu-e-lima-e-na-petroquimicasuape/>. Acesso em: 07 jun. 2012.

_____. **Relatório de Sustentabilidade 2011**. Disponível em: www.petrobras.com.br/.../Petrobras_Relatorio_de_Sustentabilidade_2.... Acesso em 14 set. 2012.

PINTO, Eduardo Costa; CARDOSO JUNIOR, José Celso; LINHARES, Paulo de Tarso (Org.). **Estado, instituições e democracia: desenvolvimento**. v. 3. Brasília: Ipea, 2010.

Disponível em:

http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/livros/2010/Livro_estadoinstituicoes_vol3.pdf. Acesso em: 30 ago. 2012.

POLANYI, Karl. **A Grande Transformação**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: CAMPUS, 2000.

PONDÉ, João Luis S. P. de Souza. **Coordenação e aprendizado: elementos para uma teoria das inovações institucionais nas firmas e nos mercados**. 1993. 160 f. Dissertação (Mestrado) - Departamento de Programa de Pós-graduação em Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1993. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000064081&opt=1>. Acesso em: 12 ago. 2012.

PRIMO, Marcos André Mendes. A Qualificação de Fornecedores Locais para o Refinaria Abreu e Lima. In: Congresso Panamericano de Engenharia Naval, Transporte Marítimo e Engenharia Portuária, 20, 2007, São Paulo. **Anais do XX Congresso Panamericano de Engenharia Naval, Transporte Marítimo e Engenharia Portuária**, 2007. Disponível em: <http://www.ipen.org.br/downloads/XX/1F/A%20QUALIFICA%C3%87%C3%83O%20DE%20FORNECEDORES%20LOCAIS%20PARA%20O%20ESTALEIRO.pdf>. Acesso em: 19 set. 2011.

RADOCZA, André Victor Cannux. **Desenvolvimento dos países periféricos no contexto da crise do desenvolvimentismo**. 2007. 48 f. Monografia (Graduação) - Curso de Economia, Departamento de Instituto de Economia, Universidade Estadual De Campinas, Campinas, 2007. Disponível em: www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?down=000410381. Acesso em: 20 jan. 2013.

RAMOS, Guerreiro. **Administração e contexto brasileiro**. Elementos de uma sociologia especial da administração. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1983.

RAUEN, André Tortato. Custos de transação e governança: novas tipologias de relações interfirmas. **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá, n. 69, p.1-4, fev. 2007. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/069/69rauen.htm>. Acesso em: 30 dez. 2012.

REZENDE, Fernando. **Planejamento no Brasil: auge, declínio e caminhos para a reconstrução**. Brasília: Cepal, 2009. Cepal - Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe - Escritório no Brasil. Disponível em: <http://www.cepal.org/brasil/publicaciones/sinsigla/xml/9/36379/LCBRSR205FernandoRezen de.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2012.

RICARDO, David. **Princípios de economia política e tributação**. São Paulo: Nova Cultural Ltda, 1996.

ROCHA, André Santos da. Seletividade espacial das políticas públicas e o território urbano – algumas reflexões. **Geo UERJ**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 23, p.99-113, 01 sem. 2012. Disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/view/3711/2580>. Acesso em: 14 dez. 2012.

SANCHES, Nathalie Gimenes; ROCHA, Fabiana. Investimentos estaduais públicos e privados: "bens" substitutos ou complementares? **Economia Aplicada** [online]. 2010, vol.14,

n.2, pp. 211-223. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-80502010000200006&script=sci_arttext Acesso em 14 nov. 2012

SANTANA, Edvaldo Alves Economia dos custos de transação, direito de propriedade e a conduta das empresas no setor elétrico brasileiro. In: Encontro Nacional de Economia, 34., 2006, Salvador. **Anais eletrônicos**. Salvador: Anpec, 2006. Disponível em: <http://www.anpec.org.br/encontro2006/artigos/A06A065.pdf>. Acesso em: 10 maio 2008.

SCHUMPETER, Joseph Alois. **Teoria do Desenvolvimento Econômico**: Uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico. São Paulo: Nova Cultural Ltda., 1964.

SDEC. **Apresentação**. Disponível em: <http://www2.sdec.pe.gov.br/web/sdec/apresentacao> Acesso em: 26 nov. 2012.

SDEC. **Órgãos vinculados**. Disponível em: <http://www2.sdec.pe.gov.br/web/sdec/orgaos-vinculados> Acesso em: 26 nov. 2012.

SILVA, Ilse Gomes. A reforma do Estado Brasileiro nos anos 90: processos e contradições. **Lutas Sociais** (PUCSP), São Paulo, v. 7, p. 81-94, 2001. Disponível em: http://www.pucsp.br/neils/downloads/v7_ilse_gomes.pdf. Acesso em: 08 set. 2012

SILVA, Maria Euzimar Berenice Rego. O Estado em Marx e a teoria ampliada do Estado em Gramsci. In: **4º Colóquio Marx e Engels**, 2005, Campinas - SP. Anais do 4º Colóquio Marx e Engels, 2005. v. 01. Disponível em: <http://www.unicamp.br/cemarx/ANAI%20IV%20COLOQUIO/comunica%E7%F5es/GT2/gt2m5c5.pdf> Acesso em: 23 ago. 2012.

SILVA FILHO, Edison Benedito da. A teoria da firma e a abordagem dos custos de transação: Elementos para uma crítica institucionalista. **Pesquisa & Debate**, São Paulo, v. 17, n. 2, p.259-277, 2006. Disponível em: [http://www.pucsp.br/pos/ecopol/downloads/edicoes/\(30\)edison_benedito.pdf](http://www.pucsp.br/pos/ecopol/downloads/edicoes/(30)edison_benedito.pdf). Acesso em: 14 set. 2012.

SILVA, Cleber Demetrio Oliveira da. Lei nº 11.107/05: marco regulatório dos consórcios públicos brasileiros. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 10, n. 705, 10 jun. 2005. Disponível em: <http://jus.com.br/revista/texto/6872/lei-no-11-107-05>. Acesso em: 17 dez. 2012.

SILVA, Márcio Martins Napoleão Braz e. A Relação Economia e Política Versus Falta de Modernização Econômica no Piauí. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 40, n. 03, p.425-435, jul-set. 2009. Disponível em: http://www.bnb.gov.br/projwebren/exec/artigoRenPDF.aspx?cd_artigo_ren=1141. Acesso em: 02 out. 2011.

SILVA, Nilson Carlos Duarte da; GIULIANI, Antonio Carlos. Um estudo sobre o desenvolvimento no Brasil da cooperação universidade-empresa – interação entre a instituição de ensino superior de tecnologia e a micro e pequena empresa. **Revista de Administração da UFSM**, Santa Maria - RS, v. 02, n. 03, p.479-498, set-dez. 2009. Disponível em: <http://cascavel.ufsm.br/revistas/ojs-2.2.2/index.php/reaufsm/article/viewFile/1643/930>. Acesso em: 18 set. 2011.

SILVA, Sheyla Suely de Souza; NÓBREGA, Mônica Barros da; FONSECA, Cleomar Campos da. Hegel: Suas contribuições ao Conhecimento, sua Discussão sobre o Estado e a (Im)pertinência de suas Análises para o Estudo do Estado Contemporâneo. **Qualit@s Revista Eletrônica**, Campina Grande, v. 1, n. 1, p.1-13, 2011. Disponível em: <http://revista.uepb.edu.br/index.php/qualitas/article/viewFile/1030/585>. Acesso em: 25 jul. 2012.

SIMÕES, Juliano Borges. SILVA, Marcos Fernandes Gonçalves. Racionalidade econômica, autointeresse e justiça em Adam Smith. **FGV-EAESP**. 2002. Disponível em: <http://eaesp.fgvsp.br/node/1071> Acesso em: 25 de mar. 2012.

SIRESP. Sindicato da Indústria de Resinas Plásticas. **Consumo Aparente**. Disponível em: <http://www.siresp.org.br/indicadores/indicadores.php> Acesso em 03 de junho de 2012.

SKOCPOL, Theda. Bringing the State Back In: Strategies of Analysis in Current Research. In: EVANS, Peter; RUESCHMEYER, Dietrich; e SKOCPOL, Theda. **Bringing the State Back In**. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.
STRAUSS, Anselm L; CORBIN, Juliet M. **Pesquisa Qualitativa: Técnicas e procedimentos para o desenvolvimento de uma teoria fundamentada**. 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.

SOUSA, Sérgio de. Falta de pessoal qualificado é preocupação. **Diário do Nordeste**, Recife, p. 2-3. 13 mar. 2011. Disponível em: <http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=946759>. Acesso em: 16 set. 2011.

SOUZA, Mario Augusto Batista de. **Burocracia, Democracia Substancial e Estado**. 2008. 125 f. Dissertação (Mestrado) - Mestrado em Organizações e Desenvolvimento, Unifae – Centro Universitário, Curitiba, 2008. Disponível em: www2.fae.edu/galeria/getImage/108/1548535922124936.pdf Acesso em: 03 out. 2012.

SUAPE. Complexo Industrial Portuário Eduardo Gueiros. **O que é Suape?** Disponível em: <http://www.suape.pe.gov.br/institutional/institutional.php> Acesso em 29 ago. 2012.

_____. **Sustentabilidade – Responsabilidade Social**. Disponível em: <http://www.suape.pe.gov.br/sustainability/social-responsibility.php> Acesso em 08 jan. 2013.

TACARATU.COM. **Governo, universidade e empresas juntos planejando o futuro de PE**. 31 dez. 2009. Disponível em: <http://www.tacaratu.com/internas/read/index.php?id=691>. Acesso em: 23 jun. 2012.

TAVARES, Marina Elisabete Espinho. **Análise do Refino no Brasil: Estado e Perspectivas - Uma Análise “Cross-Section”**. 2005. 402 f. Dissertação (Mestrado) - Coppe / UFRJ, Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <http://www.ppe.ufrj.br/pppe/production/tesis/mtavares.pdf>. Acesso em: 07 jun. 2012.

TAVARES, Marco Aurélio Romagnoli. Que direitos nós temos? Uma reflexão sobre o Liberalismo e o Estado Democrático de Direito. In: Congresso Nacional do CONPEDI, 17, 2008, Brasília-DF. **Congresso Nacional do CONPEDI**. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2008. p. 4089 - 4108. Disponível em: http://www.conpedi.org.br/manaus/arquivos/anais/brasil/10_775.pdf. Acesso em: 07 set. 2012.

TENÓRIO, Fernando G. **Cidadania e desenvolvimento local**. Rio de Janeiro: FGV; Ed. Unijuí, 2007.

THERBORN, Goran. A crise e o futuro do capitalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo. **Pós-Neoliberalismo: As políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998. p. 39-50.

TOULMIN, Stephen Edelston. **Os usos do argumento**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

UDERMAN, Simone. O Estado e a Formulação de Políticas de Desenvolvimento Regional. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 39, n. 02, p.232-250, abr-jun. 2008. Disponível em:
http://www.bnb.gov.br/projwebren/exec/artigoRenPDF.aspx?cd_artigo_ren=1081. Acesso em: 30 set. 2011.

UFPE. **A Instituição**. Disponível em:
http://www.ufpe.br/ufpenova/index.php?option=com_content&view=article&id=99&Itemid=178&lang=pt Acesso em 07 set. 2012.

_____. **Programa de Recursos Humanos da ANP – PRH-26/ANP/UFPE**. Disponível em:
<http://www.ufpe.br/prh26/> Acesso em 07 jun. 2012.

_____. **Mais informações sobre ANP e PRH**. Disponível em:
http://www.deq.ufpe.br/index.php?option=com_content&view=article&id=310%3Aanp-prh&catid=1&Itemid=233&lang=pt Acesso em 26 jun. 2012.

_____. **Resolução 08/2008 – CCEPE**. Disponível em:
http://www.ufpe.br/ufpenova/index.php?option=com_content&view=article&id=108&Itemid=230 Acesso em: 14 set. 2012.

VASCONCELLOS, Eduardo. Centralização x Descentralização: Uma aplicação para laboratórios de instituições de pesquisa e desenvolvimento. **Revista de Administração IA-USP**. São Paulo, 1979, vol.14(2), pp 101-121. Disponível em:
http://www.rausp.usp.br/busca/artigo.asp?num_artigo=996 Acesso em 22 jan. 2013.

VEBLÉN, Thorstein. **A Teoria da Classe Ociosa**. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1965.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**. 9 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

VIANNA, Salvador Teixeira Werneck. **Desenvolvimento econômico e reformas institucionais no Brasil: Considerações sobre a construção interrompida**. Rio de Janeiro, 2007. 369f. Tese de Doutorado em Economia - Universidade Federal do Rio de Janeiro. Disponível em:

http://www.ie.ufrj.br/datacenterie/pdfs/pos/tesesdissertacoes/tese_salvador_werneck.pdfAcesso em: 07 jan. 2012.

VINHA, Valéria da. Polanyi e a Nova Sociologia Econômica: uma aplicação contemporânea do conceito de enraizamento social. **Econômica**. Niterói-RJ, v. 03, n. 02, p. 207-230, dez. 2001. Disponível em: http://www.ie.ufrj.br/hpp/intranet/pdfs/artigo_valeria_vinha_rev.economica.pdfAcesso em: 20 de mar. 2012.

WEBER, Max. **Ensaio de Sociologia**. 5 ed. Rio de Janeiro: LTC, 1982.

_____. **Economia e Sociedade - Vol. I: Fundamentos da Sociologia Compreensiva**. 4ed. Brasília: EDU-UNB, 2009.

WILLIAMSON, Oliver Eaton. Transaction-Cost Economics: The Governance of Contractual Relations. **Journal Of Law And Economics**, Chicago, v. 22, n. 2, p.233-261, out. 1979. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/725118>. Acesso em: 30 dez. 2012.

_____. **The Economic Institutions of Capitalism**. New York: The Free Press, 1985.

_____. Comparative economic organization: the analysis of discrete structural alternatives. **Administrative Science Quarterly**, v. 36, n. 2, p. 269-296, Jun. 1991. Disponível em: www.jstor.org/stable/2393356 Acesso em 30 dez. 2012.

_____. Transaction Cost Economics and Organization Theory. In: SMELSER, Neil.J.; SWEDBERG, Richard. (editors). **The Handbook of Economic Sociology**. Princeton, Princeton University Press: 1994.

_____. Transaction cost economics: an overview. In: KLEIN, Peter G.; SYKUTA, Michael E. (Org.). **The Elgar Companion to Transaction Cost Economics**. Massachusetts: Edward Elgar Publishing Limited, 2010a. p. 8-26. Disponível em: <http://organizationsandmarkets.files.wordpress.com/2009/09/williamson-o-transaction-cost-economics-an-overview.pdf>. Acesso em: 30 dez. 2012.

_____. Transaction Cost Economics: The Natural Progression. **American Economic Review**, Nashville, n. 100, p.673-690, jun. 2010b. Disponível em: <http://www.aeaweb.org/articles.php?doi=10.1257/aer.100.3.673>. Acesso em: 30 dez. 2012.

WRIGHT, Erik Olin. O que é Neo e o que é Marxista na análise Neo-Marxista das Classes? **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 12, 1983. p. 9-40. Disponível em: www.ces.uc.pt/rccs/includes/download.php?id. Acesso em 02 set. 2012

ZYLBERBERG, Raphael Simas. **Impactos Econômicos e Sociais da Nova Refinaria no Brasil: Uma Análise Comparativa**. 2006. 42 f. Monografia (Bacharelado) - UFRJ, Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: http://www.anp.gov.br/CapitalHumano/Arquivos/PRH21/Raphael-Simas-Zylberberg_PRH21_UFRJ_G.pdf. Acesso em: 07 jun. 2012.

APÊNDICE A – Protocolo das Entrevistas

Uma análise da relação institucional entre a Universidade Federal de Pernambuco e a Refinaria Abreu e Lima

Entrevistados UFPE

Data: ____/____/____

Entrevistado: _____

E-mail: _____

Telefone: _____

1. Dada a Lei de Inovação, que dispõe sobre incentivos a pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e social no Estado de Pernambuco, como a UFPE se vê como nesse processo de estruturação e consolidação da indústria de refino de petróleo no estado? Quais oportunidades a universidade enxerga nesse contexto?

(Possíveis desdobramentos: Regulação da relação universidade-empresa / incentivo a inovação e a geração de conhecimento)

Comentários: _____

Observações: _____

2. Para dar suporte a indústria de refino de petróleo, o Governo do Estado investiu em diversas ações de infraestrutura: estradas, redes de telecomunicações, entre outras. Como a UFPE pode contribuir com esse conjunto de ações para estruturação e consolidação da indústria de refino de petróleo?

(Possíveis desdobramentos: Papel das demais engenharias: Civil, Elétrica, Eletrônica)

Comentários: _____

Observações: _____

3. O estado de Pernambuco possuía um perfil econômico tradicionalmente apoiado na monocultura da cana de açúcar, no varejo e no setor de serviços. Com o apoio do Governo do Estado e do Governo Federal passou a contar com uma base industrial cujo paradigma

fundamental revigora completamente o perfil socioeconômico do estado, haja vista os projetos estruturadores em Suape, polo petroquímico, de fármacos e medicamentos, indústria automotiva, transposição, Porto Digital, etc. Como a UFPE se disponibiliza para consolidar este novo panorama econômico, em especial a indústria de refino de petróleo?

(Possíveis desdobramentos: Integração científica e tecnológica com empresas, suporte a P&D)

Comentários: _____

Observações: _____

4. A indústria de refino de petróleo por sua especificidade demanda recursos humanos altamente qualificados assim como uma *expertise* de nível internacional. Como a UFPE se vê apoiando a consolidação e manutenção dessa indústria no tocante a formação de pessoal para pesquisa e inovação e de uma produção de conhecimento científico e tecnológico que possa sustentar a lógica de desenvolvimento estruturador pela qual passa o estado de Pernambuco?

(Possíveis desdobramentos: Pesquisa aplicada da UFPE e o alinhamento com a Refinaria / Recursos humanos escassos / Qualificação de pessoal)

Comentários: _____

Observações: _____

5. De que forma o atual arranjo institucional da UFPE pode contribuir na estruturação da indústria de refino de petróleo em Pernambuco?

Comentários: _____

Observações: _____

Protocolo da Entrevista

Uma análise da relação institucional entre a Universidade Federal de Pernambuco e a Refinaria Abreu e Lima

Entrevistado Refinaria Abreu e Lima

Data: ____/____/____

Entrevistado: _____

E-mail: _____

Telefone: _____

1. Quais os mecanismos regulatórios que o Estado de Pernambuco apresenta que permitem sua afirmação enquanto setor produtivo ou quais podem restringir essa consolidação da indústria em Pernambuco?

(Possíveis desdobramentos: Meio ambiente, Relações trabalhistas)

Comentários: _____

Observações: _____

2. Para dar suporte a indústria de refino de petróleo o Governo do Estado investiu em diversas ações de infraestrutura: estradas, redes de telecomunicações, entre outras. Como a Refinaria Abreu e Lima avalia esse conjunto de ações para estruturação e consolidação da indústria de refino tendo em vista a competitividade e produtividade do setor diante do cenário internacional?

Comentários: _____

Observações: _____

3. O estado de Pernambuco possuía um perfil econômico tradicionalmente apoiado na monocultura da cana de açúcar, no varejo e no setor de serviços. Com o apoio do Governo do Estado e do Governo Federal, Pernambuco passará a contar com uma base industrial cujo paradigma fundamental revigora completamente o perfil socioeconômico do estado, haja vista os projetos estruturadores em Suape, polo petroquímico, de fármacos e medicamentos, indústria automotiva, transposição, Porto Digital, etc. Como a Refinaria Abreu e Lima avalia

essa mudança de paradigma e a possibilidade de formação de uma cadeia produtiva da indústria de refino de petróleo?

(Possíveis desdobramentos: Nova cadeia produtiva, visão do empresariado local, paradigma da globalização, comércio internacional, papel do município na infraestrutura urbana).

Comentários: _____

Observações: _____

4. A indústria de refino de petróleo por sua especificidade demanda recursos humanos altamente qualificados assim como uma expertise de nível internacional. Como a Refinaria Abreu e Lima avalia a atual infraestrutura de Pernambuco de formação de quadros e de formação de conhecimento científico e tecnológico que possam sustentar a lógica de desenvolvimento estruturador pela qual passa o estado e que permitam o aumento da competitividade e da produtividade no refino de petróleo diante do cenário internacional?
(Possíveis desdobramentos: Pesquisa da UFPE e o alinhamento com a Refinaria, escassez de recursos humanos, qualificação de pessoal, escolaridade, posição social).

Comentários: _____

Observações: _____

5. Como a Refinaria Abreu e Lima espera que a UFPE possa contribuir para a estruturação da indústria de refino de petróleo em Pernambuco?

Comentários: _____

Observações: _____

Protocolo da Entrevista

Uma análise da relação institucional entre a Universidade Federal de Pernambuco e a Refinaria Abreu e Lima

Entrevistados: Fórum Suape Global, ANP e SDEC

Data: ____/____/____

Entrevistado: _____

E-mail: _____

Telefone: _____

1. Quais os mecanismos regulatórios o Estado de Pernambuco apresenta que permitem a afirmação enquanto setor produtivo da indústria de refino de petróleo ou quais podem restringir essa consolidação da indústria em Pernambuco?

(Possíveis desdobramentos: Meio ambiente, Relações trabalhistas)

Comentários: _____

Observações: _____

2. Para dar suporte a indústria de refino de petróleo o Governo do Estado de Pernambuco investiu em diversas ações de infraestrutura: estradas, redes de telecomunicações, entre outras. Como esse órgão avalia esse conjunto de ações para a estruturação e consolidação da indústria de refino tendo em vista a competitividade e produtividade do setor diante do cenário internacional?

Comentários: _____

Observações: _____

3. O estado de Pernambuco possuía um perfil econômico tradicionalmente apoiado na monocultura da cana de açúcar, no varejo e no setor de serviços. Com o apoio do Governo do Estado e do Governo Federal, Pernambuco passará a contar com uma base industrial cujo paradigma fundamental revigora completamente o perfil socioeconômico do estado, haja vista os projetos estruturadores em Suape, polo petroquímico, de fármacos e medicamentos,

indústria automotiva, transposição, Porto Digital, etc. Como esse órgão avalia essa mudança de paradigma e a possibilidade de formação de uma cadeia produtiva da indústria de refino de petróleo?

(Possíveis desdobramentos: Nova cadeia produtiva, visão do empresariado local, paradigma da globalização, comercio internacional, papel do município na infraestrutura urbana).

Comentários: _____

Observações: _____

4. A indústria de refino de petróleo por sua especificidade demanda recursos humanos altamente qualificados assim como uma expertise de nível internacional. Como esse órgão avalia a atual infraestrutura de Pernambuco de formação de quadros e de formação de conhecimento científico e tecnológico que possam sustentar a lógica de desenvolvimento estruturador pela qual passa o estado e que permitam o aumento da competitividade e da produtividade no refino de petróleo diante do cenário internacional?

(Possíveis desdobramentos: Pesquisa da UFPE e o alinhamento com a Refinaria, escassez de recursos humanos, qualificação de pessoal, escolaridade, posição social).

Comentários: _____

Observações: _____
